



DIÁRIO da Assembleia da República

II LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1981-1982)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 19 DE JANEIRO DE 1982

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes

Vítor Manuel Brás

António Mendes de Carvalho

José Manuel Maia Nunes de Almeida

SUMÁRIO. — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 15 minutos.

Antes da ordem do dia. — Apesar de não constar da ordem de trabalhos, o Plenário deliberou que tivesse lugar o período de antes da ordem do dia, a fim de se pronunciar sobre os acontecimentos ocorridos no passado dia 18 no cemitério da Marinha Grande, sobre a Marcha da Paz levada a efeito em Lisboa e a eventual renúncia ao mandato por parte do Sr. Presidente da República.

Intervieram no debate, a diverso título, os Srs. Deputados Rocha de Almeida (PSD), Luis Coimbra (PPM), Leonel Fadigas (PS), Fleming de Oliveira (PSD), Guilherme Santos (PS), Carlos Candal (PS), Carlos Brito (PCP), Lopes Cardoso (UEDS), Jaime Gama (PS), Sousa Tavares (PSD), Rui Pêra (CDS), Mário Tomé (UDP), Heriberto Goulart (MDP/CDE) e Magalhães Mota (ASDI).

Ordem do dia. — Os Srs. Deputados Valdemar Alves (PSD) e Pinto da Silva (PS) procederam à leitura de dois relatórios e pareceres da Comissão de Regimento e Mandatos sobre a substituição de vários deputados, os quais foram aprovados.

Iniciou-se a interpelação ao Governo sobre política de habitação, solicitada pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Após as intervenções, de apresentação dos fundamentos da interpelação dos Srs. Deputados Silva Graça (PCP), Octávio Teixeira (PCP) e Veiga de Oliveira (PCP) e das respostas do Sr. Ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes (Viana Batista), interviveram no debate, a diverso título, os Srs. Deputados Sousa Gomes (PS), Gomes Fernandes (PS), Veiga de Oliveira (PCP) e Eduardo Pereira (PS).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 21 horas.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 15 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PSD)

Adérito Manuel Soares Campos.

Alberto Augusto Faria dos Santos.

Álvaro Barros Marques Figueiredo.

Álvaro Roque Bissaia Barreto.

Amândio Anes de Azevedo.

Amadeu Afonso Rodrigues dos Santos.

Amélia Cavaleiro M. de Andrade Azevedo.

Américo Abreu Dias.

Anacleto Silva Baptista.

António Augusto Lacerda de Queiroz.

António Duarte e Duarte Chagas.

António Ribeira Marinho.

António Vilar Ribeiro.

Armando Lopes Correia Costa.

Arménio Jerónimo Martins Matias.

Carlos Mattos Chaves de Macedo.

Cecília Pita Catarino.

Cristóvão Guerreiro Norte.

Daniel Cunha Dias.

Fernando Alfredo Moutinho Garcez.

Fernando José da Costa.

Fernando José F. Fleming de Oliveira.

Fernando José Sequeira Roriz.

Fernando Manuel Cardote B. Mesquita.

Fernando dos Reis Condesso.

Jaime Adalberto Simões Ramos.

João Afonso Gonçalves.

João Evangelista Rocha Almeida.

João Manuel Coutinho Sá Fernandes.

João Vasco da Luz Botelho Paiva.

José Augusto Ferreira de Campos.
 José Augusto Santos Silva Marques.
 José Luís Figueiredo Lopes.
 José Manuel Pinheiro Barradas.
 José Mário de Lemos Damião.
 Leonel Santa Rita Pires.
 Luís António Martins.
 Manuel António Lopes Ribeiro.
 Manuel da Costa Andrade.
 Manuel Ferreira Martins.
 Manuel Filipe Correia de Jesus.
 Manuel Maria Moreira.
 Manuel Maria Portugal da Fonseca.
 Manuel Pereira.
 Manuel Ribeiro Arruda.
 Maria Adelaide S. de Almeida e Paiva.
 Maria da Glória Rodrigues Duarte.
 Maria Manuela Dias Moreira.
 Maria Margarida do R. da C. S. M. Ribeiro.
 Mário Dias Lopes.
 Natália de Oliveira Correia.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Pedro Augusto Cunha Pinto.
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
 Rui Alberto Barradas do Amaral.
 Valdemar Cardoso Alves.
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.
 Virgílio António Pinto Nunes.

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.
 Alberto Marques Antunes.
 Alberto Marques de Oliveira e Silva.
 Alfredo Pinto da Silva.
 António de Almeida Santos.
 António Duarte Arnaut.
 António Carlos Ribeiro Campos.
 António Francisco B. Sousa Gomes.
 António José Sanches Esteves.
 António José Vieira de Freitas.
 António Manuel de Oliveira Guterres.
 Aquilino Ribeiro Machado.
 Armando dos Santos Lopes.
 Bento Elísio de Azevedo.
 Carlos Manuel N. Costa Candal.
 Fausto Sacramento Marques.
 Fernando Torres Marinho.
 Fernando Verdasca Vieira.
 Francisco de Almeida Salgado Zenha.
 Francisco Manuel Marcelo Curto.
 Guilherme Gomes dos Santos.
 Jaime José Matos da Gama.
 João Alfredo Félix Vieira Lima.
 João Cravinho.
 João Francisco Ludovico da Costa.
 Joaquim José Catano de Menezes.
 Jorge Fernando Branco Sampaio.
 José Gomes Fernandes.
 José Luis Amaral Nunes.
 José Manuel Niza Antunes Mendes.
 Júlio Filipe de Almeida Carrapato.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Leonel Sousa Fadigas.
 Luis Abílio Cacito.
 Luis Filipe Nascimento Madeira.
 Luis Manuel César Nunes de Almeida.

Luís Manuel dos Santos Silva Patrão.
 Luís Silvério Gonçalves Saisas.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.
 Manuel Francisco da Costa.
 Manuel da Mata de Cáceres.
 Maria Teresa V. Bastos Ramos Ambrósio.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Raul d'Assunção Pimenta Rêgo.
 Teófilo Carvalho dos Santos.
 Vergílio Fernando M. Rodrigues.
 Vitor Manuel Brás.
 Victor Manuel Ribeiro Constâncio.

Centro Democrático Social (CDS)

Adriano José Alves Moreira.
 Alexandre Correia de Carvalho Reigoto.
 António Jacinto Martins Canaverde.
 António Mendes de Carvalho.
 Armando Domingos L. Ribeiro Oliveira.
 Carlos Martins Robalo.
 Daniel Fernandes Domingues.
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.
 Emílio Leitão Paulo.
 Francisco G. Cavaleiro de Ferreira.
 Francisco Manuel L. V. Oliveira Dias.
 Francisco Manuel de Menezes Falcão.
 João Gomes de Abreu de Lima.
 João José M. Pulido de Almeida.
 João Lopes Porto.
 João da Silva Mendes Morgado.
 José Alberto de Faria Xerez.
 José Eduardo F. de Sanches Osório.
 Luís Aníbal Azevedo Coutinho.
 Luís Carlos Calheiros V. Sampaio.
 Luís Filipe Paes Beiroco.
 Luísa Maria Freire Vaz Raposo.
 Manuel António de Almeida Vasconcelos.
 Mário Gaioso Henriques.
 Paulo Oliveira Ascenção.
 Rui António Pacheco Mendes.
 Rui Eduardo Rodrigues Pena.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 Álvaro Favares Brasileiro.
 António Anselmo Aníbal.
 António Dias Lourenço da Silva.
 António José M. Vidigal Amaro.
 Anfónio da Silva Mota.
 Carlos Alberto do Carmo C. Espadinha.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Ercília Carreira Talhadas.
 Fernando de Almeida Sousa Marques.
 Francisco Miguel Duarte.
 Georgette de Oliveira Ferreira.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 João Carlos Abrantes.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 Jorge Manuel Lampreia Patrício.
 José Manuel Antunes Mendes.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Lino Carvalho de Lima.

Manuel Gaspar Cardoso Martins.
 Manuel Rogerio de Sousa Brito.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Maria Odete dos Santos.
 Mariana Grou Lanita da Silva.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.
 Vital Martins Moreira.
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

Partido Popular Monárquico (PPM)

António Cardoso Moniz.
 António Jose Borges G. de Carvalho.
 Jorge Victor Portugal da Silveira.
 Henrique Barrilaro Ruas.
 Luís Filipe Ottolini Bebiano Coimbra.

Acção Social-Democrata Independente (ASDI)

Joaquim Jorge de Magalhães S. Mota.
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.

União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS)

António César Gouveia de Oliveira.
 António Ferreira Guedes.
 António Manuel C. Ferreira Vitorino.

Movimento Democrático Português (MDP/CDE)

Raul Fernandes de Moraes e Castro.
 Heriberto de Castro Goulart da Silva.

União Democrática Popular (UDP)

Mário António Baptista Tomé.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, como sabem a sessão de hoje, como aliás a de amanhã, é totalmente preenchida pela interpelação do PCP ao Governo sobre a política geral da habitação e as medidas governamentais já tomadas ou anunciadas para o sector. Os tempos respectivos foram objecto de acordo estabelecido na última Conferência dos Grupos Parlamentares.

A primeira fase dos nossos trabalhos é de abertura do debate, e para isso o grupo parlamentar interpelante dispõe de 60 minutos e o Governo de outros 60 minutos, seguindo-se o debate.

Para abertura da interpelação, dou a palavra ao Sr. Deputado do Partido Comunista Português que se inscreveu.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, se me dá licença, era para dizer que verificamos que o Governo ainda não está presente e se há figura parlamentar em que se não justifica a ausência do Governo será naturalmente numa interpelação ao Governo.

De maneira que pedia ao Sr. Presidente que não desse início aos trabalhos antes da chegada do Governo.

Não sei se o Sr. Presidente pode informar a Assembleia das razões do atraso do Governo uma vez que a ordem do dia de hoje já está marcada há algum tempo.

O Sr. Presidente: — Devo informá-lo, Sr. Deputado, que estava convencido de que o Governo já estava na Sala, pois os seus Membros já estão no edifício. Suponho que é questão de alguns momentos.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Não tenho dúvidas que o Sr. Presidente, estou até firmemente convicto disso, estava convencido de que o Governo já se encontrava na Sala.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, queria interpelar a Mesa.

Nos últimos dias deram-se graves e significativos acontecimentos: as violências ocorridas a propósito da Marcha da Paz, as violências ontem ocorridas no cemitério da Marinha Grande a propósito do 18 de Janeiro e as declarações do Sr. Presidente da República por intermédio do seu porta-voz.

Ora, o meu grupo parlamentar pretendia fazer uma declaração sobre esses acontecimentos e, em particular, sobre as violências que tiveram lugar no cemitério da Marinha Grande, quando um grupo de sindicalistas, em nome da democracia e do movimento dos trabalhadores, pretendia comemorar no uso da liberdade que, por enquanto e felizmente, nos assiste de exprimir os nossos sentimentos. Esses sindicalistas foram vítimas das maiores brutalidades, e o meu grupo parlamentar pretende fazer uma declaração sobre o assunto.

Dai que eu pedisse a V. Ex.^a que verificasse o eventual consenso dos grupos parlamentares a fim de que pudéssemos proceder a essa declaração política, porque nós não podemos deixar em silêncio os graves acontecimentos que ocorreram no cemitério da Marinha Grande, em que as pessoas foram barbaramente espancadas, algumas encontram-se no hospital, e ainda por cima por activistas políticos que actuam em nome dos trabalhadores.

O meu grupo parlamentar não pode, por isso, ficar calado.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Entretanto, tomaram lugar na bancada do Governo o Sr. Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro (Fernando Amaral), o Sr. Ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes (Viana Baptista) e os Srs. Secretários de Estado Adjunto (Ferreira de Lemos) e da Habitação e Urbanismo (Cardoso de Andrade).

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado sabe que a fixação dos nossos trabalhos para hoje foi feita em Conferência de Grupos Parlamentares e tinha havido um acordo, como é habitual em debates desta natureza, de não haver período de antes da ordem do dia.

Pela minha parte entendo que só é possível alterarmos o programa dos nossos trabalhos havendo consenso dos grupos parlamentares nesse sentido.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Coimbra.

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Sr. Presidente, corroborando a palavra do Sr. Deputado Silva Marques, os acontecimentos ocorridos aquando da realização de uma pseudo manifestação para a paz em Lisboa e

no Porto, em que vários militantes de movimentos ecológicos e pacifistas foram barbaramente espancados por caceteiros ao serviço do PCP, justificavam por parte do PPM uma declaração política aqui na Assembleia, pese embora o facto de a ordem do dia apenas contemplar uma interpelação ao Governo em matéria de habitação.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Niza.

O Sr. José Niza (PS): — Evidentemente que embora na Conferência dos Presidentes dos Grupos Parlamentares tenha sido resolvido que não haveria período de antes da ordem do dia, há factos que entendemos suficientemente relevantes para que possamos abrir, digamos, excepcionalmente um período para intervenções.

O PS estaria interessado em fazer uma intervenção pelo meu camarada Leonel Fadigas que foi agredido nesses acontecimentos, e estaria interessado em comunicar a esta Câmara aquilo que lá se passou.

Portanto damos o nosso consenso a que seja aberto um período para intervenções sobre estas matérias.

O Sr. Presidente: — Sendo assim, perguntaria à Câmara se há acordo no sentido em que haja um período antes da ordem do dia. Pedia, em todo o caso, que no conjunto geral destas considerações fosse ponderado também o programa que temos previsto para hoje e para amanhã.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, gostaria de me pronunciar sobre as propostas que foram adiantadas pelos líderes parlamentares de vários partidos.

O Sr. Deputado Silva Marques declarou que pretendia fazer uma declaração política sobre os incidentes ocorridos no cemitério da Marinha Grande, também sobre os incidentes ocorridos na Marcha da Paz e sobre as declarações do porta-voz da Presidência da República.

O Sr. Deputado Luís Coimbra anunciou o propósito de fazer uma declaração política sobre os incidentes ocorridos durante a Marcha da Paz.

O Sr. Deputado José Niza declarou que o seu partido desejava fazer uma declaração política sobre os incidentes da Marinha Grande.

Sr. Presidente, como é normal da parte do Grupo Parlamentar do PCP, nunca nos opusemos nem criámos qualquer obstáculo a que na Assembleia da República fossem discutidas as questões relevantes da vida nacional ou questões que algum Sr. Deputado entende serem relevantes da vida política nacional.

Nesse sentido, a nossa disposição é para aceitar a criação de um período de antes da ordem do dia. Mas então fazímos a seguinte proposta: era que a interpelação, na fase do seu encerramento, passasse para quinta-feira.

Assim, teríamos hoje um período de antes da ordem do dia que, dado o número de questões que se vão introduzir, o número de declarações políticas já anunciadas, o debate parlamentar a que naturalmente

darão origem as perguntas e respostas, e nós faremos seguramente também uma declaração sobre essas importantes matérias que foram anunciadas, suponho que se esse período for de 1 hora e 30 minutos não será excessivo. Estamos aqui para discutir essa hora e meia, faremos a nossa declaração e, por isso, propunha o seguinte, sob pena de não darmos o nosso consenso: far-se-á então o período de antes da ordem do dia, depois terá lugar o intervalo, entretanto será fixado o tempo, os Srs. Membros do Governo são informados de quanto tempo será este período de antes da ordem do dia que vai decorrer agora — se quiserem estar presentes e ouvir podem estar, pois pela nossa parte teremos muito gosto nisso, porque ficam informados e é bom que o Governo esteja informado, já que muitas vezes parece não estar — e depois, com toda a dignidade, começamos a interpelação do Governo sobre este problema tão grave dos portugueses que é o problema da habitação.

Portanto, a nossa preocupação é não dificultar que os deputados tragam à Câmara os problemas que eles entendem justos e relevantes, independentemente da opinião que temos sobre esses problemas, mas ao mesmo tempo também não atingirmos a concretização e a realização de uma figura parlamentar de tanta dignidade como é a figura da interpelação e sobre um problema tão importante para o nosso povo, como é o problema da habitação.

Então a nossa proposta será: hora e meia para o período de antes da ordem do dia, interrupção de meia hora para o intervalo, começo da interpelação nos termos previstos para o dia de hoje, depois interrupção dos trabalhos, recomeço amanhã de manhã para o debate e encerramento na quinta-feira.

Damos o nosso consenso a que se discutam os problemas que os Srs. Deputados querem trazer aqui, sem prejuízo da agenda da Assembleia e sem prejuízo do uso dos direitos dos grupos parlamentares, sem prejuízo dos problemas extremamente importantes do nosso povo e que nos termos do Regimento da Assembleia da República estão agendados para serem discutidos hoje.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Robalo.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queria dar o nosso apoio às propostas feitas e manifestar uma certa surpresa mediante a proposta do PCP.

Suponho que na Marinha Grande, e segundo os meios de informação, esteve envolvido um Deputado desta Casa. Ora, outros acontecimentos já têm havido que levaram a uma alteração da ordem de trabalhos sem esse condicionalismo. Entendemos, sim, que possam ser prolongadas, quer num dia, quer no outro, as sessões para a interpelação. Não entendemos que a mesma se possa prolongar ou se deva prolongar para quinta-feira.

Pensamos que estes condicionalismos para a aqüiescência do Grupo Parlamentar do Partido Comunista é verdadeiramente condicionante. Isto porque há um Deputado desta Casa que foi agredido, segundo li nos meios de informação — é a única fonte que tenho.

Há dias, ainda não há muito tempo, fez-se a alteração da ordem do dia porque um Deputado esteve em disputa com agentes da Polícia de Segurança Pública lá em baixo. Não vejo como é que não se possa alterar sem condições, sem estar a exigir que na próxima quinta-feira continue o debate sobre a interpelação.

Penso que essa exigência leva a uma alteração total dos programas desta Casa.

O que quero dizer, Sr. Presidente, para terminar, é que damos o nosso total apoio à proposta feita pelos Srs. Deputados Silva Marques, Luís Coimbra e José Niza, no sentido de que haja uma alteração da ordem de trabalhos, sem a extensão para quinta-feira da interpelação, mas que se alongue hoje o debate se assim for necessário.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, aprecio a forma como o Sr. Deputado Carlos Brito colocou o problema. É um parlamentar que eleva a dignidade do seu cargo e faço confiança nessa elevação do seu espírito parlamentar para tentar conciliar as duas questões que estão em contradição: uma, o princípio de que o Sr. Deputado aceita de que dados os acontecimentos importantes — mesmo que eles sejam considerados importantes só por uma parte do Parlamento — que se verificaram eles sejam aqui expressos; outra, o programa dos trabalhos desta Assembleia.

Sendo assim, talvez fosse razoável que cada bancada ficasse com 5 minutos para abordar os problemas que considera importantes, sem que haja lugar a prolongamentos para a parte da manhã de quinta-feira. Em caso de necessidade, seria então preferível, como colocou o Sr. Deputado Carlos Robalo, que o prolongamento se desse hoje.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Niza.

O Sr. José Niza (PS): — Sr. Presidente, penso que a hora e meia que o Sr. Deputado Carlos Brito referiu como necessária para este período de antes da ordem do dia talvez seja demais. Estamos mais de acordo com esta última proposta dos 5 minutos para cada partido, o que dará cerca de 1 hora.

Como a programação do debate sobre a interpelação ao Governo foi fixada com tempos, penso que é perfeitamente possível que ainda hoje e durante o dia de amanhã se recupere essa hora sem grandes alterações e até, talvez, sem a necessidade de se passar para quinta-feira de manhã o encerramento da interpelação.

De qualquer maneira, e para não perdemos agora mais tempo, estariam em condições de resolver isso até ao final da sessão de hoje ou eventualmente amanhã de manhã.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não posso deixar sem um reparo — e um reparo muito sentido — a intervenção que acaba de ser feita pelo Sr. Deputado Carlos Robalo.

Creio que da parte do Grupo Parlamentar do PCP houve uma pronta aquiescência à sugestão que foi feita por vários Srs. Deputados no sentido de produzirem declarações políticas no dia de hoje e, dessa maneira, alterarem o que estava previsto na ordem do dia — houve, pois, uma pronta aquiescência.

Anotei que o Sr. Deputado Silva Marques quer fazer uma declaração política, abordando questões como os incidentes da Marinha Grande, Marcha da Paz e as declarações do porta-voz do Sr. Presidente da República relativamente à revisão constitucional.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Ele esqueceu-se da Polónia! ...

O Orador: — O Sr. Deputado Luís Coimbra quer fazer uma declaração política, o Sr. Deputado do Partido Socialista anunciou também uma declaração política, o Sr. Deputado Carlos Robalo, a deduzir pela maneira como interveio, também vai fazer uma declaração política. Por isso creio que isto vai ser demorado, e não sei se 5 minutos para cada partido será, digamos, um tempo bastante.

Ora bem, da nossa parte o que há é a preocupação de garantir que o exercício de um direito parlamentar como é o nosso de interpellar o Governo, sobre um tema tão importante de significado para o nosso povo como é a questão da habitação, não venha defraudar as expectativas que certamente se criaram à volta desta questão.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Creio que isto não é uma questão de pouca importância. Não é pouco importante do ponto de vista da democracia portuguesa e do ponto de vista das instituições democráticas que se cumpra aquilo que está estabelecido, embora não naturalmente de uma maneira burocrática e cega, sem atender aos problemas que entretanto possam surgir.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Faça uma proposta concreta!

O Orador: — Então, damos a nossa adesão a que sejam incluídos esses novos problemas que entretanto a vida política portuguesa trouxe à superfície, mas sem prejudicarmos aquilo que nós, no uso dos nossos direitos parlamentares e de acordo com o Regimento da Assembleia da República, antecipadamente introduzimos no debate parlamentar.

Nesse sentido é que propusemos, e cremos que essa seria a melhor forma, a continuação do debate para quinta-feira. Isto porque, com o cumprimento estrito dos tempos fixados no acordo feito na Conferência dos Grupos Parlamentares, a sessão prolongar-se-ia hoje até às 21 horas, estritamente, com os tempos e com o respeito pelas perdas de tempo que podemos calcular nessa conferência. Para amanhã, e segundo os cálculos que aqui tenho, a sessão já se iria prolongar com o respeito estrito pelos tempos e por um cálculo ponderado das pausas até às 21 horas e 30 minutos. Bem, é natural que com os tempos que se gastam sempre mais do que aquilo que se prevê, tanto hoje como amanhã, as sessões se arrastem um bom bocado.

Assim, da minha parte não vejo nenhum inconveniente em que a interpelação possa ser prolongada para quinta-feira. Qual é o prejuízo que há para a democracia portuguesa deste prolongamento? O que é que se prejudica nos trabalhos da Assembleia da República? Creio que nada.

Por isso, pensamos que em benefício do debate que os Srs. Deputados querem introduzir e em benefício também da interpelação, que antecipadamente propusemos, se acorde em introduzir um período antes da ordem do dia hoje, mas que a interpelação sobre o problema da habitação não seja prejudicada. Porque senão — não digo de todos os Srs. Deputados, pois alguns terão razões muito fortes e muito sinceras — da parte de outros Srs. Deputados parece que, ao fim e ao cabo, o que se pretende é que se não faça com toda a dignidade e eficácia um debate parlamentar sobre uma questão tão importante como é a questão da habitação.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Da nossa parte não queremos minimamente prejudicar o debate dos problemas que os Srs. Deputados querem trazer à Câmara, mas entendemos também que da parte dos Srs. Deputados deve haver a compreensão para que a interpelação sobre a habitação não seja prejudicada no seu desenvolvimento.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos ter que deliberar aqui mesmo e sugerir que seguíssemos o seguinte método, sem prolongar sucessivamente estas intervenções a propósito dos nossos trabalhos.

A primeira questão é que me parece haver consenso no sentido que haja um período de antes da ordem do dia. Se algum grupo parlamentar ou algum deputado se opuser a isso, agradecia que se pronunciasse.

A segunda questão é que estão pendentes na Mesa duas inscrições para declarações políticas que já estavam previstas e foram adiadas de sessões anteriores: uma é da UEDS, em requerimento subscrito pelo Sr. Deputado Lopes Cardoso, sem referência a tema; e outra é do PSD e diz respeito à Sr.^a Deputada Natália Correia. Portanto, há que saber se estas inscrições, que são anteriores, se mantêm ou se as deixamos para uma sessão, digamos, normal.

A terceira questão é a de saber do tempo que vamos necessitar e isso é função das inscrições para intervenções que se enquadrariam, se assim for aceite, no quadro das declarações políticas — naturalmente não sei se todos os partidos desejariam fazê-lo, admito que sim ou que não. Mas só a partir destas informações — admito que possam, como foi sugerido, fazer intervenções de 5 minutos e admito que outros partidos achem que é de menos — é que é possível programar os nossos trabalhos.

Assim, recapitulando, posso aceitar que há consenso no sentido de que haja um período de antes da ordem do dia ...

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, queria pedir desculpa por discordar da metodologia com que

a matéria está a ser submetida ao consenso da Assembleia, uma vez que já definimos uma posição que é unitária.

Não objectamos, minimamente, à criação hoje de um período de antes da ordem do dia para o tratamento das questões que foram postas. Mas pensamos, e essa é a nossa proposta, que isso tem de ter uma contrapartida. Isto é, os tempos da interpelação não podem ser prejudicados e como a organização dos trabalhos para o dia de hoje, terça-feira, e para o dia de amanhã, quarta-feira, já não estão muito sobrecarregados, propomos que a interpelação, diferentemente do que estava previsto continue e tenha o seu encerramento na quinta-feira. Portanto, para nós isto é uma questão unitária e que deveria ser unitariamente discutida.

Uma vez mais manifestamos a nossa sinceridade que não queremos prejudicar nada a introdução de novos problemas, mas entendemos também que justamente não deve ser prejudicada a interpelação para que se não crie um mau precedente.

Quando intervimos nestas questões fazemo-lo com razões bem fundadas, e quando dizemos que não deve ser prejudicado o funcionamento das instituições democráticas, dizemo-lo com uma grande sinceridade. Era bom que os Srs. Deputados nos escutassem porque já se tem visto muitas vezes que quando dizemos estas coisas temos as nossas razões e o que dizemos tem fundamento.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, retenho da sua intervenção que o Partido Comunista dará o seu assentimento a que haja um período antes da ordem do dia subordinado à condição de que os tempos para a interpelação não sejam prejudicados. propondo, como princípio, que haja uma sessão na manhã de quinta-feira dedicada à parte final da interpelação.

É esta a posição do PCP; não é verdade?

O Sr. Carlos Brito (PCP): — É sim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então iria recolher agora as opiniões dos outros grupos parlamentares.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, a questão levantada pelo Sr. Presidente da inscrição para uma intervenção no período antes da ordem do dia solicitada pela UEDS. Atendendo a que este período de antes da ordem do dia tem, de certa maneira, um carácter excepcional, consideramos que a nossa inscrição deverá ser remetida para o período de antes da ordem do dia de uma sessão em condições normais, passe a expressão.

Em segundo lugar, parece-nos que os problemas levantados e que justificam este período de antes da ordem do dia, pela sua gravidade, são de molde a que a Assembleia decida realmente abrir um período de antes da ordem do dia que em nosso entender deve ter a dimensão normal. Isto, por outro lado, sem prejuízo da interpelação suscitada pelo Partido Comunista.

Portanto, entendemos que para essa interpelação não ser prejudicada se torna necessário prolongá-la — parece-nos que essa necessidade será uma realidade para a próxima quinta-feira — e, por isso, deverá ser essa a solução adoptada.

O princípio que regerá a nossa posição nesta matéria é a necessidade do período de antes da ordem do dia com respeito integral pela dimensão, o conteúdo e a importância da interpelação que tinha sido levantada pelo Partido Comunista.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Robalo.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Srs. Deputados, para desbloquear esta situação damos a nossa aquiescência à proposta do Sr. Deputado Carlos Brito.

Nós só tínhamos reagido porque não houve uma pronta aquiescência, mas sim uma aquiescência condicional por parte do PCP.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Só no tempo!

O Orador: — Damos o nosso acordo a que na quinta-feira continue e seja finalizada a interpelação sobre a habitação.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Niza.

O Sr. José Niza (PS): — Sr. Presidente, nós também estamos de acordo. Simplesmente, penso que só amanhã à tarde é que realmente estaremos em condições de saber se será necessário prolongar o debate para quinta-feira ou se podemos finalizar a interpelação amanhã.

Qualquer das soluções nos serve, é uma questão que o tempo imporá. Como amanhã haverá uma Conferência dos Presidentes dos Grupos Parlamentares, penso que se poderá acordar se a interpelação termina amanhã ou se se prolonga para quinta-feira.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, vou fazer uma primeira observação àquilo que o Sr. Deputado José Niza acaba de dizer e depois falar de duas outras questões.

Dado que nestas coisas vale mais prevenir do que remediar, creio que poderíamos já planificar o nosso trabalho, calmamente, no sentido de a interpelação ser encerrada na quinta-feira. E nesse sentido não temos que andar de afogadilho. Isso permite que nós organizemos o nosso trabalho e que o Governo faça o mesmo.

Primeira questão: creio que posso registar o acordo generalizado de que a interpelação continuará na quinta-feira e terá nessa altura o seu encerramento.

A segunda questão é relativa ao período de antes da ordem do dia que vamos criar. Portanto, nós damos o nosso acordo, esse período deve ter a duração de uma hora ou de 1 hora e 30 minutos — há bocado propusemos 1 hora e 30 minutos e não temos nada contra que assim seja.

Da nossa parte, e porque entendemos que é um período excepcional, uma vez que não estava previsto, cremos que devem ser feitas inscrições. Nesse sentido, o PCP inscreve-se já para fazer uma intervenção nesse período de antes da ordem do dia.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É também para me pronunciar em relação a estas questões que vêm sendo suscitadas.

Pela nossa parte estamos de acordo que exista hoje um período de antes da ordem do dia, mas parece-nos que havia toda a vantagem em fazer antes hoje uma sessão nocturna em vez de arrastarmos a interpelação para quinta-feira. Portanto, se esse fosse o entendimento da Câmara, para nós, isso seria mais favorável e dar-lhe-íamos o nosso assentimento. No entanto, se for considerado que é mais útil fazer o prolongamento da interpelação para quinta-feira de manhã, também não poremos objecção.

Quanto às intervenções no período de antes da ordem do dia de hoje pensamos que este problema está dependente do primeiro, pelo menos da nossa parte, visto que se houvesse uma sessão dedicada à discussão dos diplomas sobre a autonomia universitária na quinta-feira, nós fariamos uma declaração política sobre outro tema.

E assim sendo, o que propúnhamos era que o período de antes da ordem do dia de hoje, qualquer que seja a sua dimensão temporal, seja repartido, igualmente, por todos os partidos, de modo a proporcionar a todos pelo menos uma intervenção.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, agradecia que não fizéssemos dois períodos de antes da ordem do dia visto que já vamos quase nisso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

O Sr. Manuel Pereira (PSD): — Sr. Presidente, é só para dizer que nós não podemos admitir a continuação dos trabalhos de hoje depois do jantar porque temos reunião do grupo parlamentar às 21 horas e 30 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, se estivessem de acordo, a Mesa iria confirmar as inscrições para declarações políticas neste período de antes da ordem do dia.

O primeiro partido que se pronunciou a este respeito, penso eu, foi o PSD. Não é assim, Sr. Deputado Silva Marques?

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, realmente fomos nós que levantámos a questão, mas tenho a impressão que a primeira inscrição é do Partido Comunista.

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — É a minha!

O Orador: — De qualquer modo sugeria que, à falta de inscrição tempestiva, se seguisse a ordem de grandeza dos partidos, sob pena de fazermos aqui uma inscrição de afogadilho.

O Sr. Presidente: — A ordem crescente ou decrescente, Sr. Deputado?

O Orador: — Crescente, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Candal.

O Sr. Carlos Candal (PS): — É só para pedir o favor de me inscrever para este debate, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para uma declaração política em nome do seu partido?

O Sr. Carlos Candal (PS): — Não, não, Sr. Presidente. É para uma declaração individual.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado, não temos ainda todos os problemas resolvidos porque até agora parece-me que haveria limite para as inscrições ...

O Sr. Carlos Candal (PS): — Esse será, porventura, mais um problema, que é o direito individual de os deputados usarem da palavra independentemente das declarações políticas que sejam feitas em nome do próprio grupo parlamentar.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado. A nossa questão é unicamente de programarmos os nossos trabalhos em função do tempo — e eu já o tinha visto fazer um gesto para se inscrever —, e desde o princípio tem sido mencionado o nome do Sr. Deputado Leonel Fadigas para fazer uma intervenção em nome do seu partido.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, é para manifestar o meu desacordo em relação à sugestão feita pelo Sr. Deputado Silva Marques. Trata-se de um período de antes da ordem do dia extraordinário, nós não temos nenhuma intervenção política preparada, não pensamos, em princípio, intervir, o que não significa que no quadro deste período de antes da ordem do dia, em função de intervenções que tenha havido, não nos reservemos o direito dessa intervenção.

Agora, o que não aceitamos é ser obrigados a falar ou a não falar numa altura que nem sequer é escolhida por nós. Usaremos da palavra quando entendermos que devemos ou não falar. Dessa liberdade é que não abdiquamos.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Está certo.

O Sr. Presidente: — Há, portanto, uma inscrição do Grupo Parlamentar do PCP. Não é verdade, Sr. Deputado Carlos Brito?

O Sr. Carlos Brito (PCP): — O Sr. Presidente, não é disso que se trata. Nós temos uma interpelação e estamos preparados para fazer as intervenções relativas a essa interpelação. Temos intervenções preparadas, não contávamos que o problema surgisse. O problema surgiu pela voz do Sr. Deputado Silva Marques que disse — como se pode verificar pelo

registro — que queria fazer uma declaração política sobre os problemas da Marcha da Paz, da Marinha Grande e das declarações de um porta-voz do Presidente da República sobre a revisão constitucional. A seguir, o Sr. Deputado Luís Coimbra interveio para declarar que queria fazer uma declaração política sobre os problemas da Marcha da Paz. Depois interveio o Sr. Deputado José Niza para declarar que o seu grupo parlamentar pretendia fazer uma declaração política sobre as questões da Marinha Grande.

Ora bem, Sr. Presidente, é em relação a esta vontade, irreprimível, de intervir dos Srs. Deputados — e antes de tudo do Sr. Deputado Silva Marques — que nós aquiescemos a que fosse criado na reunião de hoje, com o nosso acordo, um período de antes da ordem do dia, salvaguardando os tempos e as condições de dignidade para a realização da nossa interpelação.

Nesse sentido, não somos nós com certeza que desejamos abrir o debate. O debate deve ser aberto pelo Sr. Deputado Silva Marques que agora parece que já começa a gaguejar. Assim, a Câmara só pode ter vontade em ouvir o Sr. Deputado Silva Marques, a quem deve ser dada a palavra. E penso que a Câmara compreenderá que o Grupo Parlamentar do PCP se reserve para o fim para explicar as questões que relativamente à sua actuação forem levantadas. Naturalmente, o PCP não pretende ter a última palavra, mas pretende estar nas melhores condições para esclarecer as questões que forem levantadas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, se me permite, primeiro vou fazer uma pequena correcção ao Sr. Deputado Carlos Brito.

Quando levantei a questão, baseei-me em três factos que considerei importantes, e foi nessa sequência que declarei que a minha bancada estava particularmente interessada em fazer uma declaração sobre as violências ocorridas no cemitério da Marinha Grande.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — É a mesma coisa!

O Orador: — Sr. Deputado, uma coisa não é igual a outra.

Efectivamente, eu referi que se tinham verificado três acontecimentos importantes e indiquei-os por ordem: Marcha da Paz ...

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Posso interrompê-lo, Sr. Deputado?

O Orador: — Faça favor.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Se o Sr. Presidente me dá licença, quais são as questões de que o Sr. Deputado Silva Marques não pode falar?

O Orador: — Quando o Sr. Deputado tiver poder de inquirição sobre mim, responder-lhe-ei ou direi que não presto declarações. De qualquer modo a sua pergunta é completamente descabida, queira desculpar.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — O Sr. Deputado, é só para vermos como é que se pode organizar este período de antes da ordem do dia ...

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, dão-me licença que interrompa esse interessante debate?

Para além da dificuldade inherente à organização destes trabalhos surgidos já depois de aberta a sessão, a Mesa ainda não se declarou incapaz de o fazer. Portanto, aceita todos os contributos, mas ainda não renunciou a conseguir ordenar as inscrições de uma maneira que seja aceitável por todos.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, eu fui interrompido quando estava no uso da palavra. Portanto, se mo permitir, eu continuaria.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Efectivamente, eu enunciei três acontecimentos importantes, a saber: a Marcha da Paz e as violências ai ocorridas; as violências no cemitério da Marinha Grande a propósito das comemorações do 18 de Janeiro; e a declaração do Presidente da República por intermédio do seu porta-voz.

E, na sequência destes três acontecimentos, referi que a minha bancada estava particularmente interessada em fazer uma declaração sobre um deles, e até de certa forma sobre o de maior gravidade, pelo menos na sua análise imediata, e que era o das violências no cemitério da Marinha Grande.

Esta a correcção ao Sr. Deputado Carlos Brito que fez uma interpretação ...

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Não foi assim!

O Orador: — O Sr. Deputado, eu sei que a vossa bancada é célebre no vosso activismo, mas tenho as minhas dúvidas que tenha tido tanta rapidez em consultar o registo da sessão. Ou então também admito que o registo, salvo o magnetofónico, esteja também errado. É uma tese pensável, de qualquer modo, ele ainda não é definitivo. Portanto, o Sr. Deputado, que é um parlamentar que procura o rigor, de certo reconhecerá a bondade da minha posição.

E é precisamente porque a sua argumentação foi forte no que diz respeito ao escalonamento das intervenções que eu inscrevo, desde já, a minha bancada para a respectiva intervenção.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a ordem pela qual as inscrições chegaram à Mesa — ou pelo menos a ordem por que tomamos nota — foi a seguinte: o Sr. Deputado Silva Marques, em nome do PSD; o Sr. Deputado Leonel Fadigas, em nome do PS; o Sr. Deputado Luís Coimbra, em nome do PPM; e em o Grupo Parlamentar do PCP não sei se é o Sr. Deputado Carlos Brito ou se é algum outro Sr. Deputado.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, não sou eu que faço a intervenção do meu partido. É o Sr. Deputado Rocha de Almeida.

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Sr. Presidente, logo a seguir à intervenção inicial do Sr. Deputado Silva Marques, julgo ter deixado claramente explícito que me inscrevia, caso fosse aberto este período de antes da ordem do dia, para uma declaração política. Assim, julgo que a seguir à declaração política do PSD terá lugar a do PPM.

O Sr. Presidente: — A situação é esta: enquanto que o Sr. Deputado Luís Coimbra pedia a palavra do seu lugar, o Sr. Deputado Leonel Fadigas subiu aqui para se inscrever. Se o Sr. Deputado Leonel Fadigas não vê inconveniente intervirá o Sr. Deputado Luís Coimbra primeiro.

O Sr. Leonel Fadigas (PS): — Não vejo qualquer inconveniente, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — A fim de que não se levantem mais dificuldades, antes de o Sr. Presidente dar por aberto o período excepcional de antes da ordem do dia, gostaria de saber se fica garantido que a interpelação continuará na quinta-feira e qual será a duração que vai ter este período de antes da ordem do dia. A nossa proposta é que fosse de hora e meia para que não fosse necessário estendê-lo. Gostaríamos que após esse período de antes da ordem do dia houvesse um curto intervalo, para a seguir começarmos com a interpelação ao Governo sobre a habitação.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Robalo.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Penso que é um problema que ainda não está ultrapassado, e não gostaríamos de entrar neste debate sem o termos resolvido. De facto, há mais do que um deputado de cada partido a inscrever-se, e penso que, tendo em conta que é um debate especial, deviam ser atribuídos a cada partido — e é esta a proposta que faço — dez minutos, competindo aos partidos a gestão desse tempo, porque se não estipulamos determinadas regras entramos numa discussão que ocupará toda a tarde.

Portanto, o que queria propor era que fossem atribuídos a cada partido dez minutos para a discussão e que competisse ao partido a gestão desse tempo e não à Mesa. À Mesa competiria, sim, a marcação dos dez minutos de cada partido.

Entretanto, tomou lugar na bancada do Governo o Sr. Primeiro-Ministro (Pinto Balsemão).

O Sr. Presidente: — É aceite a proposta do Sr. Deputado Carlos Robalo no sentido de cada grupo parlamentar usar da palavra por dez minutos, se assim o desejar.

Há uma inscrição do Sr. Deputado Carlos Candal que dependerá, naturalmente, da administração do tempo por parte do Grupo Parlamentar do PS.

Estão inscritos deputados do PSD, do PPM e do PCP. Não estão inscritos deputados dos outros grupos parlamentares.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Também nos desejamos inscrever, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então eu repito, porque já há mais inscrições: estão inscritos deputados do PSD, do PPM, do PCP, do GDS, da UDP, do MDP/CDE, da UEDS e da ASDI.

Portanto, vamos ter um período de antes da ordem do dia com a duração de 1 hora e 30 minutos, retenho como útil para a organização dos trabalhos da Mesa a limitação de 10 minutos por partido, e peço aos grupos parlamentares que entendam que esses dez minutos abrangerão portanto intervenções, pedidos de esclarecimento, respostas, etc., porque senão alguém ficará prejudicado.

O período de antes da ordem do dia começa às 17 horas e 30 minutos. Repito o que já foi dito: a presença do Governo é sempre bem-vinda, e está por direito próprio nesta Casa. De qualquer maneira, não me parece que seja indispensável a sua presença durante este período de antes da ordem do dia. Informo que o debate sobre a interpelação do Governo começará depois do intervalo, às 18 horas.

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Rocha de Almeida.

O Sr. Rocha de Almeida (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Calar a nossa voz nos momentos cruciais em que os valores humanos e democráticos estão em perigo não será a nossa posição, não será o nosso descanso, porque o nosso timbre nunca será a traição, o silêncio ou temor ...

Calar a razão e a verdade nos momentos em que a irracionalidade política se arvora em estandarte e guião, silenciar os factos em que a verdade é espezinhada e agrilhoada à «besta irracional» dos ditames internacionalistas e ao escopro sinistro do domínio das classes trabalhadoras por uma ditadura que desconhece a verdade, a razão, e por motivos estrangeirados é, no mínimo e no máximo, a demissão e a sujeição de uma sociedade dócil à vontade de grupos políticos para quem a razão de ser se confina ao domínio, tirania e dominação dos outros (todos) homens.

O Sr. Guerreiro Norte (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Nestas circunstâncias, e chamando aqui a solidariedade que nos une e identifica com todos os portugueses em geral e aos sindicalistas de opção democrática em especial, não podia calar a minha voz, neste início de trabalhos parlamentares desta semana, sem denunciar aqui publicamente, afronta, o comportamento reaccionário e antidemocrático de que foram vítimas os responsáveis da central sindical democrática, a UGT, ontem na Marinha Grande.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não podia o meu grupo parlamentar deixar passar em claro sem uma denúncia, frontal e inequivoca tais comportamentos e declarar aqui a sua total solidariedade para com o nosso colega de bancada do Partido Socialista, Deputado Leonel Fadigas, e os elementos do Secretariado Nacional da UGT Vítor Hugo Sequeira, da tendência socialista, Jorge da Paz Rodrigues, Rui Oliveira e Costa e todos e tantos trabalhadores que foram vítimas da sanha incontrolada, manobrada, de uns tantos que se negam a aceitar o primado da democracia no nosso país.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Daqui desta tribuna queremos afirmar que o 25 de Abril foi obra de democratas para homens democratas, e a todos quanto nele se não reconheçam dizemos que jamais, seja em nome de que for — da CGTP/IN, da UNICIDADE, ou qualquer outra coisa —, farão deste país o seu feudo ou domínio, como aliás não farão nos países onde assumiram o poder, tal como na Polónia.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Esse domínio será só provisório porque a luta dos trabalhadores jamais permitirá que um povo se vergue à ditadura, por mais que seja a opressão. Não há heróis de ninguém. Quando os homens se levantam contra uma ditadura que domina os seus países, esses homens não são de um partido, de um clã ou de um grupo, são universais, são património cultural e político de todo um país.

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM e de alguns deputados do PS.

Os heróis de 18 de Janeiro de 1934 são nossos, pela sua voz, pelo seu gesto, pela sua vida, pela sua morte.

Não admitimos que alguém, INTER ou PCP, se arvore em dono dos nossos heróis, que cairam na defesa dos nossos valores maiores, tais como a defesa das liberdades sindicais e democráticas.

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM e de alguns deputados do PS.

O grito ouvido e os gestos praticados na Marinha Grande foram para nós e para a sua memória um insulto.

Com estas palavras denunciamos aqueles actos, reafirmamos a nossa solidariedade e alertamos os democratas deste país para actuações tão graves que podem ser prelúdio de uma maior escalada totalitária e, logicamente, antidemocrática.

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM e de alguns deputados do PS.

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra, também para uma declaração política, o Sr. Deputado Luís Coimbra.

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Desde a sua fundação que o PPM é o único partido político português a condensar frontalmente a utilização dita para fins «pacíficos»

da energia nuclear. Em grande parte, devido à nossa actuação no campo político, foi possível evitar a construção da central nuclear de Ferrel.

Foi possível denunciar publicamente que qualquer atentado bombista convencional, feito a uma central nuclear, poderia produzir efeitos de dimensões idênticas às de um ataque nuclear a Portugal numa situação (Deus nos livre) de conflito internacional.

Coerentes com as nossas ideias, denunciámos e repudiamos na devida altura as negociações da antiga CPE com a Westinghouse, os pedidos de licenciamento para a aquisição de equipamento nuclear feitos pela EDP à Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, a exposição soviética realizada em Lisboa sobre as vantagens da energia nuclear, bem como as recentes ofertas francesas nesta matéria.

No domínio do armamento nuclear, o PPM há longos anos que rejeita a corrida ao armamento, defendendo um desarmamento bilateral a realizar de forma concertada entre os dois blocos político-militares, pela aplicação dos acordos de Helsínquia e a continuação das negociações SALT.

Todos nesta Assembleia, estou certo, têm por outro lado consciência de que uma confrontação nuclear, seja através da utilização da bomba atómica, da bomba de hidrogénio ou da bomba de neutrões, não deixaria intacta qualquer parte do nosso planeta.

Foi nesta perspectiva que toda uma Europa vítima de sucessivas guerras se levantou, fazendo erguer a sua voz, em luta pela paz contra uma futura guerra absurda, onde todos sabemos não existirem vencedores nem vencidos.

Em Portugal, no passado sábado, estas «marchas da paz» europeias foram claramente deturpadas e manipuladas pelo PCP, numa evidente manifestação do seu belicismo e sectarismo.

Que o Partido Comunista considere que os reactores para a produção de electricidade fabricados na URSS são seguros porque estão «ao serviço da classe operária» e não ao serviço do «grande capital», já o sabíamos desde o acidente de Three Mile Island.

Mas a partir de sábado passado, os portugueses mais ingênuos ficaram de uma vez por todas a saber que os mísseis nucleares soviéticos são bons e os mísseis americanos são maus, que a instalação de mísseis *Cruse* e *Pershing* na Europa Ocidental são uma ameaça de guerra enquanto que os mísseis SS-20 soviéticos, instalados na Europa de Leste, são um contributo para a paz. Que a futura instalação de mísseis nucleares é ainda muito mais perigosa que a existência actual de mísseis nucleares em ambos os lados.

No sábado passado, os militantes de movimentos ecológicos, de objectores de consciência e de movimentos políticos que defendem o desarmamento simultâneo dos dois blocos viram-se, subitamente, regressados ao antes do 25 de Abril.

A paz que o PCP defende foi imposta a cacete, a pontapé, e sob a ameaça de destruição de máquinas fotográficas a quem procurasse registar a efeméride.

Dois militantes da Associação Portuguesa «Os Amigos da Terra» foram selvaticamente agredidos pelo «serviço de ordem» e tiveram de recorrer aos serviços hospitalares só porque eram portadores de um cartaz caricaturando os Presidentes Reagan e Brejnev, ambos sentados em sua bomba.

No Porto, idênticas cenas de violência se registaram. Para o chamado «serviço de ordem» da manifestação o facto de alguns manifestantes gritarem «nem Pershings nem SS-20» não passava de uma provocação da CIA e de uma provocação fascista.

Na Avenida da Liberdade, em certo momento, o grito de «Reagan, Brejnev, escutem, a Europa está em luta», foi rapidamente abafado por poderosas instalações sonoras que vomitavam o slogan «Reagan, escuta, a Europa está em luta». Para toda a população portuguesa, para todos os verdadeiros democratas e amantes da paz, os acontecimentos ocorridos no Porto e em Lisboa, no passado sábado, vieram demonstrar à evidência que os caceteiros comunistas do serviço de ordem da dita manifestação, para além da sua persistente subserviência a Moscovo, são hoje em dia os legítimos continuadores das técnicas pídecas e das actuações «pacifistas» do capitão Maltez.

Aplausos do PPM, do PSD e do CDS.

Procurando apelar à participação de todos os portugueses nessas manifestações com uma mensagem de pomba, o PCP acabou por agir para com muitos manifestantes, tal como todos os outros PCPs da Europa de Leste a seguir à guerra lidaram com os movimentos políticos que não partilhavam das mesmas ideias, isto é, aniquilando-os sem dó nem piedade. É caso para dizer, parafraseando um slogan ecologista muito europeu e muito em voga: «A Paz do PCP? Não, obrigado».

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Mais uma vez ficou demonstrado, para quem ainda tivesse dúvidas, o claro perigo para a liberdade que a actual prática do PCP e dos seus apêndices intelectualídes representa hoje em Portugal.

Perante as tentativas vindas dos mais variados sectores, no sentido de influenciar a revisão constitucional, que só a nós deputados eleitos pela Nação compete realizar; perante as recentes declarações públicas do líder do Grupo Parlamentar do PCP e do seu Secretário-Geral sobre os verdadeiros objectivos da onda de greves, importa que todos os portugueses tomem consciência de que pairam de facto graves ameaças contra o normal funcionamento das instituições democráticas.

E ao denunciarmos esta ameaça, fazêmo-lo com a autoridade moral que nos advém de não termos estado envolvidos nas eleições presidenciais, de não termos contribuído de qualquer modo para a destabilização da democracia, de nunca termos, desde o 25 de Novembro até à data, denunciado o eventual carácter político de muitas greves que têm ocorrido em Portugal.

Que seja contra ou a favor do Governo é normal e salutar em democracia. Que em sede própria se seja por esta ou aquela revisão constitucional é normal e desejável. Mas assim como assiste às oposições o direito de criticarem a maioria e exortarem os cidadãos a votar na escolha de outras alternativas, também nós, na Aliança Democrática, nos sentimos legitimados a exortar todos os portugueses, todos os trabalhadores democráticos, a cerrarem fileiras, independentemente das suas opções políticas, contra esta onda de greves já sem sentido, apenas contra a revisão constitucional, comandadas por um Partido Comunista orgulhosamente no seu marxismo-leninismo.

nismo-stalinismo, em que a coragem, a coerência e a integridade moral de muitos dos seus militantes é hoje, estou certo, violentada pelo próprio silêncio a que se remetem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Defender hoje a democracia tornou-se evidente ser a tarefa prioritária de todos os verdadeiros democratas. Por isso aqui queremos deixar claramente a mensagem de que pela nossa parte, pela parte do PPM, o golpismo e o totalitarismo serão mais uma vez derrotados.

Aplausos do PPM, do PSD e do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Leonel Fadigas.

O Sr. Leonel Fadigas (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os acontecimentos ontem ocorridos no cemitério da Marinha Grande, pela sua gravidade, obrigam-me a vir aqui prestar um esclarecimento, que é devido ao povo português, aos democratas e, em especial, ao Partido Comunista.

É o esclarecimento é o seguinte: tal como antes do 25 de Abril e em 1975, os democratas e os socialistas não se intimidam com provocações, com arrueltas, com agressões.

Aplausos do PS, do PSD, do CDS e do PPM.

Lutámos antes do 25 de Abril para que elas desaparecessem do nosso país; lutámos em 1975 para que de novo elas não fossem o dia-a-dia da Revolução. Lutamos, hoje, como ontem, para que elas desapareçam de vez, como método de acção política e purificação ideológica.

Aplausos do PS, do PSD, do CDS, do PPM, da ASDI e da UEDS.

Os que em 1934 consideraram o levantamento operário do 18 de Janeiro como uma anarqueirada ...

Uma voz do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... e condenaram a acção dos que heroicamente se levantaram contra a fascização dos sindicatos ...

Uma voz do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... não têm legitimidade para se apropriar de uma data que pertence hoje ao movimento operário livre.

Aplausos do PS, do PSD, do CDS e do PPM.

E se o digo aqui hoje é com orgulho de ser aqui nesta Assembleia o primeiro de uma geração que não é operário, o filho, neto e bisneto de operários, de homens que estiveram também no 18 de Janeiro.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Porque em 1934 em Portugal foi, como em 1970 e 1981 na Polónia, a voz dos que não querem ser escravos, dos que defendem a liberdade, seja ela de reunião, de associação ou de pensamento. Por isso, tal como os militares polacos, o PCP chama fascistas, como ontem fez na Marinha Gran-

de, aos que defendem a liberdade, a democracia, o respeito pelos direitos dos trabalhadores.

Aplausos do PS, do PSD, do CDS e do PPM.

É certo que o PCP não gosta que se fale nisso, mas paciência! Enquanto não for poder neste país, terá que continuar a ouvi-lo. Isto é muito mais!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É que se o PCP for governo nós sabemos aonde irão parar as tão faladas amplas liberdades.

Aplausos do PS, do PSD, do CDS e do PPM.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O que vale é que quem sofreu as agressões dos legionários do Sr. Góis Mota e as agressões do PCP sabe que elas são iguais, que os métodos e os objectivos são os mesmos.

Vozes do PS e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Resta saber se não serão os mesmos os seus autores.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

A agressão de que foram vítimas ontem camaradas meus na Marinha Grande e eu próprio no interior e fora do próprio cemitério, pelos elementos do PCP e da Inter, não pode passar sem um protesto, não apenas pelo que eles representam de exemplo do mais fascizante dos totalitarismos, como também pelo exemplo do respeito que merecem ao PCP os lugares que, como os cemitérios, para quem tem o mínimo de sensibilidade, são sagrados.

A invasão do cemitério da Marinha Grande, o desrespeito pelas sepulturas e pelas famílias dos mortos a quem se destinava a romagem, que estavam presentes e que foram enxovalhados e agredidos são, pela selvajaria de que se revestiram, exemplo do comportamento «pacífico» dos promotores das «marchas da paz».

Vozes do PS, do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — É que, tal como Salazar, também o PCP quer, para Portugal, a «paz dos cemitérios».

Aplausos do PSD, do PPM e do Sr. Deputado Rui Pena.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: São conhecidos alguns dos agressores. Contra eles foram já apresentadas as respectivas queixas.

Confiamos na justiça dos Tribunais. Esse o julgamento que as «tropas de choque» do PCP merecem: o tribunal comum.

O outro julgamento, o político e de opinião pública, está feito. O PCP só engana quem quer ser enganado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E parece que há ainda quem queira ser enganado! Por miopia ou distração ou mau conselho.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o esclarecimento vai ser longo. Os autores das provocações e das agressões de ontem na Marinha Grande tentaram uma vez mais calar a voz de quem ousa dizer «Não vou por aí».

Connosco não o conseguiu a Pide, nem a Legião; não o conseguiu o PCP nem o conseguirá!

Continuaremos a dizer NÃO aos totalitarismos, mesmo que nos falem em «Unidade», na «amizade entre os povos», na «paz e na cooperação».

A liberdade não se vende nem se negocia!

E nós não temos medo!

Aplausos do PS, do PSD, do CDS, do PPM e da ASDI.

O Sr. Fleming de Oliveira (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Fleming de Oliveira (PSD): — Sr. Presidente, gostaria de manifestar o meu apoio e solidariedade com as palavras proferidas pelo Sr. Deputado Leonel Fadigas. Mas, não me permitindo o Regimento uma intervenção de outro modo, vou utilizar a forma do pedido de esclarecimento, embora em rigor se não trate de um pedido de esclarecimento.

O Sr. Presidente: — Então faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Fleming de Oliveira (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Leonel Fadigas: Como deputado eleito pelo círculo de Leiria, tal como o nosso companheiro do Partido Socialista, Sr. Deputado Leonel Fadigas, não posso neste momento deixar de referir os acontecimentos ocorridos na Marinha Grande, supondo exprimir inteiramente o sentimento dos demais deputados do nosso distrito perante as graves ofensas que ontem foram efectuadas aquando de uma homenagem a democratas no cemitério da Marinha Grande.

Num momento em que as liberdades civis e políticas continuam a ser postas em causa por indivíduos, grupos políticos ou Estados que da democracia têm apenas um conceito meramente formal e que nada tem a ver com o nosso, a luta do Partido Socialista e do seu deputado Leonel Fadigas, tal como a nossa, há-de vingar, custe o que custar.

Por isso o sentido destas muito breves palavras, que são apenas de respeito pela luta que todos nós, a todo o custo, havemos de trazer para Portugal; havemos de fazer dessa a nossa luta, em prol daqueles valores mais altos e elevados em que acreditamos.

É esta, em suma, a minha solidariedade pessoal consigo, Sr. Deputado Leonel Fadigas.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Santos.

O Sr. Guilherme Santos (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como deputado do distrito de Leiria, ontem também presente, embora um pouco tarde

em relação ao sucedido no cemitério — tive oportunidade de estar na Marinha Grande e assistir ainda, embora em parte, ao que se lá passou —, gostaria também de sobre isso dizer algumas palavras.

E as primeiras palavras são de solidariedade para com os meus camaradas socialistas e sindicalistas da Marinha Grande que ontem foram barbaramente espancados no cemitério e seus acessos; em segundo lugar, quero manifestar ao meu camarada deputado Leonel Fadigas a minha sincera solidariedade pela sua destreza em se assumir como Deputado e como elemento representativo deste órgão de soberania.

Para eles, os meus sinceros votos de galhardia e valentia que ontem demonstraram na Marinha Grande.

Mas, o que eu queria, acima de tudo denunciar, é o que se passa hoje na Marinha Grande.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, meus queridos colegas: O que hoje acontece na Marinha Grande, é que se vive já o que se viveu no Alentejo nos anos 74 e 75: é o clima do terror, do medo e que nós, deputados, temos de denunciar fortemente, para que não venha a ocorrer qualquer coisa de mais grave, como sucedeu ontem.

É que, realmente, Srs. Deputados, em anos anteriores a 1974, os democratas deste país deslocavam-se aos cemitérios em homenagem àqueles que tinham morrido pela liberdade e eram barbaramente espancados e impedidos pela Pide. Ontem, na Marinha Grande, sete anos depois do 25 de Abril, sucede o mesmo.

A Pide parece que voltou novamente ao nosso país!

Esperemos que assim não seja! É esse o voto que deixo aqui expresso nesta Assembleia.

Aplausos do PS, do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Candal.

O Sr. Carlos Candal (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Três acontecimentos relevantes foram aqui já sublinhados, como temas ocorridos nos últimos dias: as cenas da Marinha Grande, a Marcha da Paz e as declarações do Presidente da República.

A propósito de três situações que se afiguram distintas, têm sido feitas misturas de factos políticos, misturas de pessoas e, sobretudo, mistura de atitudes mentais. Penso que é preciso distinguir, tal e qual como sempre distingui e distingo, entre os cidadãos portugueses iguais por iguais, entre os partidos portugueses formalmente iguais, entre os deputados, todos com idêntica dignidade; é preciso distinguir quando se fala da defesa dos direitos e das liberdades individuais entre aqueles que só falam nisso depois do 25 de Abril e os que desde sempre defenderam e deram a cara na defesa desses valores essenciais.

Aplausos dos Srs. Deputados António Arnaut e Jorge Lemos.

Segundo aspecto: penso que se fazem transposições de circunstância, porque não é lícito, a propósito dos acontecimentos da Marinha Grande — que

eu repudio frontalmente, solidarizando-me com os socialistas e sindicalistas doutras opções que aí estiveram e que foram selvaticamente agredidos quando se encontravam no exercício de um direito constitucional, essencial, de manifestação pública — misturar isto com esse outro momento da Marcha da Paz que terá congregado muitos comunistas, porventura uma maioria de comunistas, que terá sido eventualmente maculada por cenas ocasionais menos democráticas e de maior violência. Mas o que é preciso é não misturar tudo no mesmo caminho, porque as marchas de paz, contrariadas e criticadas por alguns socialistas, foram em contrapartida apoiadas e presenciadas por outros socialistas, que estiveram aí por sua própria motivação, que pode ser — e é seguramente — diferente dos outros que estiveram presentes: ecologistas, pacifistas ou comunistas.

Estiveram aí por razões próprias que, penso, se ligarão, quanto aos socialistas, com a defesa do artigo 7.º da Constituição, que fala do desarmamento simultâneo e controlado. Os contactos não são responsáveis: todos estiveram presentes por manifestação ocasional — é o caso de não poder ser responsabilizada a AD na sua manifestação contra a invasão da Polónia, por se terem misturado fascistas nessa manifestação cívica a fazerem o sinal nazi. É evidente que a AD não pode ser responsabilizada por isso. É esta destriña que eu quero fazer.

Sobre o terceiro ponto, que se trata de uma temática de alto nível político, ou seja, as declarações por interposta pessoa do Presidente da República, não se trata de assunto de reflexão individual, pelo que o meu partido formal e oficialmente se pronunciaria sobre o tema.

Eram estas as destriñas que eu queria fazer.

Aplausos de alguns deputados do PS.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Desta vez a AD não bate palmas?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Reparei que também a bancada do CDS se inscreveu para intervir e, no espírito do que há pouco propus, com vantagens para o debate, talvez houvesse conveniência em que o Grupo Parlamentar do PCP fosse o último a intervir e, já o dissemos, não para termos a última palavra — não temos essas pretensões —, mas para podermos esclarecer todas as questões que entenderem levantar e o debate poder depois prosseguir com mais proveito para a Câmara e para a democracia portuguesa.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço a sua atenção para o facto de a Mesa estar a seguir a ordem de inscrições, estando a seguir inscritos os Srs. Deputados Rui Pena, Mário Tomé, Heriberto Goulart, Lopes Cardoso e Magalhães Mota.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O nosso pedido é no sentido de intervirmos no fim de todos esses Srs. Deputados.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Não pode ser, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Parece que há várias objecções a esse pedido.

Pediram a palavra os Srs. Deputados José Luís Nunes, Lopes Cardoso, Jaime Gama e Rui Pena.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

Queria muito simplesmente dizer que entendo que o Partido Comunista não está no banco dos réus. Portanto, não se trata de lhe perguntar o que tem a alegar em sua defesa. Por isso, nós, não prescindimos de falar na ordem em que nos inscrevemos, pelo que não aceitamos que o Partido Comunista seja o último a usar da palavra.

Aplausos da UEDS, do PS, do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — A AD bate palmas?

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Não é, talvez, curial nesta Casa, fazerem-se protestos em apartes. Contudo, já não é o primeiro aparte das bancadas do Partido Comunista, sublinhando os aplausos vindos da bancada da AD.

Eu podia dizer ao Partido Comunista que se trata da homenagem prestada pelo vício à virtude. Mas não digo! O que digo é que, tratando-se de problemas que têm a ver com as liberdades fundamentais, o que eu lamento é que os aplausos não venham da bancada do Partido Comunista.

Aplausos da UEDS, do PS, do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu não tinha feito nenhuma exigência, nem invocado nenhuma norma regimental para falar depois dos Srs. Deputados inscritos. Tinha até esclarecido que não pretendíamos ter a última palavra.

Fiz apenas um pedido à Assembleia, no sentido de ser considerado o nosso propósito de falarmos no fim ou, em face da intervenção que o Sr. Deputado Lopes Cardoso acaba de fazer, lamentando embora o estado de espírito muito emocionado em que o Sr. Deputado Lopes Cardoso se encontra ...

Risos do PS, do PSD, do CDS, do PPM e da UEDS.

... e a sua antecipação de juízo sobre o comportamento e atitude do PCP — o Sr. Deputado Lopes Cardoso lá tem as suas razões —, nós não temos nenhuma dificuldade em intervir agora, embora pensássemos que, para eficácia e proveito do debate parlamentar, nós devéssemos intervir só no fim.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A propósito de três questões recentes e de importância desigual na actualidade política portuguesa — incidentes verificados durante a Marcha da Paz, acontecimentos verificados no cemitério da Marinha Grande e declarações do porta-voz do Sr. Presidente da República a propósito da revisão constitucional —, entenderam alguns deputados criar um período especial de antes da ordem do dia.

Ao fazerm-no não esconderam a intenção de concentrar sobre o PCP um conjunto de ataques, exactamente no dia em que, usando dos seus direitos regimentais e parlamentares, o PCP havia marcado e se preparava para iniciar uma interpelação ao Governo ...

O Sr. Silva Marques (PSD): — A culpa da coincidência é vossa!

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Caladinhos, caladinhos!

O Orador: — ... sobre o magno problema da habitação.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — As circunstâncias em que esta série de ataques se produzem e o momento escolhido para as realizar tem, naturalmente, uma significação política que todos os Srs. Deputados que são inteligentes — desigualmente, como é natural — saberão retirar.

Na verdade, o PCP não tem que ver directamente com nenhuma destas questões ...

Risos do PSD, do CDS e do PPM.

..., verdade seja que, até agora, os Srs. Deputados que intervieram estabeleceram relações entre os incidentes da Marcha da Paz, o PCP e entre os acontecimentos da Marinha Grande e o PCP. Nenhum Sr. Deputado estabeceu até agora relações do porta-voz do Sr. Presidente da República e o PCP. Reconhecemos esse facto!

O Sr. Amadeu dos Santos (PSD): — Também há! ...

O Orador: — Quanto às três questões que o Sr. Deputado Rui Pena diz que iria referir — é uma pena que não tenha falado antes, pois verificaria que tínhamos razão ...

O Sr. Silva Marques (PSD): — Dá-me licença que o interrompa?

O Orador: — Agora não, Sr. Deputado. Há pouco sim.

O debate parlamentar teria beneficiado se nós tivéssemos sido os últimos a usar da palavra nesta primeira volta.

As três questões levantadas merecem ao PCP uma consideração diferente.

Vamos à primeira — os acontecimentos no cemitério da Marinha Grande. Queremos dirigir à bancada do Partido Socialista a manifestação do nosso pesar por aquilo que aconteceu no cemitério da Marinha Grande.

Aplausos do PCP.

O Sr. Amadeu dos Santos (PSD): — São lágrimas de orocodilo!

O Orador: — Também o PCP reprova esses incidentes e, logo que aqui na bancada tivemos conhecimento do que se tinha passado procurámos informar-nos e, hoje mesmo, antes do início da sessão, anunciámos à direcção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que lhe queríamos prestar esclarecimentos acerca daquilo que tinha acontecido no cemitério da Marinha Grande. E o que aí aconteceu não só nada tem a ver com o PCP, como, mais do que isso, aconteceu contra a vontade do PCP organizado na Marinha Grande.

Aplausos do PCP.

Ninguém na Marinha Grande tem dúvidas de que a Comissão Concelhia do PCP fez todos os esforços para impedir que esses incidentes tivessem lugar.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Toda a gente na Marinha Grande sabe também que, durante os acontecimentos, a organização do PCP interveio para minorar as suas consequências.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Hoje mesmo, ao que pude averiguar, a Comissão Concelhia do PCP na Marinha Grande vai publicar um comunicado em que lamentará o sucedido e reprovará atitudes de provação por parte de alguns dos organizadores da manifestação, mas reprovará também as atitudes daqueles que procuraram impedi-la.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Lamento também junto da bancada do Partido Socialista não poder associar no pesar que há pouco manifestámos — e de igual modo — aquele que deveria estar antes de tudo na nossa atenção, o Sr. Deputado Fadigas, pelas declarações que aqui lhe ouvimos.

Uma voz do PSD: — Espera aí que foi a AD que lhes bateu...!!

O Orador: — E comprehende-se, Srs. Deputados, como na Marinha Grande, por altura de 18 de Janeiro, uma linguagem como esta que aqui ouvimos pode na verdade ser o caminho para suscitar a atenção e provocar incidentes.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Jaime Game (PS): — É ridículo!

O Orador: — Então Srs. Deputados, podem-se lançar insultos, como aqui foram lançados, sobre a nossa bancada, sobre militantes nossos, que tendem a confundir os comunistas, até os deputados comunistas, com a PIDE, com os agentes mais repugnantes da PIDE ...

O Sr. Portugal da Silveira (PPM): — É o que são!

O Orador: — ... ou com as torturas mais infames da PIDE?

Os Srs. Deputados sabem quem se senta nesta bancada? Vou dar dois exemplos: o meu camarada Octávio Pato foi torturado até à beira da morte durante dezoito dias e dezoito noites sem dormir!

O Sr. Silva Marques (PSD): — O martírio não é prova.

O Orador: — O meu camarada Veiga de Oliveira ...

O Sr. Silva Marques (PSD): — E eu também!

O Orador: — O Sr. Deputado não esteve preso!

O Sr. Silva Marques (PSD): — Estive!

O Orador: — Se o Sr. Deputado esteve preso, parece que não esteve!

Risos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Deputado?

O Orador: — Agora não!

O Sr. Silva Marques (PSD): — Quando é que V. Ex.^e pode ...

Protestos do PCP.

O Sr. Presidente: — Chamo a atenção da Câmara e do Sr. Deputado Silva Marques que só pode interromper o orador com a devida autorização.

O Orador: — A minha interpretação democrática tem limites! Há bocado dei toda a oportunidade, para benefício do debate, para que os Srs. Deputados falassem. Não o quiseram; agora não permito interrupções!

Uma voz do PSD: — Tens medo!

O Orador: — O Sr. Deputado realmente esteve preso, mas parece que não esteve! O Sr. Deputado já não tem a memória da prisão, de tal maneira mudou de quadrante político.

Aplausos do PCP.

Posso ainda citar-lhes mais exemplos, que é bom os Srs. Deputados conhecerelem: o meu camarada Veiga de Oliveira foi torturado durante 34 dias e 34 noites sem dormir, das quais 17 foram seguidas; o meu camarada Francisco Miguel teve mais de 20 anos de prisão!

Alguns Srs. Deputados podem avaliar, embora vagamente, o que isto significa? Mas, por exemplo, aquele Sr. Deputado que está ali a sorrir e que disse que a luta dele era a mesma luta do Sr. Deputado Leonel Fadigas — e isso é muito esclarecedor —, não pode avaliar isso, pelas provas que exuberantemente tem dado na Assembleia — falta-lhe a experiência e compreensão da vida.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Com considerações, como aquelas que aqui ouvimos ao

Sr. Deputado Leonel Fadigas, com insultos, como os que dirigiu aos comunistas, não será isto abrir o caminho dos incidentes?

Os meus camaradas na Marinha Grande fizeram todos os esforços para impedir que os referidos acontecimentos se produzissem. Contudo, alguns sobreviventes e algumas famílias dos mortos do 18 de Janeiro não nos quiseram ouvir, porque entendiam que alguns dos presentes, ao pretenderem pôr flores na campa dos seus mortos, estavam a ultrajar o nome dos seus mortos. Contra isso não houve argumentos racionais e políticos da parte dos dirigentes locais do PCP que tivessem convencido aquelas pessoas.

Por outro lado, foi ainda da parte de alguns dos organizadores da manifestação que se iniciaram os incidentes, ao afastarem um dos familiares que pretendia que não fossem postas flores na campa do seu morto. Ai se iniciaram os incidentes.

Foi por falta de critério e de sensibilidade dos organizadores da manifestação que não se evitou o que ali se produziu.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Isto não é explicar, justificar, dar razão ao que se passou, como pretende o «atlantista» Deputado Jaime Gama. Não é disso que se trata. O Sr. Deputado intervém aqui a pensar na Marcha da Paz. Não é disso que estamos a tratar. Trata-se de pôr os factos claros, aqui na Assembleia da República.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Condenamos, apesar desta informação que aqui trazemos, os incidentes ocorridos. Manifestámos e manifestámos o nosso pesar à bancada do Partido Socialista.

Relativamente à Marcha da Paz, que é aquilo que interessa ao Sr. Deputado Jaime Gama, devo dizer que foi uma grande realização, uma extraordinária demonstração da vontade de paz do nosso povo.

Assistimos aqui a um grande nervosismo da parte de todos os meios imperialistas e de todos aqueles que os representam.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Os incidentes, ao que sei, não tiveram grande monta. Foram alguns jovens que se deitaram no pavimento para a marcha não passar; mas como os portugueses querem a paz, como são muitos os portugueses que querem a paz, a marcha passou mesmo, tal e qual como a paz será salvaguardada no Mundo e o Mundo irá ao socialismo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

Aplausos do PCP.

Protestos do PSD, do PS, do CDS, do PPM e da UEDS.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Jaime Gama pede a palavra para que efecto?

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Peça a palavra para usar do meu direito de defesa, face a esta intervenção, insultuosa e indigna da própria instituição parlamentar e da Democracia, que acabei de ouvir.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, como sabe, o tempo atribuído ao seu partido está esgotado.

Perante a figura regimental que invoca e solicitando eu que seja o mais breve possível na sua intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Gama.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não tencionava intervir neste debate se não fosse a hipocrisia, a grave hipocrisia, com que o Sr. Deputado Carlos Brito, aparentemente pedindo desculpas à bancada do PS a propósito da intervenção dos seus camaradas na Marinha Grande, veio não só justificar, em termos emocionais, todo esse uso e abuso de violência, como ainda se atreveu a fazer considerações verdadeiramente insólitas para me atacar e criticar.

Vozes do PCP: — Isso é que é hipocrisia!

O Orador: — Deva dizer ao Sr. Deputado Carlos Brito que me surpreende que o seu partido, na actual conjuntura política, se venha colocar como um dos principais suportes das correntes conservadoras e do reaccionarismo no nosso país.

Aplausos do PS, do PSD, do CDS e do PPM.

Tudo aquilo que a propaganda da extrema-direita, os ultra-reaccionários e os superconservadores veiculam à opinião pública em Portugal acerca dos comunistas, da sua estratégia e das suas reais intenções, acabou por ser aqui perfilhado, protagonizado e defendido pelo Sr. Deputado Carlos Brito.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado Carlos Brito, ao colocar-se aqui na situação não de um comunista português que assume um projecto de transformação e de melhoria de sociedade para as classes trabalhadoras e para a classe operária ...

A Sr.º Alda Nogueira (PCP): — Não a metemos na gaveta!

O Orador: — ..., mas na de um vulgar agente de viagens da Intourist ou da Aeroflot, veio preencher por completo o figurino com que pretendo vestir toda a extrema direita europeia e portuguesa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Manifestamente, o PCP, ao assumir-se nestas posições, exclui-se do campo da oposição democrática, da esquerda democrática e impede e dificulta extraordinariamente a criação de alternativas viáveis e credíveis ao ultraconservadorismo assumindo o papel que lhe destina a extrema direita.

Triste papel é o de um partido comunista que veste pelo figurino da extrema direita, que se assume não como um partido dos comunistas nacionais, mas como uma sucursal periférica de um centro imperialista.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Manifestamente, os últimos acontecimentos, as posições frenéticas do Dr. Álvaro Cunhal acerca da evolução do regime, a atitude dos comunistas portu-

gueses, — que reprimem manifestantes pacifistas, em marchas de paz, com instrumentos de guerra e que impedem os socialistas de se afirmarem na sua tradição histórica e operária em relação aos acontecimentos da Marinha Grande —, vêm ajudar a ...

Esgotado o tempo de que o orador dispunha, foi-lhe cortada a palavra pelo controle automático de tempo.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Jaime Gama está a ultrapassar o tempo habitual concedido aos protestos.

Para concluir o seu raciocínio, concedo-lhe mais uns segundos.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Não pedimos aos comunistas portugueses que o deixem de ser. O que pedimos aos comunistas portugueses, partido no qual vota uma grande massa de cidadãos que aspira a uma reforma profunda da sociedade portuguesa, é que seja menos soviético, menos autoritário, que se reforme, que se modifique, que seja mais comunista e menos reaccionário.

Aplausos do PS, do PSD, do CDS, do PPM e da UEDS.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Não aceitamos conselhos seus!

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Carlos Brito pretende responder já?

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, pretendia fazer um contraprotesto já que entendo que o que o Sr. Deputado Jaime Gama fez foi um protesto. Ou não foi?

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Jaime Gama sentiu-se ofendido e invocou a figura regimental que lhe permite defender-se em casos de ofensa à sua honra e dignidade.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, peço ao Sr. Presidente o uso da mesma figura regimental e pelo mesmo período de tempo que foi concedido ao Sr. Deputado Jaime Gama.

O Sr. Presidente: — Pedindo eu que não se encadeie uma sequência de ofensas, de desagravos, tem a palavra para responder o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, prefiro responder já a este protesto do Sr. Deputado Jaime Gama, o que, como se compreenderá, não deverá perdurar na Câmara muito tempo dado o tipo de questões que foram trazidas pelo Sr. Deputado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Deputado Jaime Gama começou por declarar que não tinha previsto intervir neste debate. No entanto, estava bem preparado, como se viu. Tinha, até, toda uma intervenção memorizada, sabe-se lá quando, sabe-se lá onde.

Uma voz do PSD: — Sabe-se lá para quê!

O Orador: — O Sr. Deputado Jaime Gama diz que lhe dirigi insultos, o que não é verdadeiro. A única

coisa que referi, associada ao nome do Sr. Deputado Jaime Gama, foi dizer «o deputado atlantista».

Como se comprehende, não se trata de um insulto, já que é sabido o fervor com que o Sr. Deputado Jaime Gama defende a NATO, o Pacto do Atlântico. Não se trata, portanto, de um insulto.

O Sr. Deputado Jaime Gama acusa-me de hipocrisia por ter dirigido à bancada do seu partido a manifestação de pesar da bancada do meu partido pelos incidentes da Marinha Grande. O Sr. Deputado não quer que nós façamos isso, mas repare que tal tem um peso político, tanto mais que é dito pela minha boca, eu que sou um modesto Deputado, mas Presidente do meu grupo parlamentar. Isto tem um significado, um alcance político. Não é uma prova de hipocrisia; trata-se sim de um reconhecimento político de determinada situação, de uma reprovação de determinados factos que se produziram.

O Sr. Deputado estava muito excitado com a referência de «atlantista» — que não é assim tão ofensiva para si —, e foi por isso que foi tão desagradável, tão deselegante. Quero ficar por aqui, não quero ir mais longe.

O Sr. Deputado diz que os comunistas portugueses não o são. Oh! Sr. Deputado: quem trouxe para aqui outros assuntos?

O Sr. Jaime Gama (PS): — Foi o seu partido, foi o Sr. Deputado!

O Orador: — Sr. Deputado, falei sobretudo dos acontecimentos do cemitério da Marinha Grande. Falei também da paz, mas de passagem, já no fim da minha intervenção.

Quem é que vem aqui trazer conselhos? Quem é que vem aqui falar em nome de centrais internacionais? Quem é que vem aqui procurar criar um determinado clima de suspeição em relação ao Partido Comunista Português? Quem trouxe, Sr. Deputado, para esta Assembleia, agora mesmo, as questões da luta entre os dois blocos? Foi o Sr. Deputado Em nome de quem, Sr. Deputado?

Nós, Sr. Deputado, não aceitamos conselhos da Embaixada dos Estados Unidos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

Aplausos do PCP.

O Orador: — Quanto ao sermos comunistas portugueses ganhámos esse título — e ganhamo-lo diariamente —, na luta em defesa dos interesses da classe operária portuguesa, dos trabalhadores portugueses, do povo português, segundo a concepção que temos — e não dizemos que é a melhor de todas, mas para nós é-o —, desses interesses.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Muitos de nós, Sr. Deputado Jaime Gama, conquistámos esse direito com muitos anos de sacrifício, com muitos anos de prisão. Por isso,

podemos falar em nome da Pátria como poucos podem falar aqui na Assembleia da República.

Aplausos do PCP.

Protestos do PSD, do PS, do CDS e do PPM.

Uma voz do PSD: — Qual Pátria?

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Nós não vamos à televisão, juntamente com a AD, insultar as forças democráticas, nem vamos jantar com o Sr. Proença de Carvalho.

O Orador: — Bem se percebe que, na boca do Sr. Deputado Jaime Gama, a alcunha de conservador ao Partido Comunista é o melhor rótulo de progressivismo, de força ...

Esgotado o tempo de que o orador dispunha, foi-lhe cortada a palavra pelo controle automático de tempo.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente, por mais um minuto, para terminar o meu pensamento.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, dizia eu que bem se percebe que, na boca do Sr. Deputado Jaime Gama, o chamar-nos conservadores é o maior elogio, porque é ele que alinha, na televisão e na Assembleia da República, com as forças mais conservadoras e que tem os seus aplausos. É por isso que ele está aqui, que não podia estar ausente deste debate.

Aplausos do PCP.

Foi bom que o Sr. Deputado Jaime Gama tivesse saído a terreiro, depois da abjecta declaração que fez na televisão portuguesa contra os comunistas portugueses. Assim tivemos oportunidade de lhe dizer aquilo que queríamos dizer, o que não sucederia se o Sr. Deputado Jaime Gama não tivesse saído a terreiro. Ai tem, Sr. Deputado Jaime Gama! Era o que merecia!

Aplausos do PCP.

Risos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Jaime Gama, tenho muita pena, mas penso que não lhe posso dar a palavra.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente, gostaria de usar do meu direito de defesa contra esta peça de teatro do realismo soviético.

Risos do PSD.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Você aparece sempre nestas alturas!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, tenho muita dificuldade em lhe conceder a palavra neste momento. Peço a sua compreensão.

Há um limite de tempo e há outros partidos inscritos.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente, V. Ex.^a, que sempre constitui, independentemente do titular da Presidência desta Assembleia, um factor de moderação nestes debates, mais do que eu considerará que é ofensivo da dignidade a utilização da expressão «abjecto», pelo líder parlamentar do PCP, na sua acalorada exibição político-teatral neste hemiciclo.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, considero as suas palavras como uma interpelação à Mesa.

Efectivamente, talvez eu devesse ter chamado à atenção do Sr. Deputado Carlos Brito para não utilizar termos como «abjecto», dirigidos directamente à pessoa de um Sr. Deputado.

Pediria que termos dessa natureza fossem arredados dos nossos debates, o que não os prejudica nada.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente, as desculpas de V. Ex.^a não constituem, por melhores que sejam as suas palavras, a essência do meu direito de defesa.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Quanto tempo precisa, Sr. Deputado, para se defender?

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente, preciso de tempo mínimo, visto que a natureza do pensamento político do Sr. Deputado Carlos Brito, a propósito destas matérias, merece, naturalmente, uma resposta mínima.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — O Proença dá-lhe mais um bocado de tempo.

O Sr. Presidente: — Por um minuto, tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Gama.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Desejaria apenas repudiar algumas das insinuações do Sr. Deputado Carlos Brito, acerca do verdadeiro objectivo das posições políticas do Partido Socialista, em relação à Marcha da Paz que o PCP e alguns seus aliados realizaram em Lisboa e que mereceu a mais viva reprovação da parte do Partido Socialista.

Uma voz do PCP: — E do CDS!

O Orador: — Isso tem a ver com o simples facto de que sendo o Partido Socialista um partido favorável ao desarmamento — e a todas as acções políticas e diplomáticas, tendentes a reduzir, para níveis mais baixos, os arsenais nucleares existentes na Europa e no Mundo —, o PCP, na orientação estratégica que imprimiu a essa manifestação, recusando-se a reconhecer a existência de um dos vértices do arsenal nuclear, como seja o que é constituído pelos mísseis SS 20, pelos bombardeiros de longo alcance *Backfire* e pelos mísseis SS 4 e SS 5 ...

Protestos do PCP.

O Orador: — ... numa verdadeira obsessão pró-soviética, que ultrapassa ...

Esgotado o tempo de que o orador dispunha, foi-lhe cortada a palavra pelo controle automático do tempo.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Peço a palavra, por mais 10 segundos, para terminar o meu raciocínio.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Jaime Gama, V. Ex.^a pediu-me a palavra para se desafrontar de uma ofensa à sua honra e dignidade pessoal.

É natural que isso possa enquadrar-se em muitas considerações. Em todo o caso, o Sr. Deputado disse que seria muito breve. Eu pensava que se localizaria e, no entanto, já tem 1 minuto e 30 segundos.

Tem a palavra, para terminar o seu raciocínio, o Sr. Deputado Jaime Gama.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente, pretendendo só dizer que a minha posição e a do meu partido, acerca desta matéria, é uma posição independente.

Naturalmente, o meu partido não apoia marchas de paz que são instrumentos de guerra, nem desfiles pacíficos que acabam por ser desfiles armados, ao serviço, exclusivamente, de um dos imperialismos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Leonel Fadigas, pedia-lhe que fosse muito rápido.

Peço aos Srs. Deputados que considerem que estão, ao pedir a palavra, a limitar o tempo de intervenção dos vários grupos parlamentares, já que este período de antes da ordem do dia termina às 17 horas e 30 minutos.

Ainda há 4 grupos parlamentares inscritos, de mancira que pedia que os Srs. Deputados tivessem isso em consideração.

Compreendo perfeitamente a controvérsia e as emoções mas solicitava que considerassem que terá de haver uma arbitragem.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, escusa de interpelar a Mesa...

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, uso da palavra em resposta ao Sr. Deputado Jaime Gama e como direito de defesa.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado. Estava apenas a ...

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Vou ser muito breve, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — O Sr. Deputado Jaime Gama já está derrotado, pelo que só vou proferir mais duas palavras.

Quando o Sr. Deputado invocou o direito de defesa supunha que ia mesmo exercer esse direito e que ia salientar o facto de eu ter chamado de abjecta a sua

declaração. Como assim não aconteceu, queria dar uma explicação à Câmara nesse sentido.

Eu nunca ofendi pessoalmente o Sr. Deputado Jaime Gama como nunca ofendi nenhum deputado desta Assembleia. Apenas qualifiquei e caracterizei a sua declaração, que é extremamente grave, porque ultrajou os comunistas portugueses e o PCP, quando sabe que o nosso partido não tem acesso à televisão para se defender.

Por isso, não podia deixar de aqui, na Assembleia da República, caracterizar, com toda a dureza que é indispensável, aquela declaração que espero o Sr. Deputado Jaime Gama nunca mais volte a fazer.

Se isso voltar a acontecer terá de nos ouvir aqui, na Assembleia da República, uma vez que enquanto Proença de Carvalho estiver na televisão e a AD no Governo nós teremos um acesso muito limitado a esse meio de comunicação social.

Na Assembleia da República temos tanto tempo para falar como o Sr. Deputado e aqui o Sr. Deputado Jaime Gama perde.

Aplausos do PCP.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço muita desculpa mas não lha posso conceder.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Penso que o Sr. Presidente, ao conceder a palavra ao Sr. Deputado Carlos Brito, tinha em vista algo mais do que admitir a indigência das suas palavras e da posição do seu partido.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Está a afundar-se. É melhor não dizer mais nada!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Jaime Gama, naturalmente que não vou revelar o que penso ou o que posso imaginar das intervenções que os Srs. Deputados vão produzir.

Pedia, porém, a sua compreensão para a conveniência de que agora usasse da palavra, por um tempo muito breve, o Sr. Deputado Leonel Fadigas, que é o orador que se encontra inscrito a seguir.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente, aceito as suas palavras na convicção de que elas exprimem que este debate se encerrou revelando o verdadeiro escândalo que constitui a posição do PCP sobre estas matérias.

Risos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Leonel Fadigas.

O Sr. Leonel Fadigas (PS): — Sr. Presidente, vou também invocar o direito de defesa motivado pela intervenção do Sr. Deputado Carlos Brito.

Afinal de contas devo uma explicação a esta Câmara e devo penitenciar-me. Os manifestantes do PS que estiveram na Marinha Grande é que foram os provocadores por perturbarem o exercício de defesa

corporal dos elementos do PCP da Marinha Grande, provavelmente os mesmos que se matam a tiro na sua sede!?

Apresento, pois, à Câmara as minhas desculpas pela intervenção que há pouco proferi.

Aplausos do PSD e do PPM.

O Sr. Carlos Candal (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Também se sente ofendido, Sr. Deputado?

O Sr. Carlos Candal (PS): — Não, Sr. Presidente. Tenho um grande poder de encaixe.

Risos.

Era apenas para prestar um esclarecimento à Câmara.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, não pode usar essa figura. Poderá fazer uma intervenção sobre o tema que quiser ...

O Sr. Carlos Candal (PS): — Se V. Ex.^a me permite, peço 30 segundos para prestar um esclarecimento.

O Sr. Presidente: — Eu não vejo inconveniente nenhum nisso, mas acontece que há cinco grupos parlamentares inscritos para usarem da palavra.

O Sr. Carlos Candal (PS): — Mas, Sr. Presidente, tenho direitos regimentais e um deles é prestar esclarecimentos. E só peço 30 segundos, tempo esse que já gastámos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado. Mas pedia-lhe que lesse melhor o Regimento.

O Sr. Carlos Candal (PS): — Sr. Presidente, desculpe o aparente desrespeito, mas V. Ex.^a proventura conhece o Regimento pior do que eu por razões que me dispenso de relacionar.

Entretanto, queria só dizer — para que não haja equívocos — que na organização da Marcha da Paz e no próprio desfile intervieram não apenas aliados dos comunistas, mas também socialistas e aliados socialistas, embora possam ter uma perspectiva errada do fenómeno do desarmamento a Leste e a Ocidente sobre o desarmamento geral, simultâneo e controlado ...

O Sr. Silva Marques (PSD): — Não é o caso típico dos *compagnons de route*?

O Orador: — O Sr. Deputado Silva Marques, eu nunca fui comunista!

O Sr. Silva Marques (PSD): — Não me estava a referir ao seu caso.

O Orador: — ..., embora possam ter uma perspectiva errada da situação mundial, da interpretação do artigo 7.º da Constituição e do programa do Partido Socialista, como é normal errar nas interpretações pessoais que se façam dos textos.

O Sr. Sousa Tavares (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Só um momento, Sr. Deputado. Permitir-me-ia chamar a atenção do Sr. Deputado Carlos Candal, com todo o respeito que lhe mereço e pondo de lado as suas reservas quanto à minha competência para dirigir os trabalhos, para o artigo 97.º do Regimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Tavares.

O Sr. Sousa Tavares (PSD): — Desejava protestar pela forma como a Mesa tem estado a interpretar o Regimento.

Não se comprehende, por exemplo, esta última intervenção do Sr. Deputado Carlos Candal. Foi para defender quem? O partido que não é dele? Foi uma intervenção contra as palavras do Sr. Deputado Jaime Gama.

Queria, pois, saber a que título é que a Mesa, indiscriminadamente, continua a dar a palavra sem que se saiba qual a figura regimental invocada.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Carlos Candal permitiu-se — enfim, é sempre permitido — ter uma interpretação diferente do Regimento daquela que a Mesa lhe deu. Talvez a Mesa não lhe desse ter dado a palavra ...

O Sr. Sousa Tavares (PSD): — Quer isso então dizer que a figura do protesto pode, daqui para a frente, ser usada por membros diferentes do mesmo partido.

Isso é curioso!

O Sr. Presidente: — Não há nada que condicione o protesto. Mas não foi essa figura que o Sr. Deputado Jaime Gama invocou.

O Sr. Deputado Jaime Gama pediu para exercer o seu direito de defesa, o que ainda me pareceu mais descabido.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pena.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estamos hoje aqui novamente numa jornada em defesa da democracia e bom é que essa defesa se faça aqui na sede própria, na instituição por excelência democrática que é o Parlamento de todos nós.

Apesar das boas palavras do Sr. Deputado Jaime Gama, a verdade é que a democracia não se defende apenas com boas palavras porque estas, normalmente também caiem na ingenuidade. E realmente é ingênuo pedir ao Partido Comunista Português que se reforme; é ingênuo pedir ao Partido Comunista Português que modifique o seu modo de actuação; é ingênuo pedir ao Partido Comunista Português que, em vez da força, utilize as regras democráticas.

Aplausos do CDS e do PSD.

É ingênuo pedir ao Partido Comunista Português que seja, ao menos aqui nesta Câmara, um partido democrático.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tinhama de ser trazidos hoje a esta Casa três casos exemplares, localizados diferentemente no espaço e no tempo mas unidos pelo mesmo fio condutor: o cumprimento da estratégia antidemocrática do PCP.

Partimos do princípio, por enquanto, que é do PCP a autoria e que os demais agentes foram objecto das suas manobras e não cúmplices ou co-autores de uma estratégia comum. Refiro-me aos graves incidentes ocorridos no cemitério da Marinha Grande contra um movimento sindical livre e democrático; refiro-me aos incidentes ocorridos durante a Marcha da Paz e à duplidade que esse movimento representou; refiro-me também às tomadas de posição do porta-voz do Presidente da República, hoje transformado num verdadeiro chefe da propaganda do movimento indefinido organizado em Belém.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Cuidado com as palavras!

O Orador: — Falo de sindicalismo livre e democrático, que precisamente nasceu e tem como efeméride das mais brilhantes o 18 de Janeiro, que os verdadeiros sindicalistas, os verdadeiros democratas, aqueles que não alinharam as suas posições pelas correias de transmissão do PCP, queriam comemorar em paz, em liberdade, em verdadeira comunhão sindical.

Disso foram impedidos por aqueles que, totalitariamente, ainda embuídos do espírito da unicidade, quiseram marcar essa data do movimento sindical português, livre e democrático, em mais um marco da violência totalitária do Partido Comunista.

Fez recordar, com essa prática dos acontecimentos ocorridos na Marinha Grande, aquilo que recentemente se passou, com o afogamento do mesmo movimento sindical livre e democrático, na Polónia, com aquilo que anteriormente havia ocorrido na Hungria e na Checoslováquia.

De uma vez, tal então como hoje, o Partido Comunista revela sempre, por um lado, a sua leal dedicação ao Partido Comunista do «sol da terra», e, por outro lado, o mesmo método, a mesma força bruta e totalitária que sempre manifestou em todas as suas actuações.

Não podemos considerar que um murro, por ser praticado por democratas, deixa de ser antidemocrático. Um murro é sempre antidemocrático e a única linguagem e o único método que o Partido Comunista sabe utilizar é precisamente a linguagem e o método do murro, da violência.

Protestos do PCP.

Por isso mesmo o Partido Comunista apoiou a Marcha da Paz, que se apresentou em Lisboa e noutras terras do nosso país sob uma dupla medida. Paz todos nós desejamos, vai de encontro ao desejo mais natural de todos os portugueses. Mas a paz que pretendiam era aquela que, como disse o Sr. Deputado Carlos Brito, era capaz de forçar as barreiras que impõem a sua ultrapassagem porque a paz, na linguagem do Sr. Deputado, tem de se impor pela força. E aquilo que a manifestação ontem celebrada em Lisboa e noutras capitais de distrito pretendeu foi precisamente defender a paz através da força, que neste momento está em «stockagem» dentro dos países da linha de Leste, dentro da União Soviética e dos seus satélites, que o Partido Comunista aqui defende de uma forma bastante entranhada.

Mas não ficámos por aqui no passado fim-de-semana. E que também fomos alertados quanto a uma

eventual renúncia de mandato por parte do Presidente da República, que ontem foi admitida pelo seu porta-voz oficial e que hoje aparece confirmada por outros círculos afectos a Belém.

Aliás, parece-nos perfeitamente incompreensível esta atitude tanto mais quanto aparece como reacção à própria revisão constitucional e, como tal, o CDS e o meu grupo parlamentar condenam-na veemente como uma tentativa de pressão e de interferência ilegítimas sobre a liberdade e a autonomia democráticas da Assembleia da República e como uma colagem e repetição da estratégia e da argumentação desestabilizadora que o PCP vem desenvolvendo em ordem a perturbar a nossa paz democrática.

Não faz sentido que o Sr. Presidente da República não queira governar e se disponha a renunciar ao seu mandato dentro de uma hipotética revisão constitucional, que, precisamente, visa dar à nossa lei fundamental um estatuto democrático quando tem governado no âmbito de uma Constituição que tem implícito nos seus fundamentos, raízes antidemocráticas.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

Não faz sentido que o Sr. Presidente da República queira impor uma outra carta constitucional aos portugueses. Não é tempo para cartas constitucionais e não reconhecemos no Sr. Presidente da República competência para a outorga de cartas constitucionais.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

O Sr. Presidente: — Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Foram aqui trazidos à discussão três casos aos quais a UDP se vai referir, ligando-os também porque eles estão todos ligados.

Na nossa opinião, aquilo que fundamentalmente os liga são as perspectivas políticas que, por um lado, pretendem pôr o nosso povo e os trabalhadores submissos perante a política reaccionária da AD, por outro lado, pôr os trabalhadores e o povo na impossibilidade de perspectivarem quais as verdadeiras causas da guerra no mundo, portanto, qual a verdadeira maneira de combaterem pela paz e, finalmente, colocarem mais uma vez o nosso povo a reboque de ilusões dificultando-lhes a longa e penosa caminhada para a sua unidade e para imporem uma política independente que lhes permita transformar radicalmente a sociedade em que vivem e em que são oprimidos e explorados.

Os operários da Marinha Grande lutaram e morreram por se baterem contra penosas condições de vida, contra a miséria e a exploração e por se baterem pelos seus sindicatos e pela unidade dos trabalhadores.

Por isso é estranho que as bancadas da AD façam tão brilhante apologia da luta dos trabalhadores da Marinha Grande. Possivelmente estarão fazendo a apologia da repressão que se abateu sobre eles porque é essa a prática da AD em relação à luta dos trabalhadores do nosso país.

Estranho é também que se faça a apologia dos grevistas e dos lutadores da Marinha Grande por parte daqueles que condenam as greves políticas,

quando nós sabemos que a greve geral de 18 de Janeiro de 1934 foi essencialmente uma greve política, de revolta do povo contra as condições de miséria em que vivia.

São estas as questões que devemos pôr. Obviamente que a UDP repudia os actos ontem ocorridos na Marinha Grande como repudia os que se deram durante a Marcha da Paz, como repudia os que tiveram lugar na manifestação da CGTP em Junho, assim como repudia todos os actos desta natureza, actos que ponham trabalhadores contra trabalhadores.

Mas enquanto os trabalhadores da Marinha Grande lutavam pela unidade, a UGT jogou pela sua divisão. Os sindicalistas democráticos que aderiram à sindical da divisão dos trabalhadores disistiram de lutar dentro da CGTP por uma política de classe — nunca o quiseram fazer —, desistiram de lutar pela democracia dentro da CGTP, afastaram-se do movimento sindical unitário e foram criar uma central sindical onde estão muitos trabalhadores que querem lutar pela melhoria das suas condições de vida, contra o Governo, mas que estão postos, pela direcção dessa central sindical, ao serviço dos intenções de divisão dos trabalhadores que são os que prosseguem o patronato e a AD.

Esta é a questão fundamental. E tudo isto é consequência das políticas reformistas da capitulação perante a direita e o imperialismo, das políticas que em vez de apontarem o sentido da unidade e de uma política independente aos trabalhadores, antes pelo contrário os dividem e os sectorizam levando-os a lutarem uns contra os outros e a esquecerem o inimigo principal que é o Governo AD e que é a AD.

Os trabalhadores só se podem unir com uma política ampla e popular, uma política não sectária. E o não sectarismo no movimento sindical e no movimento radical de base, que vá ao encontro dos interesses de todos os trabalhadores, que vá ao encontro da sua vontade de luta determinada e firme, que vá ao encontro da sua vontade de transformação radical desta situação do 25 de Novembro que só lhes tem trazido desgraça, miséria e repressão.

Por isso, é totalmente ilegítimo que aqueles que mandam a GNR sobre os trabalhadores, sobre os ocupantes que não têm casa, aqui falem das magnificências do movimento revolucionário da Marinha Grande.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Aquilo que o porta-voz do general Eanes disse insere-se também nesta linha, isto é, em impedir que o movimento operário e popular encontre os verdadeiros caminhos de uma actividade política independente.

Por outro lado, nunca ouvimos o Presidente Eanes, acreditando naquilo que o seu porta-voz disse — e é absolutamente natural que seja o porta-voz efectivo, é isso que ele é —, quando ameaça com a demissão ou a resignação do seu cargo porque estão em causa os seus poderes de Presidente da República, fazer a mesma ameaça quando a revisão constitucional põe em causa os direitos dos trabalhadores, as conquistas de Abril. Isto é, o Presidente Eanes apenas está preocupado com os direitos, as liberdades e as garantias dos trabalhadores porque senão ter-se-ia oposto à revisão que está a ser imposta pela direita, pela AD e pelo Governo.

O Presidente Eanes, mostrando-se aparentemente contra a AD prossegue a mesma política — confessou-o: é a favor da NATO, é a favor da integração na CEE, é pela recuperação capitalista. E esse é, efectivamente, o programa político da AD.

Mas o Presidente Eanes tem uma outra *nuance* na sua política: hoje também quer ser a ligação da Europa com a África, isto é, hoje também quer ser o veículo do neocolonialismo europeu em terras de África que ainda há bem pouco se libertaram do colonialismo.

São todas estas questões que devem merecer ao povo português meditação e uma análise profunda e fazerem-no perceber que não deve estar à espera das políticas quer do PCP, quer do PS, nem das ilusões de um bloco central e democrático. Tem sim que avançar na sua luta firme nos locais de trabalho contra o governo AD, impondo as suas condições, respondendo os caminhos de Abril, defendendo árdua e rijamente a Constituição e avançando, de uma forma convicta e unida, para a greve geral nacional de um dia marcada pela CGTP, por forma a isolar ainda mais o Governo, por forma a mostrar ainda mais o carácter reaccionário do Governo, por forma a dar mais alento à luta dos trabalhadores no sentido de transformarem radicalmente a situação política, no sentido de conquistarem a liberdade, o bem-estar e a paz.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Heriberto Goulart. Pedia-lhe a brevidade possível, para ver se conseguimos pôr um bocado de ordem na programação dos nossos trabalhos.

O Sr. Heriberto Goulart (MDP/CDE): — Dentro das minhas possibilidades, procurarei responder ao apelo do Sr. Presidente.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: Fui subscritor da convocação para a Marcha da Paz do passado sábado em Lisboa, e participei nela com entusiasmo e, inclusive, com emoção. E fui subscritor, pelos seus objectivos pois penso que qualquer patriota, qualquer democrata, poderia subscrevê-los. Eram objectivos de afirmação da vontade portuguesa no sentido de um não à existência futura de armas nucleares em Portugal, de que a corrida ao armamento nuclear cesse na Europa e de que se caminhe séria e seguramente, através de um largo processo de negociações, para o desarmamento.

A marcha merecia-me ainda motivos de adesão por outras razões: o espírito da sua grande abertura na convocação, a quantidade de correntes ideológicas nela presentes, os inúmeros democratas, dos mais diversos sectores ideológicos e de opinião, que foram convidados a estar presentes se quisessem.

A marcha foi, de facto, um grande momento de afirmação da vontade das centenas de milhares de portugueses presentes, para que o nosso país se mantenha desnuclearizado e a sua condenação firme num brado, que ecoou pelas ruas de Lisboa, de que rapidamente se entrave o perigo que é o paiol nuclear na Europa.

Mas podemos, inclusivamente, verificar que algumas afirmações que aqui foram feitas em relação a um eventual aproveitamento partidário ou aos blocos militares em presença nessa marcha, não têm

razão de ser. Nas intervenções dos oradores, no Rossio — e eles, sim, é que exprimiam o sentido oficial dos convocadores da Marcha —, foram bem claras as afirmações de condenação das armas nucleares, quaisquer que fossem os seus possidentes. Foram bem claras as afirmações da necessidade de se caminhar para o desarmamento e para a necessidade de se não instalarem novas armas nucleares na Europa, independentemente dos blocos que quisessem tomar tais iniciativas.

Recordo-me que um orador afirmou: sou contra os missings Furshing 2 e Cruzeiro, dos Estados Unidos, tal como também sou contra os missings SS 4, SS 5 e SS 20, da União Soviética. Naturalmente que esta afirmação não escondia as diferenças de opinião entre os milhares e milhares de democratas lá presentes, mas era esta posição comum que nos unia a todos os que lá estivemos, acompanhados por milhares e milhares de compatriotas, na vontade firme de que cessasse a corrida aos armamentos e que se ponha ponto final a esta loucura, que é o armamento nuclear.

Não me recordo de todas as palavras de ordem da manifestação ...

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Recordo-me eu! ...

O Orador: — ..., mas recordo-me daquelas que foram sentidamente gritadas no sector da manifestação em que me integrava. É bom que os Srs. Deputados, que não estiveram lá presentes, tomem conhecimento delas e as saibam analisar devidamente. Por isso, vou citar aquelas de que me recordo:

Emprego, saúde e pão, armas nucleares não!
Governo atenção, armas nucleares não!
Hiroxima não, Hiroxima nunca mais!
Somos milhões e milhões, contra a bomba de neutrões!

O Sr. Silva Marques (PSD): — Ah! Estamos esclercidos! ...

Já que está tão neutralista, porquê essa e não outras?

O Orador: — Sim, somos milhões e milhões contra essa arma desumana, inaceitável, inacreditável, que poupa os edifícios, poupa os bens mas cessa a vida dos seres!

Aplausos do MDP/CDE e do PCP.

Continuo, citando outras duas palavras de ordem, bem significativas: Vida sim, morte não. Somos pela paz.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: Assisti a dois pequenos incidentes nessa manifestação, mas penso que é inaceitável responsabilizar por eles os promotores da manifestação ou os seus próprios serviços de ordem.

Naturalmente que numa manifestação com centenas de milhares de pessoas...

Vozes do PSD, do CDS e do PPM: — Eh!! ...

O Orador: — ..., que não correspondia, de facto, a nenhuma estrutura organizada — visto que o seu

suporte era o movimento de não às armas nucleares em Portugal — os serviços de ordem tinham que ser incipientes e não poderiam acorrer a toda a extensa área de uma manifestação que foi do Saldanha até ao Rossio. Mas se lamento esses pequenos incidentes, se condeno os seus autores, tenho orgulho em afirmar que, apercebendo-me de um deles, consegui que fosse rapidamente sanado.

É inadmissível que a grandiosidade desta Marcha — em que se afirmou a vontade de milhares e milhares de democratas portugueses, por um desejo de paz — seja nesta Assembleia da República, já para não citar o que se passou a nível da comunicação social, sublimada apenas ao nível desses pequenos incidentes.

É inadmissível que a grandiosidade de esta Marcha estiveram milhares e milhares de jovens, milhares e milhares de cidadãos muito idosos, que ali foram afirmar o seu medo de que em Portugal possam vir a ser instaladas armas nucleares.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, quem assistiu a uma parte da manifestação, quem se integrou nela com entusiasmo e com emoção, cala bem fundo essa vontade unânime dos diferentes estratos sociais e sectores ideológicos que estiveram presentes nessa Marcha.

Compreende-se que nas áreas das hostes governamentais haja vontade de apagar o sentido profundo desta Marcha e de esquecer que aqueles milhares, que ali estiveram, não se afirmaram apenas por uma vontade de paz e de desnuclearização. Afirmaram-se também pela compreensão que este governo da AD não garante para o nosso país, pelas suas posições de submissão a pressões internacionais, a correcção de uma política externa, de uma política que nos permita manter um caminho de paz e de uma política que nos permita amanhã exigir que Portugal, ao lado da Espanha e da Península Ibérica, possa constituir uma zona desnuclearizada na Europa.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: Só pensava intervir sobre a Marcha da Paz, pelo facto de ser subscriptor do apelo, mas foram feitos aqui alguns comentários e algumas associações a vários acontecimentos e a identificação entre acontecimentos tão diferentes como os que ocorreram na Marinha Grande, na Marcha da Paz, à própria Marcha da Paz e o seu conteúdo e as declarações do porta-voz do Presidente da República, que me levaram a que isso se não verificasse. Estes três incidentes — que mais ou menos coincidem temporalmente — foram considerados como havendo neles um traço de uma mesma estratégia.

Penso que o traço de uma estratégia desestabilizadora é, e facto, querer associar acontecimentos que não têm relação de causa-efeito, uns com os outros. Penso que isso é que é de facto criar dificuldades ao prosseguimento do nosso regime democrático.

Temos, naturalmente, da visão dos poderes do Presidente da República, na revisão constitucional, uma posição diferente da de muitos outros partidos.

Para nós não colhe afirmar que os poderes do actual Presidente da República, após a revisão constitucional, serão mais ou menos os mesmos num balanço global do que perde e do que ganha. Esse balanço global parece-nos ser perfeitamente impossível de determinar. Para nós, o que conta é vermos

os actuais poderes do Presidente da República, particularmente na área da sua competência política e do seu papel como competência militar. E nesse sentido, pensamos que a revisão constitucional se encaminha, de facto, para uma restrição dos poderes do actual Presidente da República.

Naturalmente que o cidadão Ramalho Eanes é livre de tomar as posições que entender e de assumir a posição que tomou em relação ao seu eleitorado.

Não entendemos as declarações do porta-voz da Presidência da República como qualquer forma de pressão sobre a Assembleia da República. Entendemo-las como uma afirmação vinda de um órgão de soberania, relacionada com os próprios compromissos que esse mesmo órgão de soberania assumiu na sua campanha eleitoral.

Esperamos que o Presidente da República não faça o seu pedido de exoneração por efeito da revisão constitucional e esperamos mesmo que também não o queira fazer, mas acima de tudo esperamos é que não seja obrigado a fazê-lo.

Aplausos do MDP/CDE e do PCP.

O Sr. Presidente: — Estamos já a prolongar o tempo previsto para este período de antes da ordem do dia. Estão inscritos os Srs. Deputados Lopes Cardoso e Magalhães Mota.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso e, se me permite, renovo o meu pedido da brevidade possível.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, procurarei ser o mais breve possível.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: Antes de mais quero expressar a nossa solidariedade em relação ao Sr. Deputado Leonel Fadigas e a nossa clara, firme e inequívoca condenação dos acontecimentos ocorridos na Marinha Grande, mas também a nossa congratulação por termos assistido à condenação unânime, desta Câmara, desses acontecimentos. Isto sem curarmos de saber se porventura é mais ou menos hipócrita essa condenação, pois levar-nos-ia talvez demasiado longe essa análise. Parece-nos ser mais importante essa condenação e que ela possa ter uma dimensão pedagógica, a tal pedagogia que porventura está também, pela sua falta, na origem daquilo que ocorreu na Marinha Grande.

Infelizmente já não encontrei a mesma unanimidade no que diz respeito à Marcha da Paz porque não há que minimizar os acontecimentos. Não se tratou apenas de meia dúzia de jovens sentados no passeio, houve a agressão, conhecida e pública, a um jornalista da ANOP e o auto de fé feito às publicações de apoio ao Movimento Solidariedade da Polónia. Mas ainda que se tratasse apenas de uns quantos jovens, nem por isso os actos de violência seriam menos desculpáveis para aqueles que entendem que a paz não se impõe através da guerra. Entender-se que a paz se impõe através da guerra é justificar a guerra, e essa foi sempre a justificação da guerra. Nunca se fez a guerra senão em nome da paz!

Vozes da UEDS e do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Um outro assunto sobre o qual não nos podemos silenciar,

pois o nosso silêncio poderia significar indiferença ou aceitação. Não há indiferença da nossa parte, muito menos há aceitação. Refiro-me às palavras do porta-voz da Presidência da República, palavras que na ausência de um desmentido, claro e formal do Presidente da República, que começa a tardar, têm que ser entendidas legitimamente como traduzindo a posição daquele órgão de soberania. Nessa medida consideramos como uma tentativa inaceitável e intolerável de pressão e de intromissão nos trabalhos daqueles que exercem um mandato legítimo, livremente adquirido, de proceder nesta Assembleia à revisão constitucional.

Esta Assembleia tem poderes constituintes que sofrem apenas uma limitação: aquela que a actual Constituição consigna, nomeadamente aquelas que constam dos limites materiais da Constituição.

Pretender-se agora, que a eleição do Presidente da República — cuja legitimidade é indiscutível e nós não a contestámos — contém em si mesmo limitações ao poder constituinte destes deputados, seria tentar-se *a posteriori* transformar a eleição do Presidente da República num referendo constitucional que nem sequer se teve a coragem de claramente assumir.

Aplausos da UEDS, do PSD, do PS, do CDS e do PPM.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: As declarações do porta-voz do Presidente da República, na sequência de outras atitudes — como, por exemplo a entrega nestá Assembleia do documento subscrito pelo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas —, inscrevem-se, em nosso entender, numa série de pressões que firmemente repudiamos. Perante aquilo que por vontade desta Assembleia, perante os poderes constituintes que são desta Assembleia e de mais ninguém e do que deles resultar, o Sr. Presidente da República tem todo o direito de livremente determinar a sua atitude. Mas a sua atitude só pode ser uma de duas: ou submeter-se ou demitir-se. Na certeza de que seja qual for, a responsabilidade dela lhe caberá exclusivamente.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: Queria terminar dizendo que pela nossa parte, Grupo Parlamentar da UEDS, não aceitaremos quaisquer formas de pressão. E é neste estado de espírito, é com esta vontade e com esta determinação, a mesma vontade com que nos orgulhamos de ter dado o nosso contributo à elaboração da actual Constituição, que participaremos aqui nos trabalhos de revisão constitucional.

Aplausos da UEDS, do PSD, do PS, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota, a quem me permitia também fazer um apelo no sentido de abreviar, na medida do possível, a sua intervenção.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Certamente, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados: Creio que a primeira nota que importa fazer realçar, neste debate, é que os três factos que aqui se pretendem amalgamar são do nosso ponto de vista, diferentes e a sua única conexão, ela sim, corresponde a uma

amálgama e a uma intenção que não podemos deixar de denunciar.

Vozes da ASDI: — Muito bem!

O Orador: — Pela nossa parte, portanto, trataremos cada um de *per si* e isoladamente.

Gostaria, de a propósito dos incidentes da Marinha Grande, recordar como é fácil fazer a história depois da história feita, de como esta frase conhecida revela, em si mesma, a tentação tantas vezes existente, que é a de alguns se apropriarem da história e a de outros reescreverem a história.

A história faz a história e por isso ela não é nem apropriável nem apropriável nem susceptível de ser reescrita. É por isso que o 18 de Janeiro de 1934 será e continuará a ser um grito de revolta anárquica — se alguns quiserem e como então a classificaram — mas um grito de revolta e de liberdade perante a redução do papel dos sindicatos, perante o seu abafamento.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Isso e só isso, é a história do 18 de Janeiro de 1934. E quem, neste momento, tem plena legitimidade para o evocar e para o celebrar, são todos quantos continuam a defender a liberdade e a independência dos sindicatos, continuam a defender o papel insubstituível dessa liberdade, continuam a defender os direitos dos trabalhadores perante a opressão e os ataques à sua liberdade, venham eles donde vierem e sejam ele em Portugal, no Chile ou na Polónia, na Turquia ou em outro qualquer país.

Vozes do PS e de alguns deputados do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por isso, nós não temos posições unilaterais, condenamos a violência e as violações dos direitos do Homem onde quer que elas ocorram. E é com alegria que vimos, como há pouco sublinhava o Sr. Deputado Lopes Cardoso, ser repudiada por toda a Câmara. É nesse sentido que também, muito claramente repudiamos as manifestações de violência ocorridas na Marinha Grande, as reprovamos e lamentamos que tenham ocorrido, ao mesmo tempo que emprestamos ao Sr. Deputado Leonel Fadigas toda a nossa solidariedade e toda a nossa homenagem.

Vozes do PS e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O segundo ponto diz respeito às manifestações para a paz.

Vimos aqui — e com alguma estranheza — tentar explicar que, no fundo, os incidentes eram pouco importantes, que de poucos manifestantes se tratava, que tudo isto era alguma coisa de secundário. Não podemos compartilhar desse ponto de vista. A violência é violência, seja exercida sobre um ou sobre muitos, não há graus de violência, não há graus de atentados às liberdades, pois tudo isto não é suscetível de medida. O que está em causa, é a existência ou inexistência de opressão e de violações de direitos.

Todos nós, como homens, valemos muito e basta que os direitos de um só sejam postos em causa para que os direitos de nós todos sejam com isso prejudicados. E longe de nós aceitar que pudesse ser ressuscitada, sobre outro cariz, a ideia de que uns safanões dados a tempo eram qualquer coisa de bom e democrático.

Vozes do PS e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por isso, também condenamos e nos manifestamos, com toda a firmeza, em relação aos incidentes ocorridos na marcha celebrada.

O terceiro ponto que aqui foi invocado diz respeito às declarações do porta-voz da Presidência da República. Também aqui gostaríamos de pôr alguns pontos em evidência. O primeiro deles, diz respeito a que verifiquei — e devo dizer muito sinceramente que com alguma estranheza — uma certa movimentação a propósito dessas declarações.

Uma estranheza relativa, digamos, e passo a explicar. A primeira parte das declarações do porta-voz não é nova, pois essas mesmas afirmações tinham sido feitas pelo próprio Presidente da República, numa entrevista, salvo erro no dia 8 de Dezembro do ano passado. Estranheza também porque esperaria que, por parte das bancadas da AD, o anúncio da eventualidade de uma renúncia por parte do actual Presidente da República fosse acolhido com uma manifestação de regozijo, de júbilo e de alívio.

Uma voz do PSD: — Demagogia!

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Isso é ingenuidade!...

O Sr. Silva Marques (PSD): — Isso é um simplismo primário, Sr. Deputado!

O Orador: — Não o ter verificado foi para mim um motivo de surpresa. Gostaria de o sublinhar porque me parece importante e revelador.

Um segundo aspecto que me parece revelador e sintomático é que esta mesma movimentação produzida revela uma coisa que também aqui cumpre sublinhar: é que, pelos vistos e finalmente, todos estamos de acordo quanto à importância do papel desempenhado pelo Presidente da República que é tanto, que justifica a movimentação produzida, a nível de todas as bancadas partidárias.

Sublinhados estes factos, que de facto se trata, gostaria de salientar dois aspectos. Parece-me errado que, e como tal deve ser sublinhado, uma interpretação das eleições presenciais levaria a condicionar a revisão constitucional aos resultados dessas eleições. São afirmações do porta-voz da Presidência da República, que não merecem nem o meu acordo nem o meu aplauso.

O Sr. Vilhena de Carvalho (ASDI): — Muito bem!

O Orador: — Diria ainda que também não merecem nem o meu acordo nem o meu aplauso os cenários evolutivos traçados por aquele porta-voz. Se ele se tivesse reduzido à afirmação de um cenário possível, perante uma eventualidade igualmente possível,

enfim, todos nos vamos habituando ao método dos cenários e verificamos, com alguma frequência, que os analistas políticos passam a ser comentadores ou que mesmo quando membros do Governo não resistem a regressar à antiga ocupação. Não estranharia, portanto, que esse método fosse generalizado.

Mas o ponto que me parece importante, o mais importante de todos, são as declarações que vêm por acréscimo a estas outras e que, essas sim, seriam suscetíveis de dar origem a um nosso protesto.

Nós não nos sentimos pressionados. Pensamos que os cidadãos têm o direito de intervir, expondo as suas opiniões, mas cremos que essa mesma liberdade exige responsabilidade, exige portanto que as afirmações feitas sejam produzidas no exacto quadro constitucional e nas exactas regras em que nos movemos.

O tempo vai escasseando, mas eu direi que há uma questão que ainda aqui não debatemos e que, essa sim, me parece envolvente e condicionante de tudo o resto.

Creio que nós vivemos neste momento, em Portugal — e muito claramente — uma fase em que aquilo que poderíamos chamar de personalização do Poder — e que eu distingo do poder pessoal, é evidente! — existe como constante e como dominante. E eu penso que se esta constatação existe então é necessário que todos nós reflectamos sobre ela ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, V. Ex.^a concluirá o mais rapidamente possível o seu raciocínio porque esgotou os 10 minutos de que dispunha.

O Orador: — Com certeza, Sr. Presidente.

Eu diria que o nosso problema democrático é saber até que ponto a personalização do Poder é desejável, até que ponto todos temos algumas culpas no cartório em relação a ela ...

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — ... e até que ponto temos todos — mas todos — que pensar que a Democracia, muito mais do que obra de alguém, ou de algum salvador, é necessariamente obra comum e projecto colectivo.

Aplausos da ASDI, do PS e da UEDS.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Estão ainda inscritos os Srs. Deputados Sousa Tavares e Borges de Carvalho.

Ultrapassamos em 20 minutos e tempo previsto para o período de antes da ordem do dia, facto que decorreu do desenrolamento do debate e, embora não queira coartar a ninguém a liberdade de se exprimir aqui, peço aos Srs. Deputados que considerem se ainda é oportuna ou não a vossa intervenção e, por outro lado, se é compatível com o limite de tempo, que a bem dizer, está ultrapassado.

O Sr. Borges de Carvalho (PPM): — Eu prescindo, Sr. Presidente.

Pausa.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Deputado Borges de Carvalho fez chegar à Mesa a informação de que prescinde do uso da palavra, mas como o

mesmo não aconteceu com o Sr. Deputado Sousa Tavares concedo-lhe a palavra por 4 minutos, que é o tempo de que o PSD ainda dispõe.

Tem a palavra, Sr. Deputado Sousa Tavares.

O Sr. Sousa Tavares (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Já a minha bancada se referiu a dois acontecimentos dos três que aqui estão em jogo e por isso nenhum comentário farei sobre os acontecimentos da Marinha Grande, que considero profundamente dolorosos, e sobre a questão da Marcha da Paz.

Apenas direi que me parece que se criou um pouco a ideia de que há bombas atómicas que se caírem sobre nós nos conduzem directos ao Paraíso. É novamente um pouco um sentimento de cariz religioso unilateral: há umas bombas que são más, há outras que são boas ...!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por isso, eu gostaria que por exemplo o Sr. Deputado Heriberto Goulart fosse, com o mesmo entusiasmo com que foi no sábado passado à Marcha da Paz, à próxima manifestação da Paz que o Sr. Deputado Marcelo Curto está a promover. Só assim poderei acreditar na sinceridade das suas palavras ...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ..., porque a Paz não é divisível, não pode ser unilateral. Não há a paz imposta por uns e a paz imposta por outros.

A Paz é um desarmamento universal, é uma atitude de espírito, é uma demissão de querer dominar o Mundo pela força. E nós hoje aqui, em Portugal, só ouvimos falar de um imperialismo, como se outro não existisse, o outro que domina a independência de mais de 14 nações e que ainda há poucos dias dominou mais uma, uma nobre, antiquíssima e livre nação.

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM e da ASDI.

Daí que não pudessemos deixar passar esse nosso protesto.

Referir-me-ei agora e rapidamente ao terceiro aspecto que não foi focado pelo meu partido e que é o relativo às declarações do porta-voz da Presidência da República, Joaquim Letria, hoje confirmadas pelas afirmações do Dr. João Butequilha, vindo, aliás, elas próprias no seguimento de declarações, parece que reais e não desmentidas até este momento, feitas pelo Sr. Presidente da República à Rádio Nacional de Espanha.

É evidente que não podemos deixar de atribuir uma extraordinária importância política a este facto, não por que não reconheçamos ao Sr. Presidente da República o direito de se demitir quando e pelas razões que entender. É um cidadão livre pode por isso renunciar ao mandato sempre que quiser e, como tal, se entender que a revisão constitucional não lhe convém é livre de se demitir.

O que já não aceitamos como lícito é que sejam invocadas razões que, como muito bem disse o

Sr. Deputado Magalhães Mota, são inadmissíveis. Nenhum Presidente da República pode ser eleito para uma constância constitucional, para mais sabendo que pouco tempo depois, ou poucos dias depois, da sua reeleição se vai proceder a uma revisão constitucional.

Ele não podia impor ao seu eleitorado qualquer fixidez constitucional. Portanto, não pode de maneira nenhuma invocar que há pactos que não são cumpridos. Se existiu entre ele e alguma força política representada nesta Câmara um pacto, como parece que existiu, esse pacto, pelo menos até aqui, não foi desmentido na sua forma pública, e eu, que não tenho que defender essa força política, em todo o caso, limitar-me-ei a dizer — como aliás hoje o escrevi — que todo o intuito e toda a atitude dessa força política na revisão constitucional têm sido a de cumprir o pacto.

Não se compreendem, portanto, as declarações, as ameaças, nem sequer as tentativas, que eu chamaria de chantagem, sobre os membros da revisão constitucional.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É extraordinariamente importante que o Sr. Presidente da República venha, em vésperas da ultimação da revisão constitucional, associar-se a uma campanha pública que tem sido feita por um único partido: o único partido de cujo sentido de democratismo nós temos todo o direito de duvidar, de duvidar do seu respeito por qualquer Constituição, aqui ou em qualquer parte.

É triste que o Sr. Presidente da República, cuja propaganda foi ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, V. Ex.^a esgotou o tempo de que o seu partido dispunha, pelo que lhe peço que conclua as suas considerações o mais rapidamente que lhe for possível.

O Orador: — De acordo, Sr. Presidente. Peço-lhe apenas a mesma concessão que fez ao orador que interveio antes de mim.

Mas concluiré muito rapidamente.

É, pois, triste para mim que o Sr. Presidente da República, cuja propaganda para a reeleição foi apresentada como sendo o Presidente de todos os portugueses — e como tal o aceitamos, mesmo aqueles que porventura fomos vencidos na escolha que fizemos — não queira agora assumir essa responsabilidade de ser o Presidente de todos os portugueses, mas queira parecer que é Presidente apenas de um partido ou das forças adjacentes a esse partido.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Heriberto Goulart (MDP/CDE): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado. Dispõe ainda de 1 minuto.

O Sr. Heriberto Goulart (MDP/CDE): — Sr. Presidente, eu comprehendo que V. Ex.^a esteja preocupado com o adiantamento da hora, mas eu fui identificado na intervenção do Sr. Deputado Sousa Tavares e

penso que, por isso, tenho o direito de me referir a ela usando o direito de defesa.

O Sr. Presidente: — Dispõe de 1 minuto, Sr. Deputado.

O Orador: — Sr. Presidente, desculpar-me-á, mas eu penso que o direito de defesa não tem o limite temporal de um minuto. De qualquer forma não levantarei a questão.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, se V. Ex.^a põe o problema nesses termos, com o calendário de que dispomos, eu tenho de lhe pedir que reserve a sua intervenção para uma sessão subsequente, porque não podemos estar a trabalhar sem algum limite de tempo.

Mas eu acredito que V. Ex.^a pode exprimir os seus sentimentos rapidamente.

O Orador: — Com certeza, Sr. Presidente.

De facto, o Sr. Deputado Sousa Tavares pôs em dúvida a sinceridade da minha participação na Marcha da Paz realizada no sábado passado.

Eu só lhe quero dizer que em quaisquer acções a favor da Paz, em quaisquer acções em que se participe sem aprofundar os problemas, em que se participe naturalmente com profundas divergências ideológicas entre os diversos participantes, mas em que se afirme apenas a vontade comum de que cesse a corrida aos armamentos, em que se afirme apenas a vontade comum de que no nosso país não sejam instaladas armas nucleares e em que se afirme ainda a vontade comum de que o armamento nuclear na Europa possa vir a ser reduzido, o Sr. Deputado pode ter a certeza de que eu lá estarei sempre. Mas naturalmente também pode ter a certeza, Sr. Deputado, de que quando em torno de manifestações de qualquer outro tipo, mesmo de unitárias, eu seja forçado a tomar posições que afectem as minhas convicções, nessas manifestações não estarei presente.

Aplausos do MDP/CDE e do PCP.

O Sr. Sousa Tavares (PSD): — Sr. Presidente, se me permite, gostaria apenas de dizer ao Sr. Deputado Heriberto Goulart que não duvidei das suas intenções. Disse apenas que as iria aferir conforme a atitude que tomasse perante as manifestações de Paz da iniciativa do Sr. Deputado Marcelo Curto.

Mas dir-lhe-ei também, Sr. Deputado, que todos nós somos contra a instalação de mísseis na Europa, simplesmente não vejo é o protesto efectuar-se contra aqueles que já se encontram instalados na Europa — são imensos. Toda Europa de Leste está implantada de mísseis apontados para a Europa de Oeste. Era a isso que eu queria que o Sr. Deputado Heriberto Goulart respondesse, isto é, que dissesse claramente se está de acordo com esses mísseis instalados, ou se pediu na Marcha da Paz que esses mísseis fossem retirados.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, encerrado o período de antes da ordem do dia, dou a palavra ao Sr. Deputado Valdemar Alves e depois ao Sr. Deputado Pinto da Silva para que procedam à leitura de

dois relatórios pareceres da Comissão de Regimento e Mandatos sobre substituição de deputados.

Tem então a palavra o Sr. Deputado Valdemar Alves.

O Sr. Valdemar Alves (PSD): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o primeiro relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos é do seguinte teor:

Em reunião realizada no dia 19 de Janeiro de 1982, pelas 14 horas e 30 minutos, foi apreciada a seguinte substituição de deputados:

1. Solicitada pelo Partido Socialista: Fernando Manuel dos Santos Gomes (círculo eleitoral do Porto), por Beatriz Magalhães de Almeida. Esta substituição é pedida ao abrigo da Lei n.º 1/82.
2. Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que o substituto indicado é realmente o candidato não eleito que deve ser chamado ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência da respectiva lista eleitoral apresentada a sufrágio pelo aludido partido no concernente círculo eleitoral.
3. Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.
4. Finalmente a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

A substituição em causa é de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

5. O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Secretários: Alexandre Correia de Carvalho Reigoto (CDS), secretário — José Manuel Maia Nunes de Almeida (PCP), secretário — Cris-tóvão Guerreiro Norte (PSD) — Valdemar Cardoso Alves (PSD) — Nicolau Gregório de Freitas (PSD) — João Alfredo Félix Vieira Lima (PS) — Alfredo Pinto da Silva (PS) — Armando de Oliveira (CDS) — Álvaro Augusto Veiga de Oliveira (PCP) — Jorge Manuel Abreu de Lemos (PCP) — Lino Carvalho de Lima (PCP) — Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho (ASDI) — António Manuel de Carvalho F. Vitorino (UEDS) — Heriberto de Castro Goulart da Silva (MDP).

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pinto da Silva para a leitura do segundo relatório.

O Sr. Pinto da Silva (PS): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o relatório e parecer é o seguinte:

Em reunião realizada no dia 19 de Janeiro de 1982, pelas 16 horas, foram apreciadas as seguintes substituições de Deputados:

1. Solicitadas pelos Partido Socialista:

Parcídio Matos Summavieille Soares (círculo eleitoral de Braga),

por António Magalhães da Silva. Esta substituição é pedida ao abrigo da Lei n.º 1/82.

Francisco Soares Mesquita Machado (círculo eleitoral de Braga), por Vergílio Fernando Marques Rodrigues. Esta substituição é pedida ao abrigo da Lei n.º 1/82.

2. Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que os substitutos indicados são realmente os candidatos não eleitos que devem ser chamados ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência da respectiva lista eleitoral apresentada a sufrágio pelo aludido Partido no concernente círculo eleitoral.
3. Foram apresentados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.
4. Finalmente a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

As substituições em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

5. O presente relatório foi aprovado por maioria do Deputado da União Democrática Popular.

Alexandre Correia de Carvalho Reigoto (CDS), secretário — José Manuel Maia Nunes de Almeida (PCP), secretário — António Duarte e Duarte Chagas (PSD) — Cristóvão Guerreiro Norte (PSD) — Mário Marques Ferreira Maduro (PSD) — Valdemar Cardoso Alves (PSD) Armando dos Santos Lopes (PS) — Alfredo Pinto da Silva (PS) — Luís Carlos C. Veloso de Sampaio (CDS) — Álvaro Augusto Veiga de Oliveira (PCP) — Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho (ASDI) — António Manuel de Carvalho F. Vitorino (UEDS) — Heriberto de Castro Goulart da Silva (MDP) — Mário António Baptista Tomé (UDP).

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos proceder à votação, em conjunto, dos dois relatórios e pareceres cuja leitura acabou de ser feita.

Submetidos à votação, foram aprovados, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS, do PCP, do PPM, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE e a abstenção da UDP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos fazer agora o intervalo regimental de 30 minutos.

Os trabalhos recomeçarão às 18 horas e 30 minutos para darmos início à interpelação ao Governo.

Está suspensa a sessão.

Eram 18 horas.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 18 horas e 45 minutos.

O Sr. Presidente: — Tem inicialmente a palavra, por 60 minutos, o Partido Comunista Português, cujo primeiro deputado inscrito, a quem concedo a palavra, é o Sr. Deputado Silva Graça.

O Sr. Silva Graça (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A interpelação sobre política de habitação, oportunamente solicitada pelo Grupo Parlamentar do PCP, permite trazer à Assembleia da República o debate sobre um problema central para milhões de portugueses e num domínio em que a AD e o seu Governo têm graves e pesadíssimas responsabilidades.

A AD, nas diversas campanhas eleitorais que antecederam as eleições de 5 de Outubro de 1980, prometeu uma casa para cada família, avançando com o slogan «uma casa para todos». Posteriormente, em discursos, entrevistas e mesmo nos Programas do I e II Governo Balsemão, ergueu a Habitação como primeiro das prioridades. Alertámos sempre a opinião pública e esta Câmara de que tais slogans e intervenções prioritárias não passavam de expedientes propagandísticos apontados para a caça ao voto e para a conservação do poder que sabiam (e sabem) ter sido precariamente conquistado e à custa da utilização da Administração Central e mesmo do Poder Local, em zonas estratégicas — casos de Lisboa e Porto — como gabinetes eleitorais e propagandísticos, esbanjando, de forma abusiva e execrável, dinheiros públicos, manipulando órgãos de comunicação social estatizadas, usando os mais vis processos de coacção, etc., etc.

A vida, mais uma vez, veio dar-nos total razão. Longe de ser a primeira das prioridades, a problemática da Habitação e as grandes carências existentes passariam e passaram a ser pretexto para grandes negociatas, para o colossal enriquecimento, rápido e expedito, dos grandes especuladores imobiliários e de meia dúzia de grandes industriais da construção civil. E isto à custa da degradação global da situação, com aumento do défice, já enorme, de fogos e consequente agravamento da situação dramática de centenas de milhares de famílias que vêm cada vez mais longínqua a possibilidade de acesso a uma habitação condigna.

E tudo isto acompanhado de enormes dificuldades e mesmo falência de centenas de pequenas e médias empresas de construção civil e consequente aumento do desemprego.

Estamos perante uma política de Habitação apontada para o regresso aos períodos mais retrógrados e negros do fascismo, privilegiando quase exclusivamente a iniciativa privada, atrofiando com o objectivo de liquidar o sector público, dificultando ao máximo a aquisição de casa própria (que tinham prometido), abandonando o solo à gula e ganância das grandes empresas e especuladores imobiliários, apoian-do os senhorios contra os direitos mais elementares dos inquilinos.

Todos sabemos o que o fascismo nos legou neste sector: um défice de cerca de 600 000 fogos, centenas de bairros de lata, milhares de «ilhas» e «pátios», milhares e milhares de casas degradadas nos cascos velhos dos centros urbanos.

A isto soma-se a ausência dramática de infra-estruturas e equipamentos essenciais.

O 25 de Abril trouxe, naturalmente, legítimas esperanças ao povo português. A enorme participação popular que se lhe seguiu, a substituição dos gerentes fascistas por administrações democráticas em grande número de Câmaras Municipais e algumas medidas tomadas pelos Governos Provisórios criaram no coração de dezenas de milhares de famílias portuguesas a esperança de uma solução a curto e médio prazo para o seu dramático problema habitacional. A procura de um realojamento local condigno por parte de populações massacradas por décadas de vivência e «expulsão», por vezes brutal, para as zonas mais inóspitas dos centros urbanos e para, na melhor das hipóteses, os incômodos e frios «dormitórios» conduziu ao aparecimento do Programa SAAL. O movimento cooperativo sofreu um enorme impulso, foi reestruturado, objecto de legislação especial e lançaram-se as cooperativas de habitação económica. Foi dado apoio financeiro às Câmaras Municipais para o lançamento de um programa próprio de construção de habitação social (1,2 milhões de contos) e reforçaram-se as comparticipações a fundo perdido. Avançou-se decididamente para o reforço de construção de Habitação Social pelo Estado. Procurou-se dinamizar a construção de habitações de renda limitada através dos CDH apontando-se para um ritmo anual de 15 000 fogos e reconversão estrutural da promoção privada.

Lançaram-se as bases de uma nova política de solos através de um planeamento urbanístico conduzido pela Administração central e local e da criação de um quadro jurídico que permitisse esse tipo de intervenção.

Tomaram-se medidas de emergência no tocante ao arrendamento urbano por forma a pôr cobro ao escândalo dos fogos devolutos e erguer um dique à subida especulativa e desenfreada das rendas de casa.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Fomentou-se a autoconstrução, com experiências muito ricas e algumas até inovadoras para a resolução urgente de situações dramáticas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Apesar da complexidade e contradições que o processo político de então conheceu, da resistência que lhe foi movida pelos grandes especuladores imobiliários, da burocração do pesadíssimo e ultracentralizado aparelho de Estado herdado do fascismo, estas medidas, que correspondiam às mais profundas aspirações populares, traduziram-se em: aumento de 3000 para 8000, o número de fogos lançados pelo FFH; lançamento de cerca de 9000 fogos pelas Câmaras Municipais, correspondentes a comparticipações de mais de 2 milhões de contos (o que traduz um aumento de cerca de 400%); cumprimento integral do programa «1,2 milhões de contos» e que correspondeu à construção de 3600 fogos em 18 meses, abrangendo 120 concelhos; lançamento de 10 000 fogos de renda limitada através do Programa de Contratos de Desenvolvimento para a Habitação; lançamento do Programa SAAL envolvendo cerca de 6000 fogos.

Como já disse, em intervenção anterior, «as linhas gerais apontadas, com as correcções que a prática ia revelando necessárias, se tivessem sido desenvolvidas... não estariamos hoje na situação dramática em que nos

encontramos, o défice apontado seria bem melhor, as condições de habitabilidade bem melhores e as perspectivas para uma resolução do problema a médio e longo prazo bem mais luminosas».

Mas foi exactamente o contrário que aconteceu, sendo a situação hoje ainda pior que em início de 1981.

À política de cedências à direita e às pressões dos grandes especuladores imobiliários, seguiu-se, particularmente após as eleições de 5 de Outubro de 80 e na sequência de alguns ensaios que caracterizaram o consulado Mota Pinto, uma política reaccionária e antipopular, chegando a afirmar-se que só a iniciativa privada poderá resolver a situação.

Esta tese, de que já temos experiência resultante de 48 anos de fascismo, foi e é rejeitada inclusive pelos países capitalistas da Europa, países onde o sector público, no tocante à habitação, desempenha um papel determinante; basta comparar números da década de 50 para se verificar como já há longos anos era muito forte, nesses países, a percentagem dos investimentos do sector público na habitação: França (1957), 46%; Noruega (1955), 50%; Inglaterra (1955), 56%; Holanda (1957), 64%; Irlanda (1955), 75%. O nosso país apresentava em 1955 uma percentagem de 3%. Os números falam por si. E as consequências estão bem à vista.

Pois é exactamente o regresso a esta tese que defende a AD e o seu governo. Utilizou o sector público quando lhe interessou e com fins claramente eleitorais. Basta olharmos para o número de fogos lançados pelo Fundo de Fomento da Habitação antes de 5 de Outubro de 1980, e compararmos esses números com os actuais. Basta verificar como programas fundamentais para a resolução do problema habitacional do nosso país foram suspensos no decurso de 1981. São os casos, por exemplo do Plano de Recuperação de Imóveis Degradados (PRID) e do apoio à autoconstrução.

Quanto ao primeiro e à sua importância, basta referir que só na cidade de Lisboa, para execução de cerca de 9000 processos, de obras coercivas, são necessários cerca de 2 milhões de contos. Talvez a AD e o seu governo arranjem linhas de crédito especiais para, em ano de eleições, salvarem do naufrágio o presidente CDS da Câmara Municipal de Lisboa, autêntico pedregulho que ameaça arrastar para o fundo toda a AD na capital do País.

Aplausos do PCP.

No tocante à autoconstrução, o último despacho que se conhece destinou-se a financiar 52 fogos no concelho do Mogadouro, distrito de Bragança, terra natal do Secretário de Estado da Habitação de então, actual deputado do PSD. Depois dessa operação, o programa foi suspenso.

No tocante à «promoção directa» a situação em Setembro de 1981, era a seguinte: 1625 fogos iniciados, a totalidade dos quais, contudo, concursados e adjudicados em 1980, já que em 1981 não se realizaram novos concursos, salvo os lançados para a conclusão de obras paralisadas por falência ou abandono dos empreiteiros.

Quanto ao Programa «empréstimos às Câmaras Municipais», dos cerca de 1000 fogos iniciados,

606 dizem respeito a um empréstimo concedido à CML AD/Abecassis.

Toda esta subalternização e paralisação do sector público culmina em Outubro de 1981 com uma resolução do Governo incumbindo 4 Ministros, de, no prazo de 90 dias, apresentarem um projecto de decreto-lei extinguindo o Fundo de Fomento da Habitação. Aliás esta medida atinge as raias do absurdo ao decidir extinguir-se a única estrutura estatal de apoio ao sector, sem nenhuma alternativa institucional. Mas o que interessa à AD e ao seu governo é deixarem o caminho livre à iniciativa privada — afinal os grandes especuladores e grandes empresas de construção civil — e não a resolução dos problemas concretos, como o da habitação.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Quase em simultaneidade com a asfixia e paralisação do Fundo de Fomento da Habitação, que se faz acompanhar do incumprimento da Lei das Finanças Locais com gravíssimas consequências para as câmaras, no tocante ao prosseguimento dos seus programas urbanísticos e habitacionais próprios, corta-se o crédito para aquisição de casa própria e à construção civil, com todas as consequências daí emergentes e em frontal oposição às promessas feitas ao eleitorado.

Cerceada profundamente a capacidade de produção de novos fogos, longe da meta que apontou nos 2 Programas de Governo aqui discutidos — 50 000 fogos/ano —, atrofiado e semiparalisado o sector público, ameaçada de extinção a única estrutura estatal existente (FFH), criadas as maiores dificuldades às câmaras municipais por falta de verbas e impossibilidade jurídica de controlarem o solo que administram, a situação global da habitação no nosso país é cada vez mais dramática e geradora de situações gritantes e intoleráveis, a que é necessário e urgente pôr cobro. A vida penosa de centenas de milhares de famílias, de milhões de portugueses agrava-se.

São as barracas, os «pátios», as «vilas», os dormitórios, os clandestinos, as intimidades agredidas, a promiscuidade, a incerteza, a droga, a marginalidade, a doença, novo e alarmante surto de tuberculose, que volta a atingir índices preocupantes, com particular incidência nos bairros de barracas e degradados. Para os mais afortunados das classes laboriosas, são horas e horas em transportes públicos superlotados e incômodos, e, ao fim de um dia de trabalho, o regresso ao dormitório frio e agressivo, deficientemente infra-estruturado e sem equipamentos.

Em períodos de queda de chuva um pouco mais abundante, são os desmoronamentos, o arrastamento de barracas e até de casas e prédios construídos criminósamente nas linhas de água, a humidade e até a chuva dentro das casas; são os prédios que se abatem, ameaçando soterrar quem nelas vive ou, em alternativa, deixando-os sem um tecto para se abrigarem.

É a impossibilidade dos jovens casais terem acesso a uma habitação, quer para arrendamento quer para aquisição, já que as rendas são elevadíssimas e o crédito para aquisição ou está cortado ou significa o pagamento de juros elevadíssimos durante quase toda a vida.

A tudo isto a AD e o seu Governo são insensíveis. Souberam prometer este mundo e o outro para caçarem votos a estas populações massacradas por décadas de um viver quotidiano insuportável, mas uma vez conquistada a maioria parlamentar, que não a eleitoral, que importa tudo isto aos senhores do capital? Chegam ao cúmulo de começarem pelo fim, ou seja, mexendo na legislação que regula o arrendamento urbano.

Integrados numa verdadeira estratégia tentacular vão sendo publicados diplomas apontados para a liberalização integral das rendas de casa. São agora mais sutis que durante o seu governo propedéutico Mota Pinto. Nessa altura não concederam a ratificação ao decreto Mota Pinto que liberalizava as rendas de casa. E agora? Publicam em Junho o primeiro da série (o Decreto-Lei n.º 148/81) e em Dezembro mais 3, que, em articulação com o referido, constituem uma ofensiva global e brutal contra os direitos dos inquilinos.

De facto o Decreto-Lei n.º 328/81, ao destruir as regras de protecção dos direitos dos inquilinos na transmissão dos arrendamentos, significa na prática a liberalização das rendas de casa por morte do arrendatário. O seu artigo 4.º, concedendo todas as prerrogativas ao senhorio através das suas 7 alíneas, face ao direito a novo arrendamento por falecimento do arrendatário, transforma a morte dos inquilinos no totobola dos senhorios, com a vantagem para estes, dado o envelhecimento da população do casco velho das cidades de Lisboa e Porto, de o 13 ser muito mais frequente do que nas apostas mútuas desportivas.

O mecanismo é de facto sórdido e intolerável!

Por tudo isto, cada vez mais portugueses dizem cada vez mais «Basta!» a esta política e a este governo. Por tudo isto o PCP interpelou o Governo sobre política de habitação, para que venha aqui explicar o que pretende com todas as medidas tomadas e não tomadas até agora e que ainda ameaça tomar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Face a toda esta política desastrosa e mesmo criminosa, em matéria de habitação, deixaria aqui 4 perguntas ao Governo:

1. O Governo suspendeu o PRID (Decreto-Lei n.º 704/76). A suspensão deste programa provocou um agravamento do estado de conservação dos prédios em geral e em particular dos prédios localizados no casco velho dos centros urbanos (casos de Lisboa, Porto, Coimbra, etc.). Face à enorme carência de habitações e dada ainda a importância do desenvolvimento deste programa para a preservação do nosso riquíssimo património arquitectónico, que objectivos pretende atingir o Governo com esta medida?

2. O Governo não aplicou, mais uma vez este ano, a Lei das Finanças Locais e deixou de bonificar o crédito às autarquias para o lançamento de novos programas próprios e para a prossecução de outros em desenvolvimento. Destas medidas resultam enormes dificuldades financeiras para as autarquias e em particular para as câmaras municipais, que se vêem assim impossibilitadas de controlar o solo urbano (expropriando, como devem, terrenos para construção), de lançarem programas de habitação social, de apoiarem as Cooperativas de Habitação Económicas (CHE) e as Associações de Moradores, a autoconstrução, de construirem as infra-estruturas e os

equipamentos colectivos, etc. Dada a importância do poder local democrático na resolução destes problemas essenciais, que objectivos pretende atingir o Governo com estas medidas impeditivas do funcionamento eficaz das autarquias locais?

3. O Governo não descentraliza para os Municípios a capacidade destes elaborarem e aprovarem os seus planos de urbanização (globais, integrados e de pormenor) e expropriarem os terrenos necessários ao eficaz controle do solo urbanizável. A AD e os partidos que a integram, depois de votarem favoravelmente, em 27 de Julho de 1979, uma lei de delimitação em matéria de investimentos, em que tais princípios descentralizadores ficavam claramente consagrados, defendem agora o contrário. Destas medidas centralizadoras resultam sérios prejuízos para as populações, uma vez que os planos de urbanização se arrastam nos Ministérios e os processos de expropriação são bloqueados a nível do poder central. Que objectivos pretende atingir o Governo com estas medidas antidemocráticas e centralizadoras?

4. O Governo propõe-se liberalizar as rendas de casa, até as rendas antigas. Isso mesmo foi afirmado pelo Sr. Ministro da Habitação, Transportes e Obras Públicas em recente conferência de imprensa. Com este objectivo iniciou a publicação de um conjunto de diplomas — todos eles chamados à ratificação pelo Grupo Parlamentar do PCP — de que se destacam, os Decretos-Leis n.º 148/81, 328/81, 329/81 e 330/81, altamente lesivos dos direitos dos inquilinos e pronunciadores dos despejos em massa a curto prazo. Da aplicação destes decretos resultarão situações aflitivas, e dramáticas para milhares e milhares de famílias, assim como dificuldades para pequenos e médios comerciantes e industriais, estes últimos atingidos por aplicação do Decreto-Lei n.º 330/81, que prevê a actualização anual — e que era de 5 em 5 anos — dos arrendamentos destinados a comércio, indústria e profissões liberais. Que objectivos pretende atingir o Governo com estas medidas que irão agravar ainda mais as condições e a qualidade de vida de largas camadas da população, já neste momento deterioradas pela subida desenfreada dos preços de bens e serviços essenciais, pela inflação galopante, por despedimentos em massa e por medidas restritivas e gravosas no tocante à saúde e segurança social?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como já é claro para o nosso povo este governo e esta política não resolvem nenhum dos grandes problemas nacionais, antes os agravam, e profundamente, a todos. Em matéria de habitação a situação é mesmo, a um tempo, escandalosa e dramática.

O nosso povo está farto das vossas falsas promessas, das vossas mentiras e quer ver os seus problemas fundamentais resolvidos, a começar pelo grave problema da habitação.

Mais um motivo para substituir, com carácter de urgência, este governo AD, por um governo sem AD, democrático, constitucional, e que aplique uma política democrática ao serviço do povo português.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

Durante esta intervenção assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Tito de Moraes.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Uma política de habitação tem de assentar sobre dois vectores primordiais: a satisfação de uma necessidade básica e de um direito constitucional e o seu papel irrecusável na dinamização do desenvolvimento económico.

A AD tem encarado a habitação na óptica de um grande negócio, que deve ter como objectivo único a obtenção rápida do mais elevado lucro. Mais claramente, a prática política da AD tem visado exclusivamente a promoção e o benefício da especulação imobiliária.

É nesta perspectiva que têm de ser analisadas as medidas de política tomadas pelos governos da AD no sector da habitação.

Por um lado o abandono progressivo dos contratos de desenvolvimento; o estrangulamento financeiro de novos programas promovidos pelo sector cooperativo, dos programas SAAL e da promoção pública directa. Tudo consubstanciado em última análise na recente precipitada e impossível extinção do Fundo de Fomento da Habitação sem simultânea substituição por qualquer outro organismo público promotor, coordenador e moderador do mercado habitacional.

Esta aliás a razão fundamental da AD para a sua tentativa de extinção do Fundo de Fomento da Habitação: a eliminação de qualquer forma de moderação, ainda que mínima e deficiente, da especulação dos promotores imobiliários. O caso das habitações construídas no Vale d' Amoreira é a este respeito exemplar. Mantiveram-se devolutas durante cerca de dois anos 550 habitações, o que custou ao erário público só em juros, cerca de 200 000 contos. E isto apenas para favorecer uma urbanização privada próxima, que pretendia vender as habitações a preços bastante mais elevados e, por isso não podia permitir a concorrência do Fundo de Fomento da Habitação. O então Secretário de Estado da Habitação conhece bem o sucedido, e nesse autêntico escândalo tem grandes responsabilidades, que só a expectativa de resultados compensadores pode justificar.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, a política de financiamento assenta exclusivamente no crédito bonificado à aquisição de habitação própria, cujo mecanismo, abandonado à pura lógica capitalista e especulativa, gera em si mesmo o aumento constante e acelerada dos preços de venda das habitações, reduzindo cada vez mais o estracto populacional potencial utilizador do sistema, e promovendo um crescente esbanjamento de recursos financeiros, já que cada vez é maior o volume de crédito necessário para adquirir menor número de habitações. Isto mesmo é comprovado, por exemplo, pela evolução do valor médio dos empréstimos concedidos, atingindo aumentos de 28 % em 1980 e cerca de 36 % em 1981, bastante superiores às taxas de inflação e à evolução dos custos de construção, ou pela evolução do preço por metro quadrado definido, que nos dois anos de Governos AD aumentou entre 74 e 81 %!

Ou seja, o actual sistema de crédito tem canalizado o crédito bancário e as bonificações do Estado e da banca prioritariamente para as habitações de preços

mais elevados e para as famílias de maior solvência. Ao fim e ao cabo tal sistema, em regime de exclusividade e sem controle de preços, tem sido o suporte da especulação.

E aqui deixamos uma pergunta ao Governo: como concilia o Governo a exclusividade deste sistema de crédito durante os dois anos de governos AD, com o facto real de cerca de 70 % das famílias portuguesas com falta de habitação não terem capacidade financeira para a ele recorrerem?

Por outro lado, o regime de crédito «poupança-habitação» que agora se pretende revitalizar, tem já o seu funeral marcado, tal como o do Governo, aliás, pois é incapaz de vingar num contexto inflacionário e especulativo. Para que tal sistema pudesse funcionar seria necessário enquadrá-lo num sistema de controle de custos e de construção de habitações de preço controlado. O que manifestamente o governo da AD não pretende. Além do mais continuará a não abranger as famílias mais carenciadas, as de menores rendimentos, pois ao menos durante dois anos obriga-as a uma dupla e incomportável poupança: a renda que efectivamente paga e um mínimo de 10 % do rendimento familiar para o depósito «Poupança-Habitação». Trata-se pois de um expediente do governo da AD para, simultaneamente, atingir três objectivos: tal como actualmente, permitir o acesso à habitação, apenas às famílias de maiores rendimentos; protelar no tempo a suspensão ou limitação de crédito actualmente em vigor; acabar com as bonificações de juros à habitação.

Do ponto de vista da propaganda toda a grande negociação assentou na promessa de uma casa para cada português, jogando hipocritamente com uma necessidade básica afilitivamente sentida por um milhão de famílias portuguesas.

Mas o manto diáfano da propaganda rasgou-se, quer porque a factura eleitoral dos especuladores imobiliários já estava paga, quer, fundamentalmente, por incapacidade de o próprio sistema bancário absorver por mais tempo a onda de especulação em curso, designadamente numa situação de generalizadas restrições ao crédito, no âmbito de negociações e acordos com o Fundo Monetário Internacional.

E a cruel verdade desnudou-se com a súbita suspensão de qualquer crédito para aquisição de habitações pelos inquilinos e a drástica redução do crédito para aquisição de novos fogos. Entre o 1.º e o 2.º semestres de 1981, o número de créditos à habitação reduziu-se em cerca de 60 %. Muitos milhares de portugueses se viram repentina e brutalmente defraudados nas expectativas que a AD lhes criara. Muitos outros milhares virão a sofrer as consequências da política da AD dentro em pouco, quando as prestações mensais dos empréstimos que conseguiram subirem a níveis incomportáveis com os seus rendimentos familiares.

O milhão de famílias com falta de habitação foi burlado pela AD, pois mais dois anos se perderam para a necessária e inadiável implementação de um plano nacional de habitação, que a médio prazo dê satisfação a tão gritante e profunda necessidade social.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Os resultados da política da AD e das suas promessas eleitorais, o substrato real da habitação a primeira prioridade pelo Primeiro-Ministro Baldeão, estão à vista. Durante os dois anos de governos AD o défice habitacional português continuou a aumentar.

E aqui fica mais uma pergunta ao Governo: durante os últimos dois anos a falta de habitação, de acordo com os dados estatísticos comparáveis, agravou-se em cerca de 36 000 habitações. Que tem o Governo a dizer sobre estes resultados face às promessas da AD?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O problema da habitação, e designadamente o problema da habitação das classes de modestos rendimentos, que constituem a grande maioria dos portugueses, é um problema social e político que não pode ser abandonado à iniciativa individual e à economia privada. A experiência do nosso país é mais do que suficiente para o comprovar, já que, em pleno final do século vinte, faltam alojamentos para cerca de 40 % das famílias portuguesas. Mas se tal não bastasse poderíamos recorrer ao próprio exemplo da generalidade dos países capitalistas industrializados, nos quais a construção social de habitação é assegurada por um organismo que financia as operações com fundos públicos.

É assim, por exemplo, que em França dos 10 milhões de alojamentos construídos nos últimos trinta anos cerca de dois terços foram-no através da promoção e do financiamento do sector público.

Igualmente é impensável, contrariamente à tese inicialmente propagandeada pela AD, que a solução do problema habitacional se consiga apenas e fundamentalmente através da aquisição de habitação própria.

Bastará recordar que uma família com um rendimento *per capita* igual ao salário mínimo, terá de pagar por uma habitação de 2000 contos, uma prestação mensal inicial de 18 contos.

Aliás, e voltando ao confronto com países capitalistas industrializados tão do agrado da AD, não é por acaso nem por efeito de quaisquer ideias colectivistas que no Reino Unido, tal como em França, por exemplo, com um poder de compra médio bastante superior ao nosso, o parque habitacional em 1970 registava menos de 50 % de habitações ocupadas pelos proprietários, e que das arrendadas cerca de 2/3 eram propriedade do sector público.

Estando fora de questão a garantia da possibilidade de qualquer pessoa ter acesso à aquisição de habitação própria, a realidade indesmentível é que a maioria da população portuguesa não o conseguirá se a oferta depender exclusiva ou fundamentalmente do sector privado. Assim como não pode pagar as rendas exigidas pelo sector privado para as cada vez mais raras habitações que coloca no mercado de arrendamento. As rendas de vinte ou trinta contos que actualmente são exigidas, o facto de os fogos concluídos pelo sector privado em 1979 menos de 7 % se destinarem a arrendamento, e do de em 1980 terem sido celebrados menos de trezentos arrendamentos em Lisboa, são disso prova insofismável. Como irrecusável é que a totalidade do milhão de famílias com falta de habitação pertence às camadas de menores recursos.

Eis uma nova pergunta ao Governo: sendo certo que a experiência internacional é peremptória ao mostrar que em nenhum país o problema da habitação foi minorado sem a intervenção determinante do sector público, e que assenta grandemente na oferta de habitações para arrendamento, que razões políticas levam o Governo da AD a eliminar a participação do sector público no sector da habitação?

É claro e evidente que a solução para o problema da habitação no nosso país só é possível com a participação activa e preponderante do poder público. Quer como promotor directo da construção de habitação (para venda, para entrega em regime de propriedade resolúvel e para arrendamento em constância de renda), quer no apoio ao financiamento da promoção de habitação por cooperativas ou outras formas de iniciativa colectiva ou individual, quer ainda como moderador do mercado de promoção empresarial privada. Mas a participação do sector público é ainda insubstituível na elaboração e realização do necessário plano nacional de habitação, na múltipla perspectiva social, regional, material e financeira, coerentemente integrado num plano de desenvolvimento económico.

A implementação de tal plano, suficientemente justificada por razões sociais e constitucionais, impõe-se ainda pelo impacto significativo que terá sobre o desenvolvimento económico global. Deste ponto de vista a importância do sector advém não tanto do seu actual peso relativo na economia mas fundamentalmente pelo seu elevado efeito multiplicador, aumentando o investimento e a riqueza do país e diminuindo o flagelo do desemprego, pelo efeito gerador de receitas fiscais e parafiscais durante e após a produção, pela reduzida incorporação de produtos importados, pelo papel significativo que pode desempenhar no desenvolvimento regional. Especifica e concretamente, a própria estrutura empresarial do sector da construção é beneficiada com o planeamento, pois lhe assegura a actividade a prazo, permitindo-lhe programar com antecedência, introduzir novas tecnologias, aumentar a produtividade e baixar os custos de produção.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O plano nacional de habitação é socialmente exigível, economicamente reprodutivo e financeiramente viável.

Ninguém desconhece que a satisfação do défice habitacional dada a sua dimensão, exige elevados recursos financeiros. Como não se desconhece que a eliminação das carências não é fisicamente possível num período curto.

O financiamento deve igualmente ser objecto de planeamento, diluindo os encargos no tempo e garantindo o afluxo de fundos ao sector da habitação sem flutuações conjunturais.

O papel da poupança dos particulares no financiamento da habitação pode ser aumentado, quer no quadro de uma política de rendimentos e preços adequada, quer no incentivo à poupança das famílias, tanto do ponto de vista financeiro como, fundamentalmente, no da garantia de acesso a uma habitação condigna num prazo razoável, quer ainda na canalização de recursos das empresas, designadamente as seguradoras. A própria habitação é geradora de poupança voluntária. Igualmente as cooperativas serão instrumento dinamizador do aforro, tal como as autar-

quias locais não se recusarão a participar na satisfação das necessidades mais prementes das populações que servem.

Mas se tal papel não deve ser minimizado, é insuficiente que o papel preponderante no financiamento caberá ao Orçamento Geral do Estado e ao crédito bancário, como o comprova a experiência de qualquer país em que a gravidade do problema seja bastante menor que a nossa.

A participação do Orçamento Geral do Estado é insubstituível e impõe-se pela prioridade que deve ser dada à resolução do problema social da habitação. E não poderão agora as carpideiras da AD alegar o sacrifício das gerações vindouras, já que lhes será legada uma riqueza de inestimável valor.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — No que concerne ao crédito não se lhe exige mais que o seu enquadramento no Plano e a eliminação da aberrante e inadmissível limitação quantitativa do crédito à habitação imposta pelos governos da AD.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Porque a habitação exige elevada prioridade numa verdadeira política selectiva de crédito, e porque a correlação entre a construção de habitação e o volume de crédito implica que restrições neste provoquem imediata recessão económica e desemprego.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Plano Nacional de Habitação é necessário e exequível. O esforço exigível, ensaiando-se, por exemplo, um plano de construção pelos sectores público e cooperativo de 1 milhão e cem mil habitações em 15 anos, não ultrapassaria, nos anos de ponta, 8 % do PIB e 13 % do Crédito Total, e em média anual o esforço do Orçamento Geral do Estado não seria superior a 7 %. Tal esforço é compatível, na hipótese ensaiada, com o arrendamento de cerca de 700 mil habitações com rendas constantes e acessíveis a toda a população portuguesa.

E aqui deixamos uma última pergunta ao Governo: sendo certo que um plano para a resolução da falta de habitação é possível, quais as razões políticas e classistas que levam o Governo a não considerar a sua implementação?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A falta de habitação é uma realidade, a satisfação dessa carência é um imperativo de ordem social e constitucional, possuímos os materiais necessários, dispomos de força de trabalho desempregada e da tecnologia necessária, os recursos financeiros existem.

O único elemento que tem faltado para o desenvolvimento de um plano nacional de habitação é a vontade política dos governos e designadamente dos governos da AD.

Há que eliminar tal estrangulamento.

Daí que a urgente demissão deste governo, e o afastamento da AD da área do poder, seja um passo fundamental para se iniciar o processo de concretização do direito constitucional à habitação.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Grupo Parlamentar do PCP procurará, no quadro da interpelação ao Governo, sobre o magno problema da habitação dos portugueses, atingir os seguintes quatro objectivos essenciais:

Em primeiro lugar, caracterizar com suficiente rigor e vigor as intoleráveis e dramáticas situações em que centenas de milhar de famílias portuguesas vivem, o desespero a que foram conduzidas, os flagelos sociais a que são expostas, (a criminalidade, as doenças, a mortalidade infantil, a prostituição, a promiscuidade, a violência gratuita), e, finalmente, a marginalização para a vida activa para que são empurradas, quer na esfera da produção dos bens materiais, quer quanto à cultura e aos bens do espírito, toda esta situação desastrosa, radicando em grande parte, na falta de uma habitação minimamente digna, quantas vezes, na falta, mais crua ainda, de um simples tecto;

Em segundo lugar, discernir as causas, se não todas, pelo menos as mais importantes, e, simultaneamente, cuidar das responsabilidades e dos responsáveis, mormente, daqueles que, por incumbência de Estado, aceitaram e juraram cumprir funções, que não cumprem, e fizeram promessas cujo valor facial se revelou nulo, mas cujo contravalor foram os votos, agora já desenganados, que lhes permitiram chegar a ser governo;

Em terceiro lugar, apontar as principais medidas legislativas, antidemocráticas e antipopulares, tomadas por este governo da AD, e contrapor as orientações e medidas que uma política democrática e nacional de habitação deveria, obrigatoriamente, comportar;

Em quarto lugar e finalmente, mostrar com clareza que, apesar das dificuldades económico-financeiras e da crise, o problema da habitação pode e deve ser resolvido mas só o será, quando e só quando, os governos da AD, as maiorias da direita nesta Assembleia e as suas políticas reaccionárias e de exploração dos trabalhadores e das classes laboriosas, forem finalmente substituídos, por governo democrático, apoiado numa maioria democrática e nas massas populares e, por isso mesmo, capaz e disposto, a recuperar a economia nacional e a dar a máxima prioridade e urgência à resolução dos problemas da habitação, problemas que afligem o presente e ensombraram o futuro de milhões de portugueses.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Com discrepâncias comprehensíveis devidas às deficientes estatísticas nacionais, ninguém contesta seriamente que ao dealbar do 25 de Abril, as carências habitacionais constituíam uma das mais graves sequelas da ditadura de Salazar e Caetano.

Mesmo não considerando a degradação e a velhice do parque habitacional existente e deixando por agora de lado a muito variável incidência regional da falta de habitações, podem com segurança situar-se as carências acima de 600 000 fogos, para um total de fogos que rondaria os 2,6 milhões. Por outras

palavras, segundo os números mais favoráveis, a ditadura deixara como herança, mais de 35 000 famílias (cerca de 140 000 pessoas) vivendo em condições degradantes, em barracas, e mais de 600 000 famílias comprimidas às 2 e 3 em cada fogo e suportando, cumulativamente ou não, a falta de água canalizada, de energia eléctrica e de instalações sanitárias.

Nos últimos anos da ditadura, a pressão e o desespero em certas zonas foram tão grandes que, apesar da panóplia de vigilância e de repressão própria do regime, foi, por exemplo, impossível, às autoridades militares, evitar a invasão de zonas de servidão militar por milhares de construções abarracadas, como sucedeu nos terrenos que marginam a estrada militar que rodeia Lisboa.

As situações de total promiscuidade e degradação, famílias de 4 e 5 pessoas, entre adultos e crianças, vivendo numa só divisória para todo o serviço, multiplicaram-se por milhares.

Qualitativamente, era quase impossível piorar tal situação, mas importa dizer que em matéria de habitação, necessidade básica, condicionadora para o bem e para o mal da saúde física de um povo e da sua capacidade para enfrentar as dificuldades do dia-a-dia e criar as condições indispensáveis a um futuro renascido de esperança e de progresso, o 25 de Abril ainda não floresceu e a democracia está ainda por fazer.

Paredes meias com tanta miséria crescam os bairros de luxo de moradias apalaçadas, as segundas e terceiras residências, quase sempre desocupadas, a especulação desenfreada dos solos e da construção para exploração turística, com exemplos conhecidos no Algarve, em Tróia, na Costa do Sol, etc. As grandes fortunas amassadas, o reforço dos empórios financeiros, as reservas de ouro, os lucros fáceis e especulativos da Bolsa e tantos outros brilhantes índices da ditadura, do domínio dos monopólios e dos latifúndios, tinham como reverso da medalha, não só a exploração acrescida dos trabalhadores, não só a repressão necessária para conter as suas reivindicações e a sua justa revolta, não só o surto emigratório que roubou ao País centenas de milhares de homens e mulheres na idade em que mais poderiam contribuir para o desenvolvimento e o progresso nacionais, não só tudo isto, mais a guerra colonial, mais o analfabetismo, mais o atraso económico e social, não só tudo isto mas também, no reverso da medalha, estava a degradação e o aviltamento de centenas de milhares de famílias, de milhões de cidadãos portugueses, compelidos a viver em condições de habitação intoleráveis e por vezes dramáticas.

Importa salientar que então, quase toda a iniciativa esteve reservada ao capital e sobretudo ao grande capital, acumulações de toda a ordem e mesmo certos lucros parasitários, empregavam-se na habitação que tinham como investimento seguro e de rendimento razoável. Os resultados fazem a prova de que não basta ser de direita liberal conservadora para vir hoje propor de novo, como fez este governo da AD, que se entregue o sector da habitação à iniciativa e poupança privadas e que se reduza drasticamente, ou liquide completamente, a intervenção do sector público. Os resultados de dezenas de anos desse império quase exclusivo da iniciativa privada, fazem a prova de que é indispensável para resolver

o problema da habitação uma forte participação do sector público e que só a cegueira profundamente reaccionária e classista da AD e do seu governo, pode pretender o contrário.

Os exemplos dos países da OCDE comprovam aliás a mesma verdade.

Em França, cerca de dois terços das habitações resultam da promoção feita pelo sector público. Um terço, de promoção directa, um terço, indirecta. Ao sector privado cabe a iniciativa do terço restante. Do parque habitacional arrendado, cerca de dois terços, são fogos de propriedade pública.

Na Inglaterra, com diferenças não significativas, o panorama é semelhante. Em países cujas carências habitacionais são muito inferiores às nossas, a parte do Produto Interno Bruto consagrada à habitação situa-se, em percentagem, no dobro, ou acima do dobro, daquela que se verifica entre nós.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Nos anos 70, em volta de 3% em Portugal, contra 6% a 7% em Espanha, e indo mesmo até 9% na Grécia.

A experiência nacional e internacional comprova amplamente que a resolução do problema da habitação tem como pressuposto básico uma intervenção dominante e predominante do sector público na iniciativa e na promoção, acrescentada à iniciativa e promoção privadas, cuja importância, sendo menor, não é dispensada.

Aqui as causas naturais não servem para justificar os maus governos.

Logo após o 25 de Abril as medidas tomadas pelos governos provisórios orientaram-se no sentido certo: fazer com que o sector público desempenhasse o papel motor na promoção de novas habitações, na recuperação do parque habitacional degradado, no apoio às cooperativas de habitação, tudo isto acompanhado de algumas medidas saneadoras do ambiente especulativo que rodeava as negociações dos terrenos e do sector da construção de habitação, sob o comando directo do grande capital financeiro, dos Mellos, dos Champalimauds, dos Quinas, etc.

Mas a viragem à direita, sobretudo a partir do segundo governo PS/CDS veio travar primeiro, e inverter depois, o que poderia ter sido, com erros embora e hesitações explicáveis, o lançamento da solução do problema da habitação.

A política da AD e dos seus governos nesta matéria pode, sucintamente, caracterizar-se assim: por um lado, sabendo quanto a habitação condigna e com custos razoáveis é necessidade e anseio básicos de todas as famílias, de todos os cidadãos, utiliza, para fins eleitorais e de caça ao voto, a demagogia mais despudorada e faz todas as promessas que lhe pareçam úteis para enganar os eleitores; por outro lado, pratica a política dos seus mais reaccionários barões financeiros, que resulta directamente na liquidação da iniciativa e da promoção públicas de habitações, na liberalização das rendas, na premissividade dos despejos, no restabelecimento do empório da especulação fundiária, na canalização do crédito para uns poucos grandes promotores privados, na asfixia das iniciativas cooperativas, na liquidação dos programas centrais e municipais de recuperação de casas degradadas, enfim, no regresso em força ao paraíso

de corrupção, de agiotagem e de lucros de monopólio que caracterizava o sector da promoção e construção de habitações antes do 25 de Abril.

Para nós, a democracia passa obrigatoriamente pela garantia da realização do direito à habitação condigna. Nenhum governo digno de tal nome pode enjeitar responsabilidades nesta matéria e muito menos alhear-se do problema.

Os governos da AD sabem-no, e por isso se têm defendido e, em palavras, não se pouparam. Este último governo da AD foi mesmo ao ponto de colocar como primeira prioridade a «correcção das carências e das desigualdades graves em matéria de habitação». Nem se dispensou de, no capítulo específico, adiantar novo granel de medidas para tentar dar credibilidade e consistência a afirmações que, por repetidas, e não cumpridas, corriam o risco de não ser acreditadas.

Propom-nos, com os consabidos limites de tempo, confrontar as 7 medidas essenciais adiantadas, por um lado, com a prática deste governo, e, por outro, com o seu real significado e alcance.

A primeira medida essencial fala de «incentivar a aquisição de habitação própria, quer para fogos novos, quer para os já existentes».

Nada temos a opor, excepto a prática deste governo que vai exactamente no sentido oposto. Primeiro o crédito bonificado, em consequência dos aumentos especulativos dos preços da habitação, está praticamente reduzido nos grandes centros urbanos, às casas de mais elevado custo e portanto às famílias de mais altos rendimentos, e, mesmo assim, o estabelecimento de cortes nos *plafonds* de crédito à habitação, provam que a prática do Governo é contrária à sua anunciada medida essencial visando incentivar a aquisição de habitação própria.

A segunda medida fala-nos do «apoio pelo Estado de programas para construção de habitações de custos condicionados». É demasiado vago mas, mesmo assim, a grande objecção é a prática deste mesmo governo. De facto tudo o que fez nesta matéria foi propor-se extinguir o Fundo de Fomento da Habitação sem contrapropor nada que o substitua; tudo o que fez foi reduzir ao máximo o cumprimento da Lei das Finanças Locais, o que corresponde a diminuir drasticamente, ou inviabilizar o papel dos municípios nesta matéria. Isto é, a actividade concreta do Governo vai exactamente no sentido oposto ao das suas palavras.

A terceira medida essencial, fala-nos de «combater a construção clandestina através da oferta crescente de solos urbanizados». Seria insuficiente, seria muito pouco. A oferta crescente de solos urbanizados impõe-se, não só em razão dos clandestinos, não só para «evitar o crescimento urbano desordenado», como também se diz, mas como medida por excelência privilegiada para a resolução do problema da habitação e para diminuir drasticamente a especulação fundiária, máximo obstáculo à efectiva garantia de habitação para todos. Mas a insuficiência é o menos, o mais, é a prática do Governo que vai exactamente no sentido oposto. Nenhuma medida para acelerar a aprovação dos planos de urbanização municipal; nenhuma medida para favorecer a expropriação de terrenos urbanizáveis com o respeito, obviamente, pela legalidade e pelos legítimos interesses dos proprietários. E apesar das profundas divergências, que dil-

ceram o Governo, quanto à extinção do Fundo de Fomento da Habitação, parece haver acordo em lhe retirar desde já a capacidade de expropriação de solos urbanizáveis.

A quarta medida essencial fala-nos de «rever a legislação que regula os arrendamentos». É nesta matéria que o Governo se revela mais actuante e mais verdadeiro, ou se quisermos, menos falso. As medidas até agora publicadas podem caracterizar-se sucintamente assim: todos os direitos e até prepotências serão consentidos aos senhorios, nenhum direito será garantido aos inquilinos.

Aqui, vale a pena lembrar que mesmo na velha Inglaterra, pátria histórica do capitalismo e na França da Revolução Burguesa, a grande maioria das habitações arrendadas pertencem ao sector público.

Mas mais importantes, é serem as medidas do Governo completamente irrelevantes do ponto de vista da solução do problema da promoção da construção de novas habitações.

As medidas do Governo por serem completamente inúteis para a solução do problema habitacional, são imorais e execráveis e de uma crueldade só explicável pela raiz classista que as alimenta.

A Sr.^a Alda Nogueira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Com a falsa justificação de que há senhorios pobres, que os há, procura-se transferir todo o peso da crise para cima dos que menos podem. Apesar dos actuais valores das rendas antigas, a única verdade, é terem sido essas casas pagas e repagadas pelos inquilinos. Os casos extremos de certos poucos senhorios devem ser atendidos e resolvidos num quadro próprio que não afecte os inquilinos nem a sua segurança.

O Sr. António Mota (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Ao contrário, as medidas do Governo não só não contribuirão para diminuir as graves carências habitacionais como irão gerar novas instabilidades, novas angústias, novas misérias, sem nenhuma contrapartida séria que não seja a reafirmação do direito de explorar o próximo, quaisquer que sejam as circunstâncias, quaisquer que sejam as consequências e independentemente do carácter social do serviço prestado. Nesta matéria, a atitude da AD e do seu governo, para além de ser imoral e antieconómica, atesta a sua verdadeira identidade como autêntico *Bunker* da reacção no Portugal de Abril.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Que fique claro para os fulanos da AD e do Governo: nós defenderemos sempre e sem hesitações os direitos e a estabilidade dos inquilinos e proporemos legislação que revogue as vossas medidas iníquas e intoleráveis.

A quinta medida essencial aponta como meta a atingir «em breve, a produção de 50 mil novos fogos por ano». Cabem aqui três observações. Em primeiro lugar, conhecidas as vossas práticas políticas na matéria, designadamente, a liquidação da iniciativa e promoção públicas da construção de habitações, a

vossa meta de 50 mil novos fogos anuais, em breve, não se tem de pé. Em segundo lugar, como diz o ditado, a prova da existência do *puding* é que se come, e dois anos passados de governos da AD mostram a estagnação da construção de novos fogos ao nível anterior, cerca de 80 % da vossa anunciada meta. Em terceiro lugar, os 50 000 fogos anuais, mesmo que reais, serviriam no máximo para manter as actuais carências ou mesmo agravá-las, mas nunca para as resolver e anular. Isto é, mesmo que não passasse de mais uma das petas da AD, não resolveria a situação degradante e angustiante de muitos milhares de famílias portuguesas, antes garantiria que o sector da habitação continuaria a ser o parque paradisíaco de pastagem dos lucros especulativos, da agiotagem, da corrupção e dos comércios de imoralidade que tão caros são aos fulanos da AD.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — A sexta medida essencial fala da «recuperação do parque habitacional existente, por parte do Estado, das autarquias e dos particulares». Ninguém regateará o seu acordo, mas, mais uma vez, a prática do governo AD em dois anos decorridos, é exactamente o oposto. Quer no que toca ao Governo — liquidação do Programa de Recuperação de Imóveis Degragados do Fundo de Fomento da Habitação —, quer no tocante às autarquias, corte das receitas municipais, quer no que toca aos particulares, para os quais nenhuma medida foi tomada, ao menos através de crédito especialmente bonificado para o efeito.

A sétima medida afirma que o Governo apresentará à Assembleia da República uma lei quadro da habitação. Nada apresentou. Digo-o sem mágoa, sem reprovação ou reclamação porque deste governo da AD, nem bom pensamento nem bom andamento.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — E, com a vossa andadura, a única coisa boa a esperar de vós é a vossa queda e a vossa substituição, quanto antes, por um governo democrático e por isso mesmo anti-AD.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Borges de Carvalho (PPM): — Ah! Ah!

O Orador: — Passaram de «uma casa própria para todos» para «um aluguer próprio para todos». Receio que por este caminho, se a AD não se for embora, cheguemos a «um despejo próprio para todos».

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — É interessante notar que nada se diz das cooperativas de habitação. Mais, o Programa do Governo da AD/Pinto Balsemão/Freitas do Amaral, guarda-se de falar sequer de cooperativas. Benévolamente pensar-se-ia que de um lapso, grave embora, se tratava. Entretanto a prática deste governo desiludirá quem ainda o esteja. A extinção do Fundo de Fomento da Habitação e dos seus programas de apoio às cooperativas, assim o comprova.

Nem outra coisa seria de esperar de quem tem como objectivo central subordinar toda a actividade económica, mesmo aquela que se destina a satisfazer necessidades básicas das populações, ao critério do máximo lucro para o capital, da máxima exploração para o trabalho.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Um governo democrático, com uma política democrática empenhar-se-ia sem ambiguidades, nem falsos pretextos, na resolução das carencias habitacionais dos portugueses.

Em primeiro lugar, tal tarefa é urgente, quer para o bem-estar do progresso do povo, quer como contribuição para o desenvolvimento económico do nosso país. Em segundo lugar, tal tarefa é possível e realizáveis os seus objectivos, no estrito quadro do Estado democrático-constitucional e nas presentes condições económico-financeiras.

Como amplamente está demonstrada pela experiência nacional e alheia, o primeiro pressuposto para atingir o objectivo é a participação dominante e predominante do sector público na iniciativa e promoção da construção de novas habitações.

Tal significaria em Portugal o estabelecimento de um plano nacional de habitação que no longo prazo eliminaria as carencias e estabilizaria uma situação de equilíbrio entre as novas necessidades e a produção anual. Paralelamente, e nos primeiros três a quatro anos, implicaria um plano de emergência para as situações extremamente degradadas e de urgência.

Um e outro são técnico-economicamente realizáveis. Um plano nacional de habitação que subsidiariamente incluiria um plano de emergência no curto prazo e paralelamente um plano de recuperação dos imóveis degradados.

Através de um esforço anual continuado, bastaria que do Produto Interno Bruto fosse consagrada uma modesta percentagem que atingiria no ano de máximo — 8 % e, no OGE, se chegasse no ano de esforço máximo, também, a 14 % das despesas. Esse ano não seria imediato.

O efeito multiplicador da actividade da construção seria em si mesmo benéfico para a economia nacional, pesando minimamente na balança de transacções correntes.

Os efeitos secundários da habitação condigna far-se-iam sentir rapidamente na produtividade de todos os outros sectores. As economias em saúde, o bem-estar acrescido, o aproveitamento escolar das crianças e dos jovens, a estabilidade das famílias, tudo em favor e em resultado de uma política realisticamente possível que eliminasse, ou diminuisse drasticamente as carencias habitacionais dos portugueses.

Tal política implicaria a valorização das autonomias locais, das cooperativas e, em primeiro lugar, da intervenção dos programas governamentais e municipais no que toca aos solos urbanizáveis e à criação de meios de financiamento de novas habitações.

Mas todo este progresso implica uma política de sentido inverso à política da AD.

Não cabe à oposição gizar os planos concretos do Governo. Nem é tecnicamente possível nem teria consequências práticas. As grandes linhas de uma política alternativa e democrática aqui ficam e fica também

a demonstração de que o pressuposto básico é a actividade e a iniciativa dominante do sector público na promoção da construção de novas habitações.

Importa afirmar com a máxima solenidade aquilo que deveria constituir um lugar comum: em matéria de habitação condigna e a preços razoáveis tudo depende da vontade política dos governos.

Não há barreiras técnico-económicas impeditivas e, ao contrário, a solução dos problemas habitacionais é em si mesma catalizadora de um desenvolvimento salutar da economia e da capacidade produtiva dos cidadãos, além de permitir nos planos social, moral e cultural resultados inapreciáveis e cujo valor justificaria por si só os esforços a desenvolver.

Importa ainda e mais uma vez, sublinhar as características particulares do esforço financeiro a desenvolver, o significado especial do crédito disponível para a construção de novas habitações. De facto, na sua máxima parte não se destina a antecipar consumos, mas antes a antecipar a produção. Por outras palavras, ao contrário dos créditos para consumo no curto prazo, o crédito para habitação destina-se à formação de stocks que virão a ser realizados pelo consumo das gerações vindouras. Por isso, também, em qualquer país bem governado os *plafonds* de crédito para habitação não estão sujeitos à conjuntura e só têm limites na articulação dos planos de longo prazo com os planos anuais de investimento, em outros sectores da produção e da reprodução social e económica.

Um plano nacional de habitação com a criação de um instituto nacional de habitação, capaz de coordenar a iniciativa e promoção técnico-legislativa necessárias, o financiamento da habitação e simultaneamente a proposição do Plano em concreto, com a participação das autarquias, das cooperativas, dos sindicatos, das associações de inquilinos, das associações profissionais, eis o que se impõe mas não será possível com o governo da AD e a sua política de regresso ao passado.

Na proposta de lei do OGE para 1982, o actual Governo reduziu as verbas para habitação ao estritamente necessário ao prosseguimento dos fogos já lançados, designadamente pelas cooperativas de habitação económica, e ao cumprimento dos compromissos anteriores do FFH.

Apesar das críticas e das questões então colocadas pelos partidos democráticos, o Governo e a sua maioria fecharam-se, tendo mesmo o responsável do MHOP mantido a insustentável afirmação de que haveria um aumento das verbas consagradas à habitação. Tais afirmações eram e são falsas, uma vez que não eram consideradas as contas de ordem do FFH, nos anos anteriores, tudo apontando para a sua anunciada extinção. O disparate de uma tal medida mesmo olhada estritamente do ponto de vista técnico e as dilacerações a este propósito no interior do próprio Governo, levam-nos a pensar que, face à revelação prática da insensatez dos seus propósitos, venha o Governo a retroceder sobre os seus passos e agora, contra a sua lei do OGE e contra o seu decreto orçamental, venha a dotar o FFH com uma parte das verbas que na altura própria recusou considerar. Para além da ilegalidade, se uma tal actuação viesse a verificar-se só confirmaria a imaturidade, a insegurança e a irres-

ponsabilidade das actuações antidemocráticas do governo da AD.

Nas intervenções precedentes foram colocadas ao Governo 8 questões cuja resposta é essencial para que esta Assembleia e o povo português possam claramente julgar a política deste governo da AD em matéria de habitação.

Não temos ilusões a respeito da AD e do seu governo. Provavelmente, não respondereis a nenhuma das questões, ou tentareis pelo vies e pela evasiva, quando não através de afirmações demagógicas, fugir às pesadas responsabilidades que tendes no agravamento das dificuldades e das carências habitacionais dos portugueses.

Vivemos tempos de confronto agudo entre os interesses da grande maioria e os interesses de um grupo reduzido de exploradores do trabalho alheio.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Este Governo da AD situa-se cada vez mais claramente como mandatário dos exploradores, por isso as suas propostas são frustes e reaccionárias, por isso a sua acção é daninha.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Impõe-se a sua rápida demissão e substituição.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes.

O Sr. Ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes (Viana Baptista): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A interpelação ao Governo sobre política de habitação dá-nos oportunidade de expor, perante a Assembleia da República, o conjunto de linhas programáticas para a política de habitação. As questões postas até agora pelo partido interpelante apresentam-se em duas categorias: aquelas que pretendem julgar da não satisfação de carências habitacionais, e aquelas que visam averiguar das intenções do Governo para solucionar os problemas de fundo causadores das situações existentes.

Creio que o partido interpelante estará mais interessado na primeira do que na segunda ordem de questões; embora não tenha ainda qualquer indicação sobre a posição dos restantes partidos da oposição, designadamente do Partido Socialista, cujos parlamentares, pela vivências das responsabilidades governamentais, conhecem as dificuldades associadas à responsabilidade inerente à tomada de decisões, creio que estes estarão fundamentalmente interessados na discussão serena e objectiva das grandes orientações que o Governo pretende imprimir ao problema da habitação; e sem conhecer as posições objectivas, dúvidas legítimas e críticas construtivas afigura-se por ora relativamente difícil explicitar perante esta Assembleia aquilo que importa para julgar da construção do futuro.

Mas espero que o debate do dia de amanhã nos dê oportunidade de esclarecer todas as dúvidas aqui postas como uma necessidade legítima de desejo de esclarecimento.

De facto, uma política de habitação é, necessariamente, uma tarefa com efeitos a prazo.

Como referi, sem menosprezar a importância de qualquer das duas ordens de questões, entende o Governo que a política de habitação deve ser explicitada perante a Assembleia, essencialmente para justificar as medidas que estão em curso ou que pretende tomar e não tanto julgar da forma como o Governo vem tentando gerir responsabilidades herdadas.

Responsabilidades herdadas em consequência da acumulação de decisões que não se apoiavam numa projecção do futuro, como aliás era natural em governos cujo mandato era precário por não ser de legislatura; responsabilidades herdadas que exigiram por vezes a tomada de decisões de carácter conjuntural para tentar colmatar graves carências e solucionar situações críticas, mas que certamente prejudicavam a estruturação de decisões de fundo essenciais, exigindo tempo e a motivação de todas as forças sociais interessadas em tão vasto problema.

Como já referi, uma política de habitação é, necessariamente, uma tarefa com efeitos a prazo e só por demagogia se pode aceitar que a gestão dos compromissos herdados se sobreponha à responsabilidade inalienável de estruturar o futuro. Gerir a crise ou estruturar o futuro é, porém, uma falsa alternativa, porquanto um Governo empossado em consequência do voto maioritário dos portugueses assume, necessariamente, o conjunto das responsabilidades que importam à Nação, mas não aceitará empenhar-se em soluções pontuais, eventualmente fáceis de assumir no tempo presente, mas impossíveis de manter em termos de compromissos a honrar o futuro. Qualquer solução neste domínio, como aliás noutras, terá que ser aferida pela sua viabilidade a longo prazo, sem que tal signifique, contudo, immobilismo, porquanto terá que ser adaptada e continuamente orrigida em função das evoluções do contexto social e económico. Assim, não consideramos importante responder às questões pontuais referentes aos muitos problemas acumulados em consequência de decisões incoerentes, e iremos concentrar-nos na exposição e justificação das propostas que reputamos essenciais para estruturar o futuro. Mas, estruturar o futuro significa também, necessariamente, partir do presente, assumindo com realismo as situações; isto é, importa reconhecer as possibilidades reais da nossa estrutura económica, cotejando-a com as necessidades sociais presentes e previsíveis. Importa, acima de tudo, aferir o realismo das várias hipóteses testar a exequibilidade das soluções perante os recursos, garantir a adequação dos programas desejáveis às possibilidades do país real. O Governo tem uma base social de apoio que lhe conferiu um mandato de legislatura, e como tal rejeita as soluções que se resumam a programas aliantes no curto prazo mas hipotecadores do futuro do povo português. Não aceitamos a distribuição de benefícios imediatos com a remessa da factura para quem vier depois.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Podem, naturalmente, ser havidas como dispiciendas todas as considerações sobre a qualificação da habitação como necessidade fundamental da vida humana, e como componente inata da vida colectiva, tão evidentes se apresentam à consciência de todos nós essas características, e tão premente se mostra a imperiosidade da

resolução dos respectivos problemas quer ao nível individual e à dignificação da pessoa humana quer ao nível social e à realização plena — ou pelo menos satisfatória — dos fins a que se propõe a organização dos homens em sociedade política.

A dimensão dos aspectos sociais que caracteriza a vida contemporânea, e que põe em crise constante o mundo das relações entre o Estado e os indivíduos dá à problemática da habitação uma acuidade constante evolutiva que pode, em alguns casos, atingir estádios de gravidade, quando a sua não resolução constitua um elemento paralizante do desenvolvimento integral do Homem, e pior ainda — quando se converta em verdadeiro factor formativo de elementos a sociais e aberrantes dentro da ordem colectiva.

No que respeita ao nosso país, o sentido predominantemente social das estruturas políticas e económicas da vida nacional dos anos mais recentes veio dar maior relevo, uma actualidade e uma premência ainda mais destacadas, a esse velho conjunto de problemas que, sendo embora de sempre, só têm merecido, por vezes, foros de atenção sectorizada e quase apenas em campos em que as modificações dos regimes jurídicos põem a descoberto aspectos latentes, por vezes casuísticos.

Do reconhecimento da qualidade da habitação como elemento primário da vida social resulta, obviamente, um corolário de integração nos fins do Estado, de uma função de disciplina jurídica de tudo o que respeita à fruição do direito à habitação e dos eventuais conflitos que possam ocorrer quer entre direitos iguais dos vários cidadãos, quer entre os factores necessários à criação das realidades materiais de fruição da utilidade constitutiva da habitação: propriedade, posse, domicílio, residência, inviolabilidade, sanidade, defesa contra as perturbações da tranquilidade doméstica, higiene, proibição de confisco e garantia da ordem e da segurança da habitação, são realizações que o Direito tomou à sua conta na defesa de instituição tão importante, como é a habitação, para a dignidade das pessoas e para a própria índole e razão de ser da sociedade em si mesma.

Mas não basta a disciplina jurídica. Se é na habitação, através da família, que se cria o elemento primário da personalidade e onde começa o ser social, é indispensável uma acção directa do Estado no sentido do fomento da satisfação desta necessidade colectiva. Todos os problemas que se refiram à habitação constituem, assim, objecto necessário e fundamental da problemática das relações e interesses colectivos, excedendo em muito, por sua natureza, o campo dos direitos e das relações interindividuais. Daí que se espere, naturalmente, em qualquer sociedade organizada, que o Estado tome posição activa perante os problemas da habitação e que intervenha, por vezes duplamente e em perfeita articulação, no fomento e na disciplina do sector da habitação, por forma a garantir, não só o exercício dos direitos constituídos mas também a fruição da utilidade das realidades próprias da habitação, mesmo nos casos em que não existam, a tal respeito, direitos de titularidade pessoal aos bens destinados à realidade habitacional.

O grau de intervenção ou de participação do Estado na resolução dos problemas da habitação tem, necessariamente, de variar em harmonia com a própria

estrutura e organização política, com a hierarquização das funções de promoção do bem-estar individual ou colectivo, das fontes de criação de amplitude, e de gozo dos direitos individuais e colectivos, e da atribuição do papel de iniciativa, tal como seja definido e demarcado no diploma fundamental e orgânico de cada uma das sociedades políticas.

Quando se fala, assim, do problema nacional ou dos problemas nacionais da habitação, não se pode deixar de significar e abranger, verdadeiramente, uma noção de rigorosa e franca pluralidade de campos, intersubordinados, onde se estrutura e expande todo o conjunto de realidades que os integram ou que lhes são conexas: não basta afirmar o princípio de que todos os cidadãos devem dispor de uma habitação correlativa ao seu nível de vida e de desejar para todos uma habitação. Importa analisar, pelo contrário, quando se aprecie toda a complexidade dos problemas na sua grandeza, se é ao Estado ou aos indivíduos que compete levar a efeito a construção da habitação de cada um. Importa analisar qual o grau de tratamento, por parte da acção do Estado, entre os indivíduos que levam a efeito iniciativas directas e esforçadas para a resolução dos seus problemas, e aqueles que se abstêm do mínimo esforço individual em tal sentido e que preferem aguardar, antes, os resultados da acção colectiva; qual o grau de justiça que poderá haver na imputação ao Estado — e, portanto, aos contribuintes —, dos encargos de fomento da habitação quando se sabe que os capitais públicos investidos na construção de casas ou as isenções tributárias que o Estado concede vêm a ser suportadas por outros sectores da vida da Nação nem sempre ligados ao problema imediato da habitação, e alguns deles também, igualmente prioritários; qual a medida razoável em que o Estado possa ou deva cercar o exercício dos direitos individuais dos possuidores das casas, em matéria de liberdade contratual, para favorecer aqueles que precisem de as habitar; qual a medida razoável em que, numa estrutura sócio-económica que admite a propriedade privada, se possa impor aos titulares de direitos de propriedade sobre locais aptos para a construção de casas de habitação, a cedência desses direitos para permitir a satisfação do desejo de construção de casa própria de quem porventura dela precise, e queira, de facto, promover a sua construção ou aquisição; qual, ainda, a medida em que será legítimo transferir todo o esforço e risco para o sector dos empresários ou detentores do capital privado na actividade de construção civil ou na aquisição de casas para arrendar, em contraposição com o esforço e risco razoavelmente distribuído ou justamente imputável em parte apreciável aos que necessitam das casas para sua habitação, empenhando nisso verdadeiro interesse e iniciativa; em que medida, finalmente, a limitação à liberdade na fixação de rendas deva implicar um consequente impedimento de distribuição da carga tributária pelas fontes da economia nacional, incluindo os que usufruam utilidades avaliáveis e susceptíveis de suportar a incidência de impostos.

É evidente que não será jamais possível estabelecer uma unanimidade de opiniões quando se apreciem os problemas da habitação à luz dos critérios seguidos apenas em um ou outro destes sectores limitados — o social, o jurídico, o económico e o financeiro —, ou

quando se adoptem medidas isoladas para a resolução dos problemas de um ou de outro dos referidos sectores. Trata-se de tão vasta e grande problemática que consideramos impossível esperar a sua solução em via sectorial e porventura desarticulada, quer no campo das limitações à liberdade contráctua em matéria de inquilinato; quer no do congelamento das rendas em contratos sucessivos; quer no das limitações à tributação do sector da propriedade urbana ou das isenções fiscais; quer ainda no do fomento directo das construções por parte do Estado, à custa de receitas tributárias, e da prioridade da sua aplicação neste sector em relação a outros igualmente necessários.

O Programa do Governo, aprovado pela Assembleia da República, e algumas das medidas desde já tomadas neste campo expressam uma preocupação de resolução da problemática em plano global, compreendendo, designadamente, os campos seguintes em que ela decorre e em que tem de ser resolvida em nível integral: necessidade de ordenamento do território nacional, por forma que a resolução do problema da habitação não fomente, ainda mais do que os factores naturais, a desertificação do interior do País e a macrocefalia das cidades do litoral; acção coordenada do Estado, dos municípios, das empresas e dos particulares, com uma imputação racional e equilibrada de esforços, de responsabilidades e de riscos, e com supressão parcial de algumas distorções que um excesso de paternalismo ou de providencialismo atribuído ao Estado — e aos contribuintes — tem levado à criação e ao desenvolvimento crescente de mentalidades de imputação ao Estado da função de dar solução a todos os problemas, e à adopção de acções nem sempre justificadas nem convenientes; utilização do imposto mais como instrumento de promoção e apoio de iniciativas coordenadas do que como fonte de abastecimento de um erário público destinado a fazer casas para todos.

É do domínio comum que, nas estruturas político-económicas da Europa Ocidental, a iniciativa privada é unanimemente havida como um dos mais fecundos instrumentos do progresso económico, e, portanto, o Estado só é chamado a intervir ou substituir os particulares na iniciativa e promoção de actividades económicas quando verifique que assim consegue benefícios sociais superiores aos que resultariam da actividade privada. Como, porém, constitui obrigação do Estado promover a melhoria das condições de bem-estar dos cidadãos e suprir, nesse campo, as incapacidades dos menos favorecidos, garantindo-lhes um nível compatível com a dignidade humana, dafé se conclui, logicamente que, nestes regimes sócio-económicos, é ao próprio indivíduo que compete, em princípio, tomar a iniciativa e levar a efecto um razoável esforço para resolver, por si, em plano individual ou em grupo, o problema da sua habitação. Ao Estado competirá intervir para preparar as infra-estruturas e para ajudar as classes menos favorecidas, ou sejam, aquelas que, por sua iniciativa, esforço, ou meios individuais, não sejam capazes de obter uma habitação compatível com a dignidade humana, apesar dos esforços empregues ou orientados nesse sentido. O que não quer dizer que não seja da competência e da própria função do Estado a criação dos meios, de disciplina jurídica e de acção, destinados à existência e dinami-

zação dos condicionalismos necessários à satisfação da necessidade colectiva da fruição de uma habitação por todas as pessoas.

A acção do Estado terá que ser exercida no plano jurídico da disciplina das relações interindividuais, da função social dos bens privados, da criação directa de habitações para as classes absolutamente incapazes ou grandemente carecidas, e da colocação do sistema tributário ao serviço desta necessidade colectiva, como instrumento de promoção da iniciativa das actividades privadas em cooperação ou como sucedâneo da função do Estado neste sector. Ao Estado competirá ainda assumir as iniciativas que fomentem a confiança dos agentes económicos privados.

Em termos extremamente opostos a esta concepção, situa-se a concepção do Estado-providência, promotor exclusivo de habitação e distribuidor do benefício do seu uso.

Entre as diversas concepções de organização do Estado encontram-se soluções variáveis quanto à imputação do dever de iniciativa das actividades económicas, entre a exclusividade da sua atribuição aos particulares ou ao Estado, até à existência de regimes mistos em que o poder e a responsabilidade pelas iniciativas se reparte entre os indivíduos e a colectividade, segundo a natureza ou o predominio do interesse pessoal ou do interesse colectivo em cada sector da actividade. Tudo está em saber qual a posição que, perante uma determinada estrutura deverá ocupar a habitação, considerada simultaneamente, em relação ao objecto, como um direito de propriedade ou como uma utilidade de fruição. Certamente que, como direito de propriedade, a sua iniciativa deve caber essencialmente aos particulares que queiram adquirir esse direito, embora com o apoio do Estado, quando adequado e merecido; como utilidade de fruição, deve merecer ou exigir, ainda, um esforço mínimo individual para a sua obtenção e, admitir diferenciações de tratamento consoante o grau de esforço que cada um leve a efeito para a alcançar. Aspectos estes que não poderão deixar de ser considerados na estruturação jurídico-económica da sociedade seja de que regime for, e, portanto, conjuntamente, na estruturação dos respectivos sistemas financeiro e fiscal, quer como origem de receitas para a acção que deva caber ao Estado quer como instrumentos estimulantes das acções privadas havidas como convenientes à resolução dos problemas a nível nacional.

Ora, o desejo de ter casa própria e de resolver, por esforço individual, o problema da habitação tem sido, através dos tempos, uma característica predominante da população portuguesa, um hábito ancestral ligado à concepção e à organização predominante da sociedade nacional, de base essencialmente familiar.

Ela tem sido considerada como sentido de progresso económico, o destino do aforro, o centro da economia familiar, o desejo de formação de um património ou de capitalização das economias temido, na generalidade dos casos, como ideia fulcral e elemento central predominante, a construção ou a aquisição de casa própria.

Muitas têm sido, porém, mesmo neste ambiente característico da população portuguesa, as pessoas

que não constroem nem adquirem casa própria para a sua habitação. Uns porque não possuem nem conseguem, apesar de todo o seu esforço, obter e dispor dos meios indispensáveis para a realização do seu desejo: o terreno, o capital ou o crédito correspondente. Outros pelo carácter de mobilidade ou de deslocação temporária do exercício da profissão; outros, ainda, porque não fazem, em toda a sua vida, qualquer esforço condigno nesse sentido e preferem ir ao encontro de uma solução que, inteira ou predominantemente, dependa do esforço alheio: ou o aluguer de casa construída por outrem, ou a expectativa de obtenção de casa fornecida pelo Estado ou pelos organismos para-estatais.

Conhecida mais que sobejamente esta realidade, julga-se como indiscutível a necessidade de se estabelecer, no regime de facto e no regime de direito, uma discriminação dos efeitos da acção do Estado — dado que esta não é outra coisa senão o resultado do esforço colectivo custeado pelos contribuintes — entre aqueles que não possuem casa própria porque não podem e aqueles que a não possuem porque não se empenham num esforço persistente, tenaz, quotidiano e duradouro, em capital, poupança e vontade de realizar.

Se ao Estado compete intervir na economia para atingir resultados que esta não possa conseguir por sua acção e iniciativa, é óbvio que, no sector da habitação, o Estado não deve nem pode exercer uma acção que implique o emprego de dinheiros da colectividade ou a redução de receitas públicas a não ser para ajudar a resolver o problema da aquisição de casa própria àqueles que, embora querendo verdadeiramente, sejam de todo incapazes, por carência de meios, de realizar o seu objectivo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Os que não querem ou os que, podendo adquirir casa própria, optam pela solução de viver em casa alheia em regime de aluguer, não devem, de forma alguma, beneficiar da acção do Estado que represente uma despesa pública ou uma redução de legítimas receitas obtidas à custa do esforço colectivo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Eis, pois, como o problema da legitimidade da intervenção do Estado no campo da acção directa de construção de casas se desloca do plano da generalidade dos critérios de fomento da economia nacional não discriminada, para a necessidade de se introduzirem nele critérios de limitação no campo dos efeitos da acção do Estado, por forma que só beneficiem deles os cidadãos ou as classes que justamente mereçam ou efectivamente careçam de usufruir os resultados do esforço colectivo.

O Sr. Manuel Lopes (PCP): — Isso é muito bom!

O Orador: — No campo da justiça, à necessidade de tratar igualmente as situações iguais não pode deixar de corresponder a necessidade de tratar desigualmente desiguais situações. Ora, é sem dúvida a desigualdade dos cidadãos perante o mérito dos resultados do esforço geral da Nação, entre aqueles que

queiram mas não possam construir a sua casa, e os que, pelo contrário, o possam mas porventura não queiram.

É nesta perspectiva, que o Governo entende como essencial, que a política de habitação deverá promover a convergência de diversos agentes: a empresa privada, com iniciativa e interesses próprios à sombra do reconhecimento jurídico da propriedade privada, construindo casas para habitação do proprietário ou para aluguer socialmente controlado; o Estado, construindo ou adquirindo casas para aluguer a famílias reconhecidamente incapazes de adquirir casa própria, para cedência em regime de renda fortemente subsidiada, em casos de extrema carência, ou ainda para transmissão em regime de propriedade resolúvel, e os próprios indivíduos interessados na aquisição de casa própria que, isoladamente ou agrupados, se propõem promover a respectiva construção.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Consideramos que o sujeito que se oferece em primeiro lugar, como digno da maior atenção e interesse social de um conjunto de medidas é aquele que, não dispondo de uma casa própria para habitação, precisa de viver em certo meio e necessita, pois, de ver garantida a estabilidade da sua habitação nesse mesmo meio, em condições razoavelmente suportáveis pelas suas possibilidades económicas.

Se é ao Estado que compete, em primeiro lugar, zelar pela melhoria das condições das classes mais carecidas e promover a sua melhoria, não deverá o Estado impor aos cidadãos restrições ao exercício dos direitos privados, com vista à resolução de problemas sociais de carácter geral enquanto não esgotar o recurso aos seus próprios meios de acção: a construção por organismos apoiados pelo Estado, o financiamento, o crédito e a isenção fiscal. De contrário, enquanto o problema da habitação tiver um carácter de generalidade, o recurso às limitações da liberdade contratual quanto, por exemplo, à fixação de rendas, tem como efeito a mera transposição para uma única classe de indivíduos — a dos que tomem iniciativas havidas como interesse privado e social — do ónus de resolução de um problema que, se é social, deverá ser objecto de soluções sociais, isto é, de soluções cujo custo seja naturalmente imputável a toda a colectividade e não apenas a um sector desta. É pois importante considerar a posição daqueles cidadãos que empenharam o resultado do seu trabalho na construção de casas destinadas à habitação em regime de aluguer e que perderam uma grande parte dos poderes característicos do direito de propriedade em benefícios daqueles que as utilizam.

Consideramos correcto e importante que o Estado intervenha no plano legislativo, a limitar o exercício ou o conteúdo dos direitos de propriedade, enquanto o fizer com vista à resolução de um problema social. A propriedade quando admitida numa estrutura económica, desempenha uma função social, em regime de cooperação económica e de solidariedade. Todavia, não se pode, por outro lado, deixar de considerar que as limitações ao exercício ou gozo do direito de propriedade que tenham por conteúdo a proibição de livre fixação das rendas de harmonia com as con-

dições gerais da conjuntura económica constituem, pois, manifesta excepção; e dado que têm por objecto o sacrifício dos direitos privados de uns em benefício da satisfação de necessidades privadas de outros, só podem ter legitimidade enquanto a satisfação dessas necessidades privadas dos que precisam de casa seja por si, uma necessidade social ou colectiva; isto é, que seja susceptível de imputação à responsabilidade ou função do Estado mas que o Estado não possa satisfazer pelos seus meios directos realizáveis à custa de despesas de receitas públicas.

Porém, a limitação da liberdade contratual nesta matéria, ainda que fosse apenas medida excepcional e temporária, só teria justificação se os seus beneficiários pertencessem a classes que não dispunham de casa própria e que não tenham possibilidade, por si ou com a ajuda do Estado, quando legítima, de a adquirir. Daí a necessidade de ponderar essas situações com a oferta, pelo Estado, a tais pessoas, de possibilidades de obtenção de crédito, certamente bonificado, para a construção ou aquisição de casa própria. Mas, reconhecendo a necessidade de empregar a iniciativa privada na solução das carências habitacionais, o problema tem igualmente que ser considerado tendo em conta o tratamento a dar em relação à legitimidade do lucro da empresa, essencialmente para garantia do capital fixo, para amortização do capital circulante, para justa participação deste nos resultados dos bens produzidos, e para idêntica reintegração, conservação e remuneração do capital-trabalho.

Neste sentido o Estado, mesmo admitindo o regime de rendas livres no início do aluguer, limita, pelas leis do inquilinato, o exercício do direito do empresário quanto à fixação futura de rendas, estabelece, necessariamente, uma limitação à reintegração dos capitais empregues e ao legítimo lucro da empresa, e põe em situação precária a estabilidade da propriedade, dado que não a defende contra as futuras oscilações da moeda ou contra as modificações da conjuntura e da concorrência.

Nestas condições, o Estado só tem uma solução: dar ao empresário privado um mínimo de incentivos que o compensem dos riscos que vai sofrer em relação à reintegração dos capitais ou à conservação da propriedade, ou que lhe diminuam o custo da construção. Esses incentivos podem consistir ou na redução do custo dos terrenos, ou na redução da taxa de juro do capital alheio, ou na concessão de isenções fiscais. E como não está, por vezes, totalmente na mão do Estado a oferta de terrenos ou de capitais baratos, o que acontece, na realidade, é ser à custa de isenções fiscais que o Estado pode compensar os empresários dos riscos que correm ou da escassez dos lucros que auferem, o que quer dizer, no fundo, que é à custa do contribuinte que se satisfaz um objectivo que está longe de se reconhecer como uma necessidade colectiva, ou seja, o congelamento das rendas.

Se, pelo contrário, o Estado não limita o direito de fixação de rendas, quer no início quer no termo dos contratos, já o empresário tem uma séria margem de defesa contra os riscos da conjuntura em relação à reintegração e à remuneração dos capitais, pois, nesse caso, basta-lhe para tanto, reduzir a duração dos contratos de arrendamento, para que possa adaptar

periodicamente as rendas à situação actual do mercado. Grande será, naturalmente, o efeito dos incentivos da redução do juro do capital ou do preço dos terrenos e por isso se justificam certamente as medidas a tomar nesse sentido; mas já não tem o mesmo significado nem justificação a concessão de certas isenções fiscais, dada a posição destas em relação aos encargos gerais que pesam sobre a colectividade.

Na verdade, quando se dão isenções fiscais, quando se faz bonificação de juros, com vista a obter para os empresários maior remuneração do capital e do trabalho, como incentivo à construção, o que acontece é que a impossibilidade de exercer, por parte do fisco e do Estado em geral, um seguro controle sobre a margem justa de lucro da empresa conduz a uma concessão não reportada à efectividade dos resultados e, assim, ou se convertem tais isenções e bonificações num enriquecimento do empresário à custa da colectividade ou, mesmo quando realiza o efeito que se pretende, é sempre em sacrifício geral da colectividade que, sendo feito com vista à resolução de um problema social, acaba por ir beneficiar mesmo aqueles que não devem estar a coberto da acção social do Estado, ou seja, aqueles que, porventura, podem mas que não querem construir ou adquirir a sua casa e preferem viver em casa alheia.

Vozes do PSD e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — Acresce ainda, a este respeito, a influência do regime de restrição à liberdade de fixação das rendas no volume geral das receitas tributárias do Estado, já que essa influência não se verifica unicamente no campo em que a manutenção desse regime possa justificar a necessidade de isenções fiscais compensadoras. Também essas restrições se projectam ainda largamente no campo do volume das receitas gerais do Estado — independentemente do papel das isenções fiscais — dado que, pela estagnação das rendas das casas de habitação, o rendimento nacional é também seriamente afectado neste sector e, além das consequências de ordem económica que resultam deste evidente desequilíbrio, não é possível realizar nele a justa imputação que lhe competiria em outras circunstâncias, na distribuição, pelas fontes de riqueza, da carga tributária de todo o país.

O problema do inquilinato vem apresentando, pois, neste aspecto, uma triplicidade de projecções cujos efeitos devem ser encarados através de uma coordenação entre os esforços da acção legislativa e um conjunto de medidas de várias ordens: por um lado, limita a valorização actualizada dos imóveis urbanos segundo as leis do mercado, com importante reflexo no volume do rendimento nacional; por outro lado, impede que a tributação alcance, neste sector, a expressão a que o rendimento potencialmente respeita e, assim, impõe uma deslocação do encargo tributário de uns sujeitos para outros, ou de actividades ou fontes de rendimento no seio das quais se pode pôr a questão da legitimidade para o justo suporte dos encargos tributários consequentes da falta de expansão económica da propriedade urbana; finalmente, em vez de contribuir, por si, para a resolução futura e definitiva do problema da carência de habitações acessíveis, provoca o seu agravamento e transfere para o Estado o encargo de suprir a iniciativa privada à custa

da colectividade, através de incentivos que compensem alguns empresários dos riscos e limitações que lhes são impostos pelo regime jurídico-privado.

Ora, conforme verificamos, a acção directa do Estado só se justifica, no que se refere aos incentivos que tenham de ser suportados pela Nação, enquanto procure resolver o problema social da habitação das classes que não possuem casa própria nem possam adquiri-la.

Da manutenção do regime de restrições à liberdade contratual em matéria de habitação, tal como existe hoje, resulta, assim, um silogismo em que figura, e nele predomina, um termo que não pode deixar de se reconhecer como manifestamente inconveniente do ponto de vista económico, injusto do ponto de vista ético e ineficaz do ponto de vista social, uma vez que, tentando resolver um problema social de momento, o eterniza e agrava para o futuro.

Quaisquer incentivos que se estabeleçam para o fomento da construção privada têm de ser necessariamente suportados pela Nação; logo, num regime ou situação estabelecida, porque são difíceis as discriminações quanto à aplicação do resultado dos incentivos, poderá acontecer que, nuns casos, os incentivos se convertam em puro lucro dos empresários e noutras vão beneficiar as classes que, embora tendo possibilidades de resolver o problema da habitação pelos seus meios, não fazem o menor esforço ou a mínima diligência nesse sentido; de onde resulta que o recurso ao regime de incentivos só pode e deve ser usado em fases de transição e quando ou enquanto não se possa recorrer a outros meios localizados na própria estrutura económica e jurídica do país.

Estas considerações revelam a insuficiência do regime actual para resolver o problema da habitação e o ónus que dessa insuficiência resulta, mesmo para o campo da justiça tributária.

A revisão do regime do congelamento de rendas seria, assim, a medida mais eficaz e aquela que se apresentaria mais conveniente e aliciante do ponto de vista económico e social e a menos onerosa do ponto de vista fiscal.

O que não impede que, entretanto, se recorra, aos incentivos fiscais, precisamente para desencadear as forças propulsoras das estruturas necessárias.

Impunha-se, na verdade, como se revela no Programa do Governo, uma revisão da legislação que regula os arrendamentos mantendo-se um regime transitório em que se admite um profundo exame, porventura afecto a tribunal arbitral a criar para a efecto, das situações jurídicas ou de facto há muito adquiridas que devam, no plano da defesa social e no plano da ética e da justiça, ser ainda eventualmente mantidas, sem o que se apresenta como certa, perante a evidência das circunstâncias, a impossibilidade de alguma vez sairmos deste círculo vicioso em que o nosso país se arrasta há mais de 60 anos nesta matéria.

O Sr. Borges de Carvalho (PPM): — Muito bem!

O Orador: — Contudo, tem o Governo consciéncia da enorme delicadeza deste problema em que se confrontam interesses de milhões de cidadãos, com situações da mais vasta diversidade e em relação ao qual as medidas teoricamente justas provocarão, cer-

tamente, o aparecimento de problemas com dimensão impossível de avaliar nesta altura. Por esta razão, está o Ministério empenhado na preparação de um inquérito, à escala nacional, que permita um levantamento sintético da situação, sobre o qual se poderão ensaiar os efeitos das diversas hipóteses de solução. E só com base nos resultados desses ensaios será possível apresentar um conjunto de propostas à Assembleia da República, cuja solidariedade institucional reputamos indispensável para a concretização das soluções que se impõem para um problema do maior impacte sobre todos os cidadãos, na certeza, porém, de que toda e qualquer solução terá que ser programada a prazo médio e executada por fases, com grande coragem e empenhamento das forças políticas, especialmente daquelas que apoiaram o Governo.

O Sr. António Vitorino (UEDS): — Apoiaram?!

O Orador: — Apoiaram, apoiam e apoiarão!

O Sr. Borges de Carvalho (PPM): — Muito bem!

O Sr. António Vitorino (UEDS): — Foi um deslize!

O Orador: — Não foi deslize, Sr. Deputado, foi simplicidade que significa apenas confiança!

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. António Vitorino (UEDS): — Ao menos conseguiu palmas! Ainda não tinha conseguido palmas até agora!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Qualquer análise da situação — que julgo dispensável nesta fase — revela uma carência de habitações e a situação de insatisfação da procura gera necessariamente situações propiciadoras da especulação e creio que nisso muitos estamos de acordo. É, pois, elementar concentrar esforços numa produção mais abundante. Contudo, a execução de um plano habitacional, consistente e, acima de tudo, com possibilidade de continuidade, repercutir-se por vários anos e terá que evitar a introdução de distorções no sistema financeiro, não podendo conceber-se que seja arbitrariamente feita por programas anuais.

A satisfação das carências exclusivamente assente na promoção directa pelo Estado é perfeitamente inviável, impondo-se portanto a criação de condições para a promoção imobiliária, para a qual são factores concorrentes uma oferta crescente de solos no quadro de um correcto ordenamento territorial e a mobilização de recursos financeiros em quantidade suficiente.

Ora, em termos de médio prazo, a definição de um plano de habitação tem de situar-se no contexto do equilíbrio global entre poupança e investimento, enquanto que na execução anual desse plano terá que intervir a política monetária e não será em qualquer caso aceitável promover o lançamento de programas inadequados à situação económica do país; fazê-lo seria oferecer ilusões. Mas a análise da compatibilidade de um determinado programa de construção de habitações com o equilíbrio macro-económico do país, do qual a política de crédito é um instrumento, não pode ser feita meramente pela verificação do seu

financiamento caber ou não na evolução do crédito bancário.

Para a formulação de um plano de habitação foi determinado o impacto em termos de crédito e de subsídio dos diferentes regimes de acesso à habitação, tomando em conta a distribuição dos rendimentos familiares, a evolução da oferta e as estruturas de promoção habitacional, bem como a do destino dessa oferta, podendo estimar-se em consequência a evolução do peso do crédito para a habitação no crédito global à economia. Assim, e considerando várias hipóteses de distribuição para o lançamento de novos fogos, compreendendo a promoção pública, o sector cooperativo, o sector privado empresarial em regime livre, contratos de desenvolvimento e ainda o sector privado de particulares, conclui-se que, para uma hipótese mínima e projectando ao longo de 5 anos, o peso relativo do crédito a longo prazo à habitação sobre o crédito global à economia evoluiria em termos perfeitamente razoáveis.

Contudo, para um programa mais consentâneo com a satisfação das carências e mesmo mais ambicioso, já o mesmo peso cresceria para níveis muito elevados, com as necessárias consequências de estrangulamento no funcionamento dos outros sectores da economia que reconrem, necessariamente, ao crédito.

É importante realçar que tais situações poderão ser influenciadas pela adopção de várias medidas, tais como as que visem a contenção dos custos de produção e a implementação de mecanismos que incentivem a propensão à poupança, bem como pelas formas de reacção do mercado às medidas legislativas a implementar nos diversos domínios.

Numa perspectiva de médio prazo conclui-se pela impossibilidade de desenvolver um programa satisfatório em termos de necessidades sociais que se baseasse exclusivamente no crédito, o que impõe a adopção de sistemas que aumentem substancialmente o recurso ao mercado de capitais, verificando-se, então, a possibilidade de realizar o programa referido. Mas para tanto, e como já referimos, terá de haver um equilíbrio entre a poupança e o investimento e entre o crescimento dos dois factores.

A formação bruta de capital fixo em habitação como parcela da despesa interna revela-se em Portugal ainda muito baixa quando comparada com outros países, onde, aliás, o problema da habitação é menos agudo; mas deve referir-se também a grande instabilidade verificada em Portugal nos anos recentes quanto aos valores das relações do investimento em habitação como parcela da poupança, designadamente a partir de 1975.

A necessidade de melhorar a poupança interna, designadamente através da correção do défice corrente do sector público administrativo, será também essencial para evitar a redução do investimento.

O equilíbrio entre a absorção da poupança pelo investimento em habitação e as necessidades de investimento para outros fins constituirá uma preocupação constante e à qual corresponderá a necessidade de opções políticas importantes.

Em qualquer caso, consideramos ser imprescindível a criação de novos mecanismos financeiros eficazes para a captação de poupanças e a sua canalização para investimentos em habitação. Assim, e neste plano, propõe-se o Governo intervir no sector habi-

tacional através de um órgão financeiro resultante da conversão de instituição de crédito já existente, por intermédio das câmaras municipais, de sociedades regionais de economia mista, de sociedades de investimento imobiliário, de sociedades de locação financeira imobiliária, de fomento do sistema cooperativo e do próprio Orçamento Geral do Estado.

O Governo, ouvido necessariamente o Banco de Portugal, estabelecerá linhas de crédito, especiais para diferentes aplicações, designadamente para aquisição de terrenos, para a construção de infra-estruturas, para a construção de habitação para arrendamento em regime de renda condicionada, para a construção de habitação para venda a custos controlados e para a construção por cooperativas.

O acesso a tais linhas de crédito será regulado por sistemas selectivos em função de classificação que atenda ao valor social de cada modalidade, tendo em conta essencialmente a condições económica das famílias destinatárias e, dentro de cada modalidade, hierarquizando as características de maior esforço e empenhamento em termos de prazo, de custo unitário, de custo global e localização.

Importa, contudo, realizar todas as acções que permitam trazer também ao sector a confiança dos seus investidores e do público em geral, na certeza de que só será possível desenvolvê-lo para além do programa — que equacionamos como compatível com o quadro económico actual — desde que uma parte importante de fundos venha da poupança popular e que seja possível fazer convergir a actuação concertada do Governo, das câmaras municipais, das instituições de crédito, das actividades periféricas à construção civil, das empresas públicas, privadas e de economia mista e ainda das iniciativas individuais.

É neste sentido que o Governo se empenhará na criação dos instrumentos apropriados, designadamente para a especialização de uma instituição de crédito, para as sociedades de investimento imobiliário, para as sociedades de locação financeira imobiliária e para sociedades de desenvolvimento regional de economia mista. Para tanto haverá que produzir os instrumentos de enquadramento legal adequados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: No curto prazo impõem-se medidas visando uma oferta crescente de solos, como, aliás, já foi dito no Programa do Governo. Assim, o Governo, está empenhado em promover a reorganização dos órgãos da administração pública reforçando a sua competência normativa do planeamento urbanístico, única solução para conseguir fazer uma descentralização eficaz. A definição do quadro legal que cria as áreas de desenvolvimento urbano prioritário e de construção prioritária e do quadro legal dos planos directores municipais, serão objecto de acção a curto prazo, acompanhada da repreciação dos planos integrados com vista à libertação de terrenos para a construção de custos controlados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Considera ainda o Governo que a revisão do enquadramento fiscal da habitação será um meio de grande alcance que se impõe e justifica na presente conjuntura para o fomento da habitação, quer ela seja para arrendamento urbano quer seja para aquisição de habitação própria, quer ainda noutras domínios como, por exemplo, no da aquisição por cooperativas.

É evidente que se trata de acções cujo desenvolvimento só pode ser feito enquacionando em conjunto todos os aspectos em que se projectam e em que se repercutem os problemas da habitação: o ordenamento do território e a criação, a todos os níveis, de estruturas de supressão das causas de assimetria no desenvolvimento entre o litoral e o interior; o regime jurídico do exercício do direito de propriedade em relação às casas arrendadas e aos terrenos e os efeitos contratuais desse mesmo exercício no restabelecimento da confiança dos cidadãos, ao nível dos empresários e dos destinatários das casas para habitação; a revisão do regime tributário, quanto à estrutura da determinação do rendimento tributável das casas para habitação e quanto aos estímulos fiscais ao investimento neste sector; o estímulo à poupança e à mentalização da necessidade de personalização do encargo de obter casa pelo próprio esforço, sem prejuízo dos apoios justos e possíveis postos ao seu alcance; finalmente, e ainda no domínio fiscal, a garantia, ao contribuinte, de que a aplicação da receita dos impostos no campo da habitação é reservada à resolução dos problemas dos absolutamente incapazes e não à dotação de casas a quem não se mostre disposto a fazer, para tanto, o mínimo esforço.

Assim, pretende-se rever a sisa, isentando dela todos os terrenos adquiridos para construção desde que o construtor se comprometa a vender os prédios neles construídos em prazo muito curto, bem como propor a sua redução quando se destinem a casas de renda condicionada.

No que respeita ao imposto sobre sucessões e doações pretende-se revê-lo com vista a estabelecer incentivos à aquisição de casa própria ou para arrendamento condicionado, bem como para a transmissão para descendentes directos de acções ou obrigações de sociedades cuja actividade seja a de construção de casas de habitação exclusivamente para famílias de fracos recursos ou para aluguer condicionado.

Entendemos ainda que a contribuição predial deverá ser revista no sentido de fomentar as habitações para famílias de fracos recursos, as arrendadas em regime de renda condicionada e as construídas em zonas carecidas de desenvolvimento ou que precisam de recuperação.

As sociedades de desenvolvimento regional e as de capitais mistos que se constituam para a construção de habitação social deverão ser objecto de benefícios em termos de contribuição industrial.

O imposto de mais-valia deverá ser diferenciado nas operações de alienação onerosa de terrenos para construção em função do tempo por que o alienante o tiver mantido na sua titularidade, devendo também, na alienação onerosa de casas de habitação, proporcionar-se sistema que desencoraje a transacção especulativa.

No domínio dos impostos directos estuda-se a possibilidade de incentivar o investimento em habitação e, no que se refere a terrenos devolutos compreendidos em áreas de desenvolvimento e construção urbana prioritária, entendemos deverá haver agravamento progressivo do valor da matéria colectável em função do tempo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não se esgota neste enunciado o conjunto de medidas de diversas

ordens que o Governo tenta pôr em prática para o que considera uma política de habitação correcta e, acima de tudo, realista. A sua concretização exigirá algum tempo e apresentará certamente dificuldades, mas nem por isso dela desistiremos. Consideramos essencial que os Portugueses representados pelos seus deputados à Assembleia da República, assumam em plenitude a consciência de que uma política de habitação não é, porque não pode nem deve ser, apenas a inscrição no Orçamento Geral do Estado de verbas para construção de casas ...

Vozes do PSD e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — ..., e que, por outro lado, todas as medidas que se tomem para fomentar a habitação, qualquer que seja a modalidade e o seu destino, terá de ser compatível com as possibilidades reais do País. Dissemos no início que a resolução dos problemas acumulados não deve prejudicar a estruturação do futuro e por isso pomos nesta acção todo o empenho da nossa política.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Bastantes questões postas pelo partido interpelante estarão implicitamente esclarecidas na medida em que exista uma intenção recta e objectiva de apreciar os princípios que defendemos, outras serão esclarecidas em momento oportuno.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A habitação constituiu uma prioridade do nosso governo; governo para o qual prioridade significa empenho, firmeza e persistência e não levianidade decorrente de impaciência, de demagogia ou de irreabilidade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Os problemas subjacentes à satisfação de tão importante necessidade social serão resolvidos neste, como noutras sectores, pela mobilização de meios competentes; ao Governo compete organizá-los; mas a todos os portugueses que VV. Ex.^{as} legitimamente representam compete empenharem-se numa tarefa que é de todos, e o seu êxito será, sem dúvida, fortemente dependente da mobilização da vontade colectiva.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos entrar no período dos nossos trabalhos destinado ao debate. Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Gomes.

O Sr. Sousa Gomes (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro: Não é intenção da minha bancada durante a sessão de hoje iniciar as intervenções preparadas nem colocar questões de fundo que gostaríamos de ver tratadas durante o debate. No entanto, julgo que seria uma situação dolorosa termos ouvido aqui os interpelantes colocarem algumas questões, o Governo ter respondido e ficarmos

com a sensação que afinal não estamos a falar de coisas concretas.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Ministro, com toda a sinceridade e sem menos simpatia, devo dizer-lhe que a sua exposição foi, de facto, brilhante sob o ponto de vista de filosofia, mas não conseguiu dizer quais são as acções concretas que o Governo pode neste momento anunciar como conducentes a uma concretização efectiva de uma política de habitação. Infelizmente ganha-se a ideia que, para lá da intenção, para lá de boas intenções — algumas já formuladas no Programa de Governo —, não foi possível ao Governo durante todo este tempo materializar o seu programa de actuação. E não se diga, Sr. Ministro, que não houve tempo porque o Governo já o teve para legislar, já apresentou nesta Assembleia um Plano Anual para 1982, no qual a habitação foi esquecida — é o menos que se pode dizer — e já apresentou 3 diplomas que foram promulgados — vão ser sujeitos a ratificação —, embora não se possa dizer que tenham sido bom prenúncio de acção legislativa.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Orador: — Sem entrar na apreciação da exposição aqui expandida, gostaria de lhe dizer que as suas palavras possuem uma filosofia «moral» — com aspectos morais que nem sequer são discutíveis — e com outros que não dizem nada a ninguém, especialmente àqueles que hoje em Portugal, e são muitos, precisam de saber como é que no amanhã vão viver, como é que os Portugueses vão ter acesso à habitação, como é que aquelas dezenas de milhares de famílias que não tem habitação encontram esperança e garantia de ver resolvidos os seus problemas. Sobre isso o Governo não se pronunciou pela voz do Sr. Ministro.

Neste sentido permitia-me colocar-lhe, desde já tentando situar o debate que se vai seguir amanhã e depois num terreno um pouco mais concreto, algumas questões.

A primeira é a seguinte: reconhece ou não, depois de decantado um pouco todo o discurso aqui hoje feito, o Governo a legitimidade e a necessidade de intervenção do Estado na definição e na promoção de uma política de habitação? Se o reconhece, até onde é que está disposto a levar essa mesma intervenção? Pensa o Governo que a situação actual de carências se deve manter indefinidamente por não ter solução? Sr. Ministro, se é essa a aposta da AD, se é essa a consciência de impotência que o Governo tem, diga-o claramente.

Segunda questão: vivemos num país que dedica à formação de capital fixo na habitação pouco mais de 4 % do produto interno. Já por diversas ocasiões e meu partido teve ocasião, quer no «Programa para os Anos 80», quer no programa eleitoral da Frente Republicana e Socialista, quer aqui na Assembleia, de defender a necessidade de um plano nacional de habitação. É uma proposta que vimos defendendo desde 1978 e infelizmente não tivemos ocasião, no período que assumimos responsabilidades no governo, de a conseguir implementar e aprovar. No entanto,

é uma ideia que fez o seu próprio caminho, tendo o Sr. Ministro inclusivamente referido a necessidade desse plano. A pergunta que lhe fazemos é a seguinte: como se propõe o Governo ultrapassar a situação de se afectar tão-pouco à imobilização em capital fixo na habitação? Como passar dos 4 % do produto interno que hoje se gasta na habitação para uma meta, que nós já aventamos em vários cenários alternativos, que se poderá situar no médio prazo de 5/6 anos em 7 % ou 8? Ou seja, aceita ou não o Governo — esta é que é a questão concreta — que uma meta mínima de formação de capital fixo tem de ser concebida e, se aceita, quais os passos que se propõe para a concretizar?

É evidente que nós não somos nescios a ponto de pensar que um país como o nosso, que nesta década investiu 4 % do produto interno na habitação, pode em 1982-1983 passar a investir 8 %. Mas, Sr. Ministro, se nenhum passo for dado de imediato não é daqui a 3, 2 ou 10 anos que temos o problema resolvido. Sendo assim, é extremamente grave, é uma responsabilidade política tremenda, que não se dê de imediato os passos necessários para modificar esta situação.

A terceira e última questão que a sua intervenção me suscitou é a seguinte: não ficámos a saber nem de longe nem de perto como é que o Governo julga ser possível proporcionar habitação às famílias que neste momento ganham 15/20 contos. Das suas palavras ficou uma filosofia virada para a iniciativa privada e de algum apoio que o Estado possa dar. Mas tudo isso são — não o nego — boas intenções, ou até piedosas intenções, mas não é disso que se trata. O que se pretende saber — não para a geração futura, não para o próximo século — é a chave para a solução do problema de saber como é que a curto prazo os Portugueses, enquanto sociedade, vão promover algumas soluções — não digo que os resolvam de imediato — que iniciem a solução dos problemas habitacionais. Sr. Ministro, como é que se pode aceitar passar por cima de uma carência e necessidade vital?

Termino dizendo-lhe o seguinte: se o seu governo aceitou no Orçamento Geral do Estado gastar cerca de 60 milhões de contos com a saúde — e bem pena é não se poder gastar mais — e mais de 67 milhões de contos com a educação — é um direito que ninguém pode negar como papel do Estado — por que é que não gasta um pouco mais com a habitação, visto que existe um fosso entre aquilo que é possível e aquilo que é desejável? Não é, de facto, com o panorama actual, não é com os dados que o governo emitiu aqui, nem com aqueles que já tínhamos do Plano e do Orçamento para 1982, nem, tão-pouco, do Plano a Médio Prazo, que podemos pensar que existe uma política da AD para a habitação ou uma política em perspectiva para solucionar este problema.

Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gomes Fernandes.

O Sr. Gomes Fernandes (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro: Depois de ter transportado para esta Assembleia, com a lentidão com que funcionam os transportes neste país, a sua longa in-

tervenção, conforme já disse o meu camarada Sousa Gomes — isto com o mesmo respeito com que ele o referiu —, queria colocar-lhe as seguintes questões.

O Sr. Ministro começou por referir logo de inicio as responsabilidades herdadas. Gostaria que me esclarecesse se quando se refere a «responsabilidades herdadas» elas têm alguma coisa a ver com as orientações políticas, por exemplo, do governo anterior a este, governo esse que teve como linhas fundamentais propostas radicalmente diferentes em matéria de política de habitação, nomeadamente quanto à política de aquisição de casa própria. O governo anterior apontava, em nosso entender com relativa justeza para o incentivo de aquisição de casa própria — não vamos agora discutir as dificuldades de o conseguir. Agora há uma inflexão de 180° e aponta-se como vector essencial a procura de casa de arrendamento.

Num aparte dir-lhe-ia que a nossa entrada na Europa, a nossa integração na Europa, deveria corresponder a uma análise da experiência europeia colhendo alguns dados referentes a este aspecto.

Mas, Sr. Ministro, será que essa inflexão corresponde a qualquer apreciação sociológica ou sócio-económica da situação das famílias portuguesas ou será que é uma mudança na procura de melhores soluções?

Na verdade, a solução agora adiantada e não assumida totalmente, como o Sr. Ministro aqui deixou patente — há necessidade de rever a Lei do Arrendamento, mas não há coragem no Governo para o fazer e não estou a defender, como é óbvio, essa revisão, pois foi o Governo que prometeu fazê-lo e que reteve temporariamente a solução — traduz-se no lançar de uma medida que a curto prazo não vai ter qualquer eficácia, conforme vai ficar demonstrado.

A habitação em Portugal é um assunto muito importante, visto ser um ramo que movimenta elevado número de postos de trabalho, mas é também um sector em crise. Quando o Sr. Ministro se refere à base social de apoio do Governo — creio não estar a ser injusto se aí englobar este sector — deve ter em conta que é notório que o ramo da construção civil está em crise, facto que põe em causa essa mesma base social de apoio: as empresas não estão de acordo, já o demonstraram, inclusivamente nos ecrans da televisão através de gente entendida, com autoridade no assunto e insuspeita sob o ponto de vista ideológico, com a política seguida. O arrastamento e as implicações no mercado de emprego no sector da construção é outro dado extremamente importante que este governo não tem medido e, não obstante movimentar-se em áreas que lhe são facilmente afectas, há uma crescente preocupação e a crise já não se pode esconder ou escamotear.

Há um outro aspecto respeitante às linhas de crédito que gostaria de ver melhor explicitado: há pouco tempo o Sr. Secretário de Estado do Fomento Cooperativo fez uma espécie de desafio ao movimento cooperativo no sentido de este responder a curto prazo — 4 a 5 anos — a um programa intenso da construção de habitação. O movimento cooperativo aceitou o desafio, pelo que perguntava agora aqui se o Governo está a dar resposta e a cumprir os seus compromissos. E parece-me que os termos em que esse programa é feito são bastante pragmático e correctos.

O Sr. Ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes referiu uma outra questão, sobretudo em relação às medidas a curto prazo no domínio do urbanismo: a da importância dos problemas de ordenamento do território e do urbanismo numa política de habitação. Ora, ninguém põe isso em dúvida e penso, aliás, que o Partido Socialista, talvez mais do que ninguém, tem autoridade para o referir porque nos seus governos deu prioridade e importância a essa questão.

Conhecendo as iniciativas, nomeadamente da parte do Partido Socialista, presentes há bastante tempo neste Parlamento, pergunto — e não digo que haja a mera assunção dessas iniciativas — se na legislação que preparou relativamente à questão dos terrenos o Governo teve em alguma conta as linhas fundamentais dessas nossas propostas. Ou será que a legislação que propõe consiste apenas no retomar de proposta do Governo anterior que, neste momento, além de ultrapassadas, não enquadram globalmente o problema? E isto porque o Sr. Ministro referiu que o organismo responsável ao nível da Administração Central, a Direcção-Geral de Planeamento Urbanístico, iria passar a ter uma função quase essencialmente normativa, que, obviamente, como sabe, não tem hoje.

Uma outra questão que se coloca é a que diz respeito aos planos directores municipais. Essa é uma figura que não está ainda regulamentada e que se insere na anterior, porque a nossa proposta anterior cobria perfeitamente este problema e escalaria e regulamentava esta questão. Pergunto se a perspectiva apontada pelo Governo vai no sentido de regulamentar os planos directores municipais, conferindo às autarquias uma maior capacidade de intervenção e de manobra em matéria de planeamento e gestão urbanística ou se vai no sentido de manter a situação actual ou até de modificar e transferir para outros departamentos, no âmbito da Administração Central, as responsabilidades em matéria de urbanismo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes: A primeira nota que faço à sua intervenção neste debate é a de que o Sr. Ministro não respondeu a nenhuma das perguntas que lhe colocámos. Não respondeu, trazia um discurso preparado em casa, talvez tivesse imaginado certas linhas de força da nossa intervenção, mas não adivinhou o que íamos dizer, pelo que se enganou claramente. E, além disto tudo, assistimos a um discurso um pouco descosido, tergiversante mas que, apesar de tudo, nos levanta, desde já, algumas questões.

Em primeiro lugar, o Sr. Ministro falou de plano e do prazo da legislatura. Ou nós não nos entendemos ou o Sr. Ministro talvez possa falar de aviões, mas não de casas. Ou, então, alguém está enganado porque um plano para a recuperação das carências habitacionais vai muito para além de uma legislatura.

É evidente que alguém tem de começar um plano e todos os governos, todos os que já foram governo, são responsáveis por não o terem feito — todos na medida das suas responsabilidades, naturalmente. Por exemplo, este governo AD já leva dois anos, pelo que as suas responsabilidades são acrescidas.

O Sr. Ministro, no tal discurso tergiversante, acabou por não se querer definir muito bem. Mas há uma coisa que acentuou novamente o carácter deste governo e que é quase como um grito de guerra: há que liberalizar as rendas, disse o Sr. Ministro. Esta é a questão essencial para este governo e até inventou algumas teorias interessantes, que tenho pena de não ter agora tempo para analisar.

Por exemplo, aquela teoria de que há cidadãos que não têm casa mas querem tê-la e que fazem esforço e, portanto, merecem ser ajudados e de que há outros cidadãos, perigosos ou preguiçosos, que não têm casa porque não querem e que não fazem esforço porque não querem e, portanto, esses não merecem ser ajudados. Ora, estes últimos — e eu gostaria de saber a que extrato populacional pertencem, penso que o Sr. Ministro me saberá responder, uma vez que foi quem realizou este estudo — são então os inquilinos, a quem o Sr. Ministro, por um certo pudor, não quis chamar pelo nome.

Portanto, na opinião do Governo, são os inquilinos que não querem fazer esforços para ter casa que podem perfeitamente adquirir e, portanto, devem ser postos na rua quanto antes.

As duas perguntas que lhe queria fazer neste momento, a juntar às que já lhe foram colocadas anteriormente, são as seguintes: o Sr. Ministro falou da intervenção pública e da intervenção privada. Ora, quanto a mim e apesar do discurso ondulante e tergiversante, o que ficou claro é que o Governo pretende liquidar de facto, ou diminuir ao máximo, a intervenção do sector público na promoção de novas habitações.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Orador: — É ou não verdade isto?

A segunda questão é a seguinte: o Sr. Ministro falou várias vezes de crédito, mas não se atinou muito bem com o que é que queria dizer. Porque V. Ex.^a falou de não deixar a conta para as gerações futuras. Ora, essa é uma frase muitas vezes repetida pela AD. Mas, Sr. Ministro, em matéria de habitação trata-se precisamente do contrário: o que se deixa para as gerações futuras é o valor acrescentado hoje e que será usado durante 50 ou mais anos pelas gerações futuras.

Portanto, não percebemos a sua argumentação e gostaríamos que o Sr. Ministro precisasse o que quer dizer com isso.

Ainda a respeito do crédito, V. Ex.^a disse que não se poderia pensar em imputar tudo ao OGE. Daqui, do nosso lado, ninguém fez isso. Nós fizemos um estudo para 15 ou 16 anos e devo dizer-lhe que os resultados não se obtêm no fim do décimo sexto ano mas, sim, vão-se obtendo ao longo da execução do programa. E quando falei no ano de máximo esforço de uma percentagem de 14 % para o OGE e 8 % para o PIB não estou a falar de números disparatados.

Assim, gostaria que o Sr. Ministro respondesse concretamente — e aliás a pergunta já lhe tinha sido feita anteriormente — a esta questão: o governo da AD tem ou não algum plano para resolver o problema das carências habitacionais? E, se não tem, o que é que pensa fazer?

Pensa ir-se embora? Pensa pedir a demissão?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Pereira.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Sr. Ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes, também eu tenho algumas dúvidas porque não percebi muito bem a sua intervenção.

O Sr. Ministro defendeu uma filosofia habitacional conservadora, bastante conservadora mesmo, e essa parte percebi. Apresentou dificuldades que me pareceram exageradas, por exemplo, quando se referiu à dificuldade de conseguir crédito para estabelecer os planos adequados. Propôs algumas medidas certas que, penso, foram acompanhadas por indicação errada de utilizações. É, por exemplo, o caso das rendas. Quando falou nas rendas o Sr. Ministro estava, ao fim e ao cabo, a referir-se àqueles que podem bem pagar essas rendas, esquecendo-se daqueles que mal as podem pagar.

O Sr. Ministro falou ainda da poupança, mas fiquei com a ideia de que a poupança a que se referiu era uma poupança de todos para um plano habitacional apenas para alguns.

Quero aqui abrir um parêntesis para dizer que estas foram apenas ideias que recolhi ao ouvir o seu discurso, mas que não consegui consolidar em nenhum dos sentidos.

Fiquei, pois, também com a ideia de que propôs o que me pareceram medidas completamente erradas, apesar de indicar meios certos. É o caso do crédito à aquisição de que falou e eu comprehendi, mas depois o que disse a seguir é que me intriga. É que depois faz o seguinte: publica legislação em que esse crédito à aquisição deixa de ser oferecido de acordo com os rendimentos familiares para ser concedido de acordo com a casa que se escolhe. Penso que há aqui qualquer coisa errada, pelo que gostaria que esclarecesse este aspecto.

Somando a tudo que disse hoje na sua intervenção o Sr. Ministro tem vindo anteriormente a tomar medidas altamente discutíveis, medidas essas que, a serem concretizadas, iriam dificultar parte do plano que hoje aqui esboçou. E refiro-me, como é óbvio, a medidas como, por exemplo, a de terminar com o Fundo de Fomento da Habitação.

Portanto, para minha orientação e também para orientação da minha própria bancada, queria fazer-lhe quatro perguntas bem concretas que, a serem respondidas, me darão, na verdade, uma ideia exacta sobre a filosofia, sobre as intenções e sobre os meios.

Primeira pergunta: o que se irá passar com as famílias insolventes deste país, que são cerca de 16 %? Se o Sr. Ministro me responder a esta pergunta eu perceberei imediatamente o que é que vai mudar na política da AD.

A segunda pergunta é o desenvolvimento da ideia que já expus há pouco: por que é que o crédito à aquisição passou a ter as condições que tem agora? Isto é, o crédito era mais ou menos bonificado de acordo com os rendimentos salariais e agora pesa muito mais a casa que se escolhe do que esses rendimentos e o crédito está instituído de forma a ajudar os que mais podem e não a resolver o problema daqueles que só através da bonificação o poderiam conseguir.

Terceira pergunta: Conhece o Sr. Ministro um colóquio realizado em Cascais há muito pouco tempo em que altos técnicos e dirigentes da banca nacionalizada demonstraram ter sobre a possibilidade de crédito à habitação uma ideia completamente diferente daquela que foi hoje aqui exposta por V. Ex.^a?

Finalmente e para perceber a posição do Governo sobre a parcela que vai caber à promoção pública, pergunto-lhe: o que pensa fazer do Fundo de Fomento da Habitação? Peço-lhe que não me diga que esse organismo vai ser transferido para a Direcção-Geral do Planeamento Urbanístico. Agradecia-lhe que me dissesse se vai ser transferido para lá com os mesmos funcionários e outro nome porque deixa de existir, ou se vai ser transferido para lá porque, na verdade, o Fundo de Fomento da Habitação que o governo AD imagina não é aquele que vai fazer programas públicos de habitação social, mas aquele que só vai aprovar licenças aos construtores privados deste país.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, antes de encerrar a sessão, devo anunciar que deu entrada na Mesa e foi admitido, o projecto de lei n.º 298/II, do CDS, sobre a criação da Universidade Internacional Luís de Camões.

A sessão de amanhã está marcada para as 10 horas. Está encerrada a sessão.

Eram 21 horas.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PSD)

António Maria de O. Ourique Mendes.
Carlos Manuel Pereira Pinho.
Daniel Abílio Ferreira Bastos.
Eleutério Manuel Alves.
Fernando Manuel Cardote Ferreira.
Francisco de Sousa Tavares.
Henrique Alberto Nascimento Rodrigues.
Joaquim Manuel Cabrita Neto.
Joaquim Pinto.
José de Vargas Bulcão.
Júlio Castro Caldas.
Manuel António Araújo dos Santos.
Mário Júlio Montalvão Machado.
Mário Marques Ferreira Maduro.
Pedro Miguel Santana Lopes.

Partido Socialista (PS)

Alberto Arons Braga de Carvalho.
António Chaves Medeiros.

António Cândido Miranda Macedo.
António Fernando Marques R. Reis.
António Gonçalves Janeiro.
António Magalhães da Silva.
Avélino Ferreira Loureiro Zenha.
Beatriz Cal Brandão.
Carlos Cardoso Lage.
Eduardo Ribeiro Pereira.

Centro Democrático Social (CDS)

Adalberto Neiva de Oliveira.
Alberto Henriques Coimbra.
Álvaro Manuel M. Brandão Estevão.
Carlos Alberto Rosa.
Henrique José C. M. Pereira de Moraes.
Henrique Manuel Soares Cruz.
José Miguel N. Anacoreta Correia.
Narana Sinai Coissoró.
Victor Afonso Pinto da Cruz.

Partido Comunista Português (PCP)

António José de Almeida Silva Graça.
Domingos Abrantes Ferreira.
Joaquim António Miranda da Silva.
José Manuel da C. Carreira Marques.
Josefina Maria Andrade.
Manuel Correia Lopes.
Maria Ilda Costa Figueiredo.

Partido Popular Monárquico (PPM)

António de Sousa Lara.

Acção Social-Democrata Independente (ASDI)

Jorge Manuel M. Loureiro de Miranda.

União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS)

António Poppe Lopes Cardoso.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PSD)

Afonso de Sousa F. de Moura Guedes.
António José B. Cardoso e Cunha.
Arménio dos Santos.
Bernardino da Costa Pereira.
Leonardo Eugénio R. Ribeiro Almeida.
Maria Helena do Rego Salema Roseta.
Marília Dulce Coelho Pires D. Raimundo.
Mário Ferreira Bastos Raposo.
Nicolau Gregório de Freitas.

Partido Socialista (PS)

Alfredo José Somera Simões Barroso.
António Emílio Teixeira Lopes.
António Fernandes da Fonseca.
Joaquim Sousa Gomes Carneiro.
Manuel António dos Santos.
Mário Alberto Lopes Soares.
Rui Fernando Pereira Mateus.

Centro Democrático Social (CDS)

Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.
Américo Maria Coelho Gomes de Sá.
Eugénio Maria Anacoreta Correia.
João António de Moraes Leitão.
José Augusto Gama.
José Girão Pereira.
José Manuel Rodrigues Casqueiro.
Maria José Paulo Sampaio.
Rogério Ferreira Monção Leão.
Ruy Garcia de Oliveira.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Barreirinhos Cunhal.
Joaquim Gomes dos Santos.

Acção Social-Democrata Independente (ASDI)

Fernando Dias de Carvalho.

OS REDACTORES DE 1.ª CLASSE, *Carlos Pinto da Cruz — Anita Cristina Paramés Pinto da Cruz.*

PREÇO DESTE NÚMERO 104\$00

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA